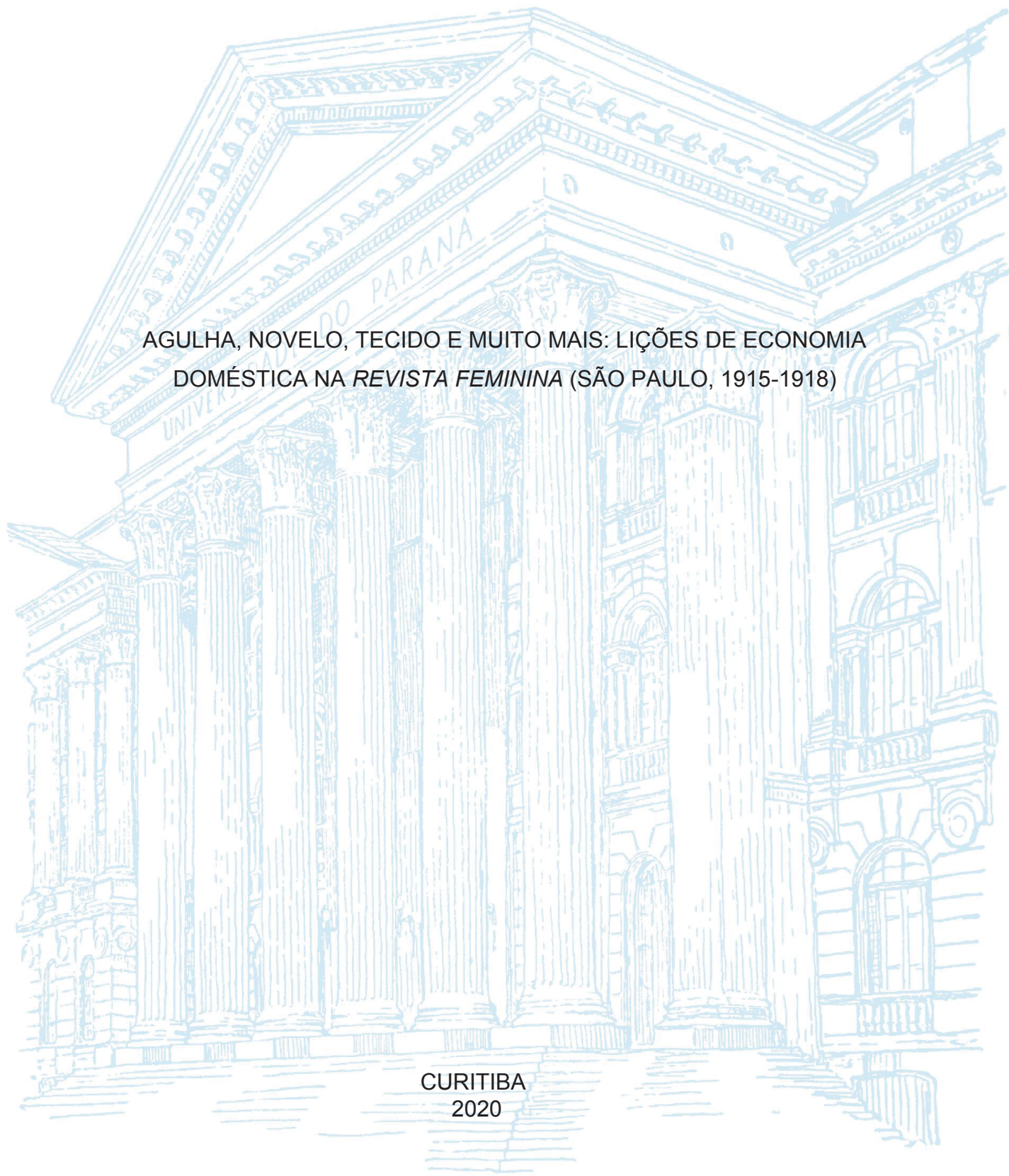


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA DE LIMA DE ALMEIDA

AGULHA, NOVELO, TECIDO E MUITO MAIS: LIÇÕES DE ECONOMIA
DOMÉSTICA NA *REVISTA FEMININA* (SÃO PAULO, 1915-1918)

CURITIBA
2020



AMANDA DE LIMA DE ALMEIDA

AGULHA, NOVELO, TECIDO E MUITO MAIS: LIÇÕES DE ECONOMIA
DOMÉSTICA NA *REVISTA FEMININA* (SÃO PAULO, 1915-1918)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha História e Historiografia da Educação, da Universidade Federal do Paraná, do Setor de Educação como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Liane Maria Bertucci

CURITIBA
2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Almeida, Amanda de Lima de.

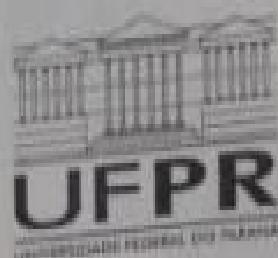
Agulha, novelo, tecido e muito mais : lições de economia doméstica
na Revista Feminina (São Paulo, 1915-1918) / Amanda de Lima de
Almeida, 2020.

128 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Liana Maria Bertucci

1. Educação feminina. 6. Economia doméstica. 3. Educação para a
vida familiar. 4. Imprensa – Mulheres. 5. Revista Feminina (1915-1918).
6. Mídia e educação. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de AMANDA DE LIMA DE ALMEIDA, intitulada: AGULHA, NOVELO, TECIDO E MUITO MAIS: LIÇÕES DE ECONOMIA DOMÉSTICA NA REVISTA FEMININA (SÃO PAULO, 1915-1918), sob orientação da Profa. Dra. LIANE MARIA BERTUCCI, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

COM FORME DETERMINAÇÃO SUPERIOR, A DEFESA FOI REALIZADA A PARTIR DE PARÊCERES ESCRITOS E POR VIDEO CONFERÊNCIA.

Curitiba, 19 de Março de 2020.

LIANE MARIA BERTUCCI
Presidente da Banca Examinadora

SAMARA MENDES ARAÚJO SILVA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

GIZELE DE SOUZA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

EVELYN DE ALMEIDA ORLANDO
Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ)

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus sem o qual não teria chegado até aqui, depois aos meus pais Valdir e Vanessa de Lima e ao meu esposo Luís Rafael, que estiveram me apoiando e me auxiliando durante todas as intemperes dessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

“Nenhum homem é uma ilha isolada”, faço dessa afirmação do poeta inglês John Donne a base para ter conseguido chegar até aqui e para conclusão dessa etapa da minha vida. Esse trabalho não se fez sozinho e isolado, ele é resultado de várias pessoas que me auxiliaram diretamente e indiretamente ao longo desses dois anos de estudos, tornando essa pesquisa viável. Peço licença para citar algumas delas, mas antes agradeço a Deus, pela saúde, força e lucidez para a realização dessa pesquisa.

Meu agradecimento especial:

À minha mãe Vanessa Pereira, que sempre me incentivou e me apoiou nas minhas escolhas, além de ter me ensinado a realizar tudo com muito esforço e dedicação, virtudes que foram importantes ao longo da escrita deste trabalho.

Ao meu pai Valdir Batista, pelas conversas existenciais, filosóficas e divertidas, que constantemente me fazem ver e observar as coisas de perspectivas diferentes.

Ao meu esposo, Luís Rafael, que compreendeu todos os momentos de ausência e que não pude estar presente, me dando todo apoio e suporte necessário para chegar até aqui.

À minha orientadora, Liane Bertucci, pelas palavras de incentivo e elogio e pelas correções e cuidados com o fazer historiográfico, que foram ensinamentos sem os quais seria impossível ter desenvolvido e escrito cada uma dessas páginas. E pela alegria transmitida ao ensinar.

À minha professora da graduação Samara Mendes Araújo Silva, por todo incentivo e generosidade desde o começo da minha entrada no programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR.

Às professoras que avaliaram esta dissertação, Evelyn de Almeida Orlando, Gizele de Souza e Samara Mendes Araújo Silva.

À CAPES pelo auxílio valioso durante o tempo que fui bolsista e pude me dedicar integralmente as atividades do Mestrado.

E a todos os meus professores da Linha de História e Historiografia da Educação, pois sem eles e seus ensinamentos nada disso seria possível.

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

O saber se aprende com mestres e livros.

A Sabedoria, com o corriqueiro, com a vida e com os humildes.

O que importa na vida não é o ponto de partida, mas a caminhada.

Caminhando e semeando, sempre se terá o que colher.

Cora Coralina

RESUMO

Esta dissertação investigou e problematizou como os princípios de gerência do lar e conhecimentos para formar a dona de casa moderna, sobretudo ancorados na economia doméstica e nos preceitos da ciência no lar, contribuíram para educar e instruir as leitoras da *Revista Feminina* de São Paulo, entre 1915 e 1918; arco temporal delimitado pelo primeiro ano de circulação do periódico com este nome e pelo ano da morte de sua idealizadora e diretora, Virgilina de Souza Salles. Nesses anos foram 47 edições da revista, que constituem o principal corpo documental desse estudo. Destaque entre os periódicos femininos brasileiros do início do século XX por sua estrutura comercial e grande tiragem, a *Revista Feminina*, pode ser considerada um importante meio de educação cotidiana das mulheres, prescrevendo modelos de conduta e de atividades. A partir dessa perspectiva e tendo como embasamentos teóricos as ideias de Michel de Certeau e Roger Chartier, a dissertação investigou, por meio dos textos, artigos, imagens e seções, como a *Revista Feminina* concorreu para moldar uma mulher/mãe ideal, aquela cujas ações eram pautadas tanto por preceitos científicos e uso de tecnologias próprias do mundo moderno (no cuidado com os filhos, nas questões de higiene e na realização de tarefas domésticas), quanto em tradicionais preceitos morais e religiosos, pois isso concorreria para o bom ordenamento da família e da educação dos filhos. Todavia, tais saberes também poderiam colaborar para que essas jovens e senhoras participassem mais da sociedade, mas, conforme difundiam os escritos da *Revista Feminina*, isso deveria acontecer em atividade e espaços adequados para mulheres.

Palavras-chave: mulher, imprensa feminina, economia doméstica, Revista Feminina.

ABSTRACT

This dissertation investigated and problematized how the principles of home management and knowledge to form the modern housewife, mainly anchored in the domestic economy and in the precepts of science in the home, contributed to educate and instruct the readers of *Revista Feminina* de São Paulo, among others. 1915 and 1918; temporal arc delimited by the first year of circulation of the journal with this name and by the year of the death of its creator and director, Virgilina de Souza Salles. In those years there were 47 editions of the magazine, which constitute the main documentary body of this study. Highlighted among Brazilian women's journals of the beginning of the 20th century for its commercial structure and large circulation, *Revista Feminina* can be considered an important means of daily education for women, prescribing models of conduct and activities. From this perspective and having as theoretical bases the ideas of Michel de Certeau and Roger Chartier, the dissertation investigated, through texts, articles, images and sections, how the *Revista Feminina* helped to shape an ideal woman / mother, the one whose actions they were guided by both scientific precepts and use of technologies proper to the modern world (in caring for children, hygiene issues and carrying out domestic chores), as well as traditional moral and religious precepts, as this would contribute to the good ordering of the family and children's education. However, such knowledge could also help these young women and women to participate more in society, but, as the writings of *Revista Feminina* spread, this should happen in activities and spaces suitable for women.

Keywords: woman, female press, home economics, *Revista Feminina*.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – SEÇÕES REGULARES DA REVISTA FEMININA	29
---	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - REVISTA FEMININA – EDIÇÃO DE JUNHO	44
FIGURA 2 – CORTE E ENVIE SEM DEMORA À REVISTA FEMININA	45
FIGURA 3 – CAPA - nº 55	57
FIGURA 4 - CAPA - nº 37.....	58
FIGURA 5 – CAPA - nº 51.....	58
FIGURA 6 - LIVROS ÚTEIS PARA AS SENHORAS DONAS DE CASA	79
FIGURA 7 - COMO ENFEITAR MINHA CASA	83
FIGURA 8 - A COZINHA MODERNA	88
FIGURA 9 - UMA COZINHA MODELO:UM REFEITORIO PARA CRIANÇAS. 89	
FIGURA 10 – [Seção] EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS	92
FIGURA 11 – AS AULAS DA REVISTA FEMININA	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – FOLHEANDO AS PÁGINAS DA REVISTA FEMININA DE SÃO PAULO: NO RASTRO DA IMPRENSA PARA MULHERES	32
1.1 – Da <i>A Luta Moderna</i> à <i>Revista Feminina</i> : organização e trajetória de um periódico feminino	40
1.2 – Nos bastidores de uma revista	50
1.3 – As mulheres em papel e tinta	55
CAPÍTULO II – LENDO AS LETRAS: EDUCANDO E INSTRUINDO AS MULHERES PARA O LAR	62
2.1 – A disciplina de economia doméstica e a formação para o lar	68
2.2 – Economia doméstica na/em revista	76
CAPÍTULO III – A MULHER MODERNA ENTRE A FAMÍLIA, A CASA E A RUA	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
FONTES	105
REFERÊNCIAS	109
ANEXO	117

INTRODUÇÃO

Começo esta dissertação registrando a minha aproximação com o campo da pesquisa e investigação em História da Educação, que aprendi a desenvolver ao longo do curso de Mestrado em Educação, por meio das leituras, críticas e diferentes escritas que envolvem a produção de conhecimento histórico. Como alerta Michel de Certeau (1982) não existem considerações, nem leituras que possam suprir as particularidades do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. Dessa forma, o meu lugar de aproximação com o campo da História da Educação e, especificamente, com a história das mulheres, foi fruto de experiências adquiridas durante minha trajetória acadêmica. O interesse por essa temática surgiu durante a graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Paraná, com inquietações acerca dos papéis do masculino e feminino na sociedade.

Diante dessas inquietações realizei meu trabalho de conclusão de curso (TCC) *História, Mulheres e Imagens: as concepções de feminilidade nos livros didáticos de História Regional do Paraná (2007-2013)*. Com a finalidade de compreender algumas indagações que ficaram sem respostas neste trabalho, decidi continuar a pesquisar, tendo como horizonte a educação das mulheres na sociedade brasileira. Esse interesse pela pesquisa acadêmica foi ampliado e fomentado pela participação em eventos, conversas com professores e cursos de extensão, que me levaram até a *Revista Feminina* de São Paulo. Neste periódico me deparei com a frase abaixo, publicada em abril de 1915:

A mulher é a gerente do lar. Todos os negócios dependem de uma boa gerência. Um lar mal gerido é um lar arruinado por mais que produza o marido. Diz um rifão magiar: - se o marido trouxer o dinheiro para casa em carroções e a mulher divertir-se em jogar o dinheiro pela janela com a ponta de uma agulha, vencerá fatalmente a mulher. (REVISTA FEMININA, 1915f, p. 4)

O fragmento transcrito, publicado na coluna O Que Toda Mulher Deve Saber, traz indícios de uma dimensão do espaço ocupado pela grande maioria

das mulheres nas duas primeiras décadas do século XX, que era o espaço privado dos seus lares¹.

A vida doméstica e tudo que se refere ao lar era o lugar por excelência do feminino. Segundo Perrot (1991) a mulher a partir do século XVIII tem seu destino objetivamente na família, que se constitui em pedra angular, da sociedade moderna ocidental; segundo a historiadora: “Elas atuam em família, confinadas em casa ou no que serve de casa” (PERROT, 2007, p. 17). Partindo dessa relação histórica entre família/mulher/lar, esse trabalho tem o objetivo de investigar e problematizar como os princípios da gerência do lar e de conhecimentos para ser uma boa dona de casa, ancorados, sobretudo na economia doméstica, contribuíram para educar e instruir as leitoras da *Revista Feminina* de São Paulo.

Segundo Pesavento (2003) o historiador ao recolher do passado os seus traços, os transforma em fontes à luz de uma pergunta, desse modo, propusemos alguns questionamentos norteadores para este estudo sendo estes: diante das tensões trazidas entre modernidade e tradição que se colocavam para as mulheres no início do século XX, como as ideias de gerência do lar e economia doméstica estão presentes nos textos, seções, artigos e propagandas do periódico *Revista Feminina*? De que modo os escritos que compunham o *corpus* da revista auxiliavam na afirmação do papel das mulheres na sociedade e na família?

Considerando que durante sua circulação de vinte e dois anos, o periódico representou um importante instrumento de instrução e leitura destinada as mulheres das primeiras décadas do século XX, conforme indicou Buitoni (1986) em seus estudos sobre a imprensa feminina no Brasil, a hipótese para esse trabalho é que a *Revista Feminina* representou também um instrumento importante de divulgação de noções de economia doméstica, para que as suas leitoras pudessem ser instruídas a fim de desempenharem a função de gerente do lar de modo eficiente. Concepção essa que estava em consonância com a visão de mulher que se tinha nesse período, que era de boa dona de casa, mãe e esposa.

¹ Nesta dissertação optou-se por fazer a atualização da grafia das palavras transcritas das fontes, mas não de nomes próprios.

Conforme Perrot (1991; 2007), as mulheres atuaram muito tempo quase que exclusivamente nos espaços privados de seus lares. Para Castan (2009) o privado, como prática social e modo de organizar a vida das pessoas, consolidou-se entre os séculos XVI e XVIII nas sociedades ocidentais, à medida que se distanciou da *res pública* pelas imposições de novos costumes advindos do processo de privatização:

Deste modo três “ases” se encaixariam, três figuras fundamentais da exigência da privatização: primeiro a busca de individualismo de costumes, separando o indivíduo do coletivo; em seguida a multiplicação dos grupos de convivialidade que permitem escapar tanto à multidão como à solidão, mais restritos que a comunidade de existência em seu conjunto, a da vila ou do bairro, da condição ou do ofício, porém mais amplas que a família: por fim a redução da esfera do privado a célula familiar, que se torna sede privilegiada, se não única, do investimento afetivo e do recolhimento íntimo. (CASTAN, 2009, p. 398).

Nesse processo de privatização, a célula familiar passou a ocupar um espaço mais importante no cotidiano das pessoas². Nesse sentido Perrot (1991) afirma que na França do período posterior a Revolução Francesa, o público e o privado tornaram-se centro dos debates políticos e as relações entre o coletivo (o Estado) e o individual (a sociedade civil), ganharam mais notoriedade. Nessa tentativa de organizar os “interesses privados” a família ganhou um status de fundamental e a casa torna-se o alicerce da moral e da ordem social.

Com esse novo *status* a família se torna a expressão e poder por excelência do privado, estando sempre presente nas relações estabelecidas pelos sujeitos. Como analisou Farge (2009), foi a partir desse período que a família - ainda que não de forma íntegra com toda sua parentela, esteve constantemente presente na vida dos sujeitos nos momentos bons e também nos mais difíceis. Exemplo disso, são os próprios relatórios policiais nos quais

² Segundo Michel de Certeau o cotidiano pode ser entendido como: “ (...) aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente (...) É uma História a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada.” (CERTEAU, 2005, p. 31).

a autora percebe que em raríssimas exceções os réus declaravam não ter um membro da família ao seu lado.

É importante salientar que a história das mulheres não se circunscreve apenas à sua presença no lar, cuidando da casa e dos seus familiares, as mulheres fazem história para além do domínio doméstico, porém a família perpassa a história das mulheres e também de sua atuação social ao longo da história.

O espaço do lar durante muitos anos foi o lugar por excelência de atuação das mulheres, seu trabalho e dever diário juntamente com os cuidados relacionados à maternidade. Para exercer bem essa função de dona de casa, era necessário o domínio de virtudes e conhecimentos que se diferenciavam dos saberes e conhecimentos dos seus cônjuges, revelando um jogo de poder no interior da própria casa. Assim, na medida em que a mulher se apropriava de diferentes saberes (higiene, organização da casa, finanças, etc.), elas ganhavam poder de controle sobre a família, no interior do espaço doméstico.

Os discursos sobre a “natureza feminina” que, como investigou Telles (2017), começam a se expandir a partir do século XVIII, definiram a mulher como ajudante do homem, educadora dos filhos, um ser de virtudes e o “anjo do lar”. Esses discursos ganharam mais ênfase no século XIX, quando a formação das mulheres era voltada às prendas domésticas, cuidados com o lar e filhos, ou seja, uma formação que confirmava e reforçava o papel social da mulher: o de ser mãe e esposa. (DUARTE; PAIVA, 2009).

É importante frisar que o lar e a casa apesar de serem termos muitas vezes usados como sinônimos possuem significados diferentes. Dentro da própria economia doméstica é possível diferenciar esses dois termos, como se observa no caderno escolar de Arlete Embacher que, em 1960, cursou Economia Doméstica na Escola Profissional Leão XIII³, de São Paulo: “Existem casas, existem lares. Casa é o imóvel que nos abriga das intemperes onde nós moramos. Lar compreende a parte sentimental, o amor, a união a compreensão e a paz entre pais, filhos e irmãos” (EMBACHER, 1960, p. 6).

³ A escola foi fundada em 1941, por Edith Junqueira de Azevedo Marques e pelo então arcebispo de São Paulo Dom José Gaspar, com a finalidade de trabalhar a formação e orientação de operárias e seus familiares. Entre as disciplinas e atividades ofertadas às alunas, estava a disciplina de economia doméstica. Mais informações ver: CENTRO SOCIAL LEÃO XIII [2010].

Assim, paulatinamente, o lar, mais que um simples espaço físico, passou a ser o lugar afetivo, no qual a mulher desempenharia um papel importante na sua estruturação e configuração como espaço “sagrado” da família.

Foi desde a ascensão burguesa do século XVIII-XIX com uma nova mentalidade social, na qual a família e a habitação doméstica passaram a ser valorizadas enquanto um ideal social que o lar moderno surge. D’ Incao (2017) assinala que era fundamental ter um bom ambiente familiar, um lar acolhedor com filhos educados e uma esposa dedicada ao marido, para o bom ordenamento da sociedade.

Nas cidades brasileiras dos séculos XVIII e XIX, o modelo familiar pressupunha, no caso das famílias mais abastadas do sudeste e nordeste brasileiros, a existência de agregados, mas o núcleo da família era formado por pai, mãe e filhos. Na família patriarcal dessa época era evidente o poder do chefe da casa, provedores dos recursos financeiros, porém as mulheres controlavam a vida doméstica, eram as responsáveis por administrar a casa e sua influência familiar não era desprezível (ALGRANTI, 1997).

Apesar de o modelo patriarcal ser o mais comum, não era o único. Em seu estudo sobre cotidiano e poder no século XIX em São Paulo, Maria Odila Dias (1984) mostra como no Brasil, era comum mulheres solteiras serem chefes de família ou exercerem tarefas ditas “masculinas” na ausência dos maridos como administração dos bens, roças e criação de gado. Nesse sentido existiam diferenças entre mulheres. Enquanto a mulher pobre circulava mais livremente pela cidade, para vender doces ou lavar roupas nos rios ou bicas; esposas ou filhas de pequenos comerciantes poderiam ajudar no balcão da loja ou armazém e, eventualmente, a gerenciar o negócio. Não eram poucas as mulheres que praticamente sustentavam suas famílias com essas atividades. Quanto às mulheres de famílias mais abastadas, estas eram educadas, em geral por outras mulheres (mães, tias, avós), para se tornarem boas donas de casa, eventualmente dispunham de um (a) preceptor (a) para instrução específica, como ler ou tocar um instrumento (ALGRANTI, 1997; D’INCAO, 2017).

Mas, apesar das nuances, ser dona de casa foi ocupação principal das mulheres de todos os estratos sociais, pelo menos até a virada para o século

XX, e não apenas no Brasil. Como escreveu Perrot (2005a), a mulher exemplar, inclusive para militantes operários franceses, era a dona de casa que sabia cuidar bem dos filhos e ordenava adequadamente a casa e as roupas da família; aquela que, na ausência do marido, gerenciava o orçamento familiar, cuidava da economia doméstica e dava a primeira educação aos seus filhos.

Desta forma, o cuidado com o lar exigia das mulheres que as mesmas dominassem diferentes saberes e entre estes estavam os conhecimentos acerca da economia doméstica, para gerirem de forma eficiente o espaço doméstico. Conforme Oliveira (2006) a economia doméstica surge após a Revolução Industrial, sendo um campo de conhecimento destinado a eficácia científica nas tarefas cotidianas da casa, visando melhorias na vida das famílias e conseqüentemente na sociedade.

Vogel (1974) no seu estudo intitulado *Informação Ocupacional – economia doméstica*, traça uma breve trajetória acerca desse campo de conhecimento, em que mostra que a mesma surgiu pela primeira vez de modo organizado de educação para o lar e economia doméstica, em 1865 em uma escola criada pelo Ministério de Agricultura da Noruega, que foi seguida por uma escola organizada na Islândia em 1874. A partir desses movimentos outros lugares começaram a problematizar e abrir espaços destinados a formação das mulheres por meio da economia doméstica:

Só por volta de 1908 foi o novo estudo encarado seriamente, em movimento que empolgou os países já interessados na matéria, mas hesitantes em lançá-la nos currículos escolares. Coube a Fythou, Conselheiro de Estado e Chefe da Instrução Pública e Cantão de Friburgo, na Suíça, organizar nessa época a Federação Internacional de Ensino Doméstico, destinada a internacionalizar o problema da Economia Doméstica, reunindo iniciativas interessantes de todos os países civilizados para fundamentar, através do ensino, a organização racional e a estabilidade do lar. (VOGEL, 1974, p. 113)

Os debates acerca dos papéis femininos e masculinos na sociedade e do trabalho das mulheres dentro e fora do lar, entre o século XVIII-XX incentivaram e deram ênfase ao ensino de economia doméstica, cuja finalidade seria formar as donas de casa e as futuras gerações de mulheres para o trabalho doméstico em decorrência da expansão do trabalho na indústria, que absorvia várias mulheres no mercado de trabalho e conseqüentemente as

distanciavam da sua função principal, que era o de ser esposa e donas de casa dedicadas aos cuidados com a família:

As fábricas passaram a empregar moças e mulheres, uma vez que necessitavam de maior mão de obra, além do que o trabalho feminino era menor remunerado. Com as mulheres no trabalho, foi necessário, que a escola educasse a nova geração de mulheres para o trabalho doméstico. (FERREIRA, 2015, p. 3)

Nesse contexto de expansão do campo da economia doméstica, foram destaques os estudos desenvolvidos nos Estados Unidos, que se tornou exemplo da propagação e divulgação dos saberes da economia doméstica (Home Economics), bem como *lócus* privilegiado de pesquisas sobre essa temática principalmente pela via das escolas agrícolas e universidades. Essa situação foi detalhada em Relatório publicado pelo Ministério da Agricultura do Brasil em 1922, que apontava os benefícios da instrução relacionada às atividades agrícolas e a economia doméstica, a partir das experiências observadas nos Estados Unidos (BRASIL, 1922).

Essa propagação da economia doméstica nas escolas americanas decorreu da aprovação em 1907 da Lei Smith Hughes de ensino profissional em nível secundário, que autorizou a liberação de recursos da União para serem empregados na instrução agrícola, de economia doméstica, de artes e ofícios e conseqüentemente para habilitar professores nessas áreas. Entre os principais estudos desenvolvidos dentro da economia doméstica nos seus primórdios podemos destacar as pesquisas realizadas nos Estados Unidos em 1894, relacionadas à nutrição humana dentro de setores do Ministério da Agricultura do país, como o calorímetro de respiração⁴, estudos de dietas, digestão e metabolismo.

No Brasil, conforme os estudos de Sampaio, Costa Júnior e Alves (2014) a economia doméstica surgiu em forma de cursos profissionalizantes ligados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no ano de 1909 em algumas capitais e cidades do país, entre elas São Paulo, mas foi a partir de 1910 que ganhou contornos nacionais mais explícitos enquanto conhecimento a ser ensinado às meninas.

⁴ Criado pelos professores Atwater e Rosa, tratava-se de um aparelho que servia para medir em um determinado período de dias a quantidade de energia proveniente de suas dietas que eram gastas em diferentes trabalhos que faziam (BRASIL, 1922).

No decreto federal nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, que regulamentou o Ensino Agrônômico no país, a economia doméstica foi citada como parte do currículo das chamadas escolas domésticas de agricultura, para meninas e jovens:

Art. 354. As escolas domésticas agrícolas visam preparar as filhas dos cultivadores para os misteres da vida agrícola ministrando-lhes com esse propósito, educação apropriada ao sexo e aos serviços rurais que lhes são adequados.

Art. 355. A educação a que se refere o artigo anterior tem início no curso primário agrícola, na forma do art. 332, devendo ser completado nos cursos ambulantes e nas escolas domésticas agrícolas⁵.

[...]Art. 357. O programa do curso atenderá a revisão e ampliação do ensino primário, a criação do ensino primário agrícola para as alunas que não souberem ler e escrever, do ensino elementar das ciências acessórias e de horticultura, fruticultura, jardicultura, floricultura, zootecnia, indústrias rurais, inclusive a de laticínios, economia doméstica, economia social, noções de higiene geral de direito usual, de comércio e contabilidade agrícola. [...] (BRASIL, 1910. Grifo meu).

Mas, antes mesmo dessas determinações de 1909 e 1910, o ensino de partes do conteúdo da economia doméstica, por vezes com outros nomes (prendas domésticas, trabalhos manuais, educação doméstica e direção da casa) eram ensinados às meninas e jovens em alguns estados brasileiros, e não apenas em escolas de agricultura, como se verifica na legislação paulista de 1893 para as escolas normais (SÃO PAULO, 1893)⁶.

Entre os saberes que compunham a gama da economia doméstica podemos destacar: nutrição “racional”, higiene da família e da casa, noções de administração e finanças do lar, sendo a organização e controle das finanças da família um dos conhecimentos mais enfatizados para as mulheres. Chegando a compor o próprio Código Civil brasileiro de 1916 (BRASIL, 1916), no qual a economia doméstica é referenciada no artigo 247 como parte dos deveres da mulher, relacionados à compra e manutenção das coisas do espaço doméstico, mediante consentimento do marido⁷.

⁵ Sobre organização da escola primária no Brasil, veja Souza (2008).

⁶ Sobre a criação e reestruturações da escola normal de São Paulo, confira: Monarcha (1999).

⁷ O Código Civil de 1916, aprovado pela Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, no seu artigo 247, acerca dos direitos e deveres das mulheres, afirmava: “Presume-se que a mulher autorizada pelo marido: I - para a compra, ainda a credito, das coisas necessárias à economia doméstica (BRASIL, 1916). O Código de 1916 foi revogado pela Lei nº 10.406 de 2002, que institui novo Código Civil para o país (BRASIL, 2002).

Essa gama de conhecimentos diversificados que a mulher/mãe/esposa deveria dominar a partir da economia doméstica é o que nessa dissertação denomino de “polivalência da mãe moderna”. Considerando que o termo polivalência refere-se ao que possui muitas habilidades, é versátil, exerce multitarefas, essa denominação traduz os variados papéis que as mulheres exerciam no início do século XX (mãe, professora, educadora, enfermeira, operária, entre outras) nesse período de mudanças sociais marcado pela Grande Guerra e seus desdobramentos, que impactavam a economia, a política e a cultura, internacional e também nacional. A ideia de modernidade e moderno (em geral associada às máquinas e a velocidade) passou a permear com mais ênfase o cotidiano das pessoas (SEVCENKO, 2003).

Para essas mães dos anos 1910 era cada vez mais necessário dominar vários conhecimentos de organização do lar, finanças, saúde, alimentação, vestuário, etc. Conhecimentos que deveriam ser aplicados principalmente para educar seus filhos, mas também importantes diante das exigências que os novos tempos, marcados pela Guerra 1914-1918, exigiam. Por esse motivo, escolhemos esse termo para nomear as ações educativas destinadas à mulher/mãe que eram difundidas pela imprensa feminina brasileira no início do século XX.

O discurso modernizador e republicano que se expandiu durante o fim do século XIX e início do XX no Brasil deu mais ênfase à necessidade de proteger as mulheres para que bem criassem seus filhos, o que possibilitaria a reconstrução da nação. A mãe era exaltada como a primeira responsável pela educação dos filhos sobre valores morais e princípios, que subsequentemente levariam esse aprendizado para as futuras gerações.

Nessa conjuntura que enaltecia a mulher/mãe, destacou-se a relação entre o estado e a medicina que valorizava e reforçava o binômio mãe-filho. Os médicos tornaram-se os professores informais das mulheres, para que as mesmas pudessem bem cuidar de seus filhos. Uma situação que variou de orientações e conselhos, por exemplo, sobre amamentação e alimentação infantil, até a delegação, mais ou menos velada, da responsabilidade da mãe pela manutenção da saúde da prole, pois era ela que teria de levar os filhos ao médico ou atentar para a vacinação das crianças.

Essa concepção médico/pedagógico/prescritiva também começou a ser visível no âmbito da escola em que a higiene passa a compor a grade dos conteúdos dos currículos escolares, da formação dos professores e programas de ensino. Compondo propostas sociais de higienização e formação de sujeitos saudáveis com os quais a economia doméstica contribuiu como forma de instrumentalizar as mulheres sobre a aplicação doméstica dos saberes de higiene e puericultura, concorrendo inclusive para a educação de seus filhos.

Em seus estudos Freire (2014a; 2014b) analisa que práticas banais como banho e sono ganharam status higiênicos e eram ensinados detalhadamente pelas revistas, uma vez que a imprensa passou a ser uma grande aliada na divulgação desses saberes, principalmente a imprensa feminina. Como escreveu D' Incao (2017, p. 230):

(...) o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visam “educar” a mulher para seu papel guardiã do lar e da família- a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos.

Assim, a educação para saúde das mulheres e para as crianças tornou-se uma das preocupações sociais do início do século XX, preocupação essa, que se estendeu aos médicos e principalmente as mulheres, que deveriam passar esses conhecimentos aos seus filhos e familiares, colaborando com o projeto de uma sociedade moderna, proposto pelo governo republicano.

A imprensa tem sido objeto de inúmeros estudos do âmbito da História e, particularmente, da História da Educação. São estudos realizados sob perspectivas teóricas e sobre temas diversos, entre eles, destaco os citados estudos sobre o problema da maternidade/higiene/puericultura, de Maria Martha de Luna Freitas, realizados a partir da análise de revistas femininas: *A puericultura em revista* (2014a) e *Higienizando corpos e mentes. Maternidade, ciência e cultura no Brasil nas primeiras décadas do século XX* (2014b). No primeiro estudo a autora analisa como as revistas femininas serviram para constituir e reforçar a puericultura como uma área do conhecimento e legitimar o papel social da mãe moderna. No outro, ela problematiza os discursos e processos de difusão de informações sobre a maternidade científica, apregoados por médicos que escreviam nos impressos: *Vida Doméstica* e

Revista Feminina, publicadas, respectivamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Outro trabalho significativo é a tese de doutorado de Ana Carolina Eiras Coelho Soares, defendida em 2009, sob o nome de *Receitas de felicidade e espectros da infelicidade: o Código Civil de 1916 e as lições de comportamento na Revista Feminina no início do século XX*. No qual a pesquisadora busca analisar como os diferentes discursos sobre casamento, infelicidade e família eram comportamentos desejados por homens e mulheres tendo como objeto de pesquisa à *Revista Feminina*.

Além desses estudos existem pesquisas realizadas entre as décadas de 1980 e 1990 sobre a temática da imprensa feminina evidenciando o papel importante da *Revista Feminina* no século XX como veículo de informação e instrução das mulheres em diferentes áreas (lar, cozinha, moda e saúde) como é o caso da tese de doutorado de Sandra Lúcia Lopes Lima *Espelho da mulher: Revista Feminina 1916-1925* (2007). O livro *Revista em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república São Paulo (1890-1922)* de Ana Luiza

Martins (2008) e os estudos de Dulcilia Buitoni, *Mulheres de papel: a representação de mulheres pela imprensa brasileira* (2009) e *Imprensa Feminina* (1896). Apesar da *Revista Feminina* já ter sido analisada por diferentes perspectivas e em diferentes áreas, essa pesquisa se justifica justamente por analisar a economia doméstica como um tema importante dentro da *Revista Feminina* e que contribuía para instruir suas leitoras e famílias com bases em discursos sobre a organização das finanças, higiene, puericultura e organização do espaço doméstico como um todo, no qual a mulher era a principal responsável pela propagação desses saberes em seus lares. Tema que ainda é pouco investigado no campo da História da Educação e nas pesquisas que problematizaram a *Revista Feminina*.

Uma vez que grande parte dos trabalhos relacionados a história da economia doméstica enfocam principalmente no desenvolvimento da disciplina escolar como é o caso do estudo de Ana Carla Menezes de Oliveira, intitulado *A trajetória histórica da formação em economia doméstica na escola agrotécnica federal de São Cristóvão 1952 a 1967* (2016). No qual a autora busca analisar a formação desenvolvida nessa escola e as relações entre a economia doméstica e as discussões sobre o ensino agrícola em Sergipe

nesse momento, compreendendo essa área de conhecimento como uma formação para o trabalho destinado as mulheres.

Kátia Viana de Souza em sua dissertação de Mestrado, defendida em 2015, pela Universidade Tiradentes, sob o nome de *A disciplina de economia doméstica e a formação feminina no instituto de educação Ruy Barbosa (1960-1970)*, tem por objetivo investigar a finalidade e inserção dessa disciplina no currículo escolar e na formação feminina, contextualizando historicamente a economia doméstica.

Esses estudos focalizaram principalmente no desenvolvimento da disciplina escolar e na preparação da mulher para atuação no mercado de trabalho. Todavia, nosso estudo busca refletir sobre outros desdobramentos que a economia doméstica teve na sociedade e na vida das mulheres, traçando uma história desta área de conhecimento que não estava apenas na escola, mas também nas páginas da imprensa feminina e no cotidiano das pessoas.

A revista nesse trabalho é compreendida como apontado por Martins (2003), uma fonte rica e diversificada de documentos, que traz indícios de processos históricos de práticas de consumo, usos e costumes. Ou seja, a revista reúne em seu *corpus* imagens, técnicas, textos, entre outros documentos, além de se diferenciar da imprensa diária, pela capacidade de dialogar diretamente com seu público, por meio de uma linguagem coloquial e de entretenimento.

Conforme Chartier (2010) a historicidade de um texto refere-se às negociações que são feitas, as negociações entre seu discurso, escrita, gênero e condições de suas publicações, podemos inferir que a revista constitui uma prática social da imprensa, revelando uma relação entre seus autores e leitores.

Trabalhar com a imprensa para compreender o século XX, bem como as mudanças ocorridas durante esse período na tentativa de examinar esse passado torna-se imprescindível. Porém é importante destacar, que apesar das inúmeras possibilidades que esse tipo de fonte pode trazer, o pesquisador deve estar atento as armadilhas dos periódicos⁸ e fazer constantemente o exercício

⁸ Conforme os estudos de Martins, M.L. (2008) durante o século XX o caráter mercadológico dos periódicos se acentuou e, nessa perspectiva, muitas revistas matizavam a realidade de acordo com o que o leitor queria ver e ouvir, ou a partir de interesse de seus editores ou patrocinadores.

da crítica aos documentos e a contraposição de fontes.

Em São Paulo segundo Cruz (2013) as revistas começam a ganhar mais espaço a partir da segunda década do Século XX:

Em São Paulo, esse movimento de afirmação das revistas configura-se a partir da segunda década do século XX, indicando um processo de estreitamento da diversidade das publicações e da atuação dos grupos produtores no campo do periodismo literário, cultural e de entretenimento. Diferentemente dos processos das décadas anteriores, as disputas circunscrevem-se, então, a uns poucos projetos editoriais. Num espaço delimitado por empreendimentos marcadamente comerciais, com estruturas profissionais mais definidas, um número bastante reduzido de revistas disputa a hegemonia na área da produção de publicações ilustradas e de entretenimento (CRUZ, 2013, p.10)

Todavia, desde o século XIX em alguns periódicos no Brasil, já era possível observar as reivindicações acerca dos direitos das mulheres como é o caso do jornal a *Família* fundado no ano de 1888 no Rio de Janeiro por Josefina Alvares Azevedo, que segundo Aras e Marinho (2012) por meio dos seus escritos Josefina defendia o Sufragismo e reivindicava a igualdade prometida pela República. Em São Paulo, segundo Teles (1993), entre 1897-1900 circulou a revista *A Mensageira* dirigida por Prisciliana Duarte de Almeida, periódico que se preocupava em dar ênfase às publicações literárias femininas, que destacavam a posição social das mulheres e os preconceitos que elas sofriam.

Anos mais tarde Prisciliana Duarte de Almeida se tornaria uma das colaboradoras da *Revista Feminina*, dirigida por Virgínia de Souza Salles, casada com João Salles, ambos de tradicionais famílias de cafeicultores e políticos paulistas (SCHUMAER, 2000).

Segundo Buitoni (1986) havia no início do século XX variadas opções de revistas e periódicos de leitura para as mulheres de São Paulo, tais como *A Cigarra*⁹, entretanto, a *Revista Feminina*, destacou-se pelo bem estruturado esquema comercial que permitiu sua existência por vários anos.

⁹ Segundo Buitoni (1986) a *Cigarra* foi uma revista ilustrada criada pelo jornalista Gilásio Pimenta que inicialmente não era concebida como uma revista feminina, porém ao longo dos anos foi adequando seus assuntos e publicações as demandas vindas das mulheres leitoras. Foi publicada entre 1914 e 1975.

Para entendemos aspectos do empreendimento comercial e familiar que foi esta revista, dirigida ao público feminino, nos ancoramos nos conceitos de estratégias e táticas conforme propõe Certeau (2013), em que as estratégias são os cálculos de manipulação das relações de força e a tática as ações calculadas a partir do lugar do outro. Porém, as táticas e estratégias não são categorias estanques, mas sim dinâmicas, que estão em movimento conforme a própria ação dos sujeitos.

No ano de 1914, no mês de junho *A Luta Moderna* começou a ser editada na localidade de Mogi das Cruzes (cidade limítrofe de São Paulo), este periódico em formato de jornal de quatro páginas, era de distribuição gratuita e foi publicado até dezembro de 1914, quando teria alcançado a tiragem de 30 mil exemplares (LIMA, 2007, p. 225). Neste número os proprietários informaram aos leitores que o periódico passaria por mudanças que iriam, desde a diagramação até o nome. Em janeiro de 1915, em formato reduzido, “de revista”, com mais páginas, surgiu a *Revista Feminina: A Luta Moderna*, que circulou até 1936 — o subtítulo desapareceu em julho de 1915.

A Revista Feminina contou com direção de sua fundadora Virgilina de Souza Salles até sua morte em 1918. A mudança de direção do periódico pode não ter alterado as diretrizes da revista imediatamente, mas um novo período do periódico começou sem a presença da fundadora. Por esse motivo, o recorte temporal dessa pesquisa se fixou em analisar as edições do periódico entre 1915 e 1918, período em que sua idealizadora estava na direção editorial da revista. Foram também analisados exemplares do periódico *A Luta Moderna* de 1914.

A Revista Feminina tinha pretensões de se parecer com as revistas europeias e americanas que já circulavam pelas mãos das mulheres no mundo desde o século XVIII, no caso da revista de Virgilina a mesma tinha uma quantidade de páginas variáveis entre os meses chegando a ter tiragens com mais de 100 páginas. As primeiras e últimas folhas se destinavam aos anúncios, propagandas de produtos e medicamentos destinados às mulheres e crianças. Sendo que alguns destes produtos e medicamentos eram anunciados pela própria Empresa Feminina (empresa de propriedade da família Salles). Após os anúncios as leitoras poderiam ler a seção Crônica do Mês, cujo texto

recebia o nome do mês de sua publicação. Esse texto era assinado por Anna Rita Malheiros.

Em entrevista de 1989, Avelina de Souza Salles, filha da fundadora da *Revista Feminina*, afirmou que a publicação era mais lida por mulheres das classes altas, fazendeiras e professoras, nas capitais e cidades do interior dos estados (LIMA, 1991).

Para Freire (2006), a cultura da fundadora da revista e a perspectiva intelectual católica que permeava os textos publicados facilitaram a circulação do periódico em muitos lares paulistas e brasileiros. Algo também insuflado pela colaboração de importantes escritores do cenário literário nacional, como Olavo Bilac e Julia Lopes de Almeida.

A escolha de pesquisar a *Revista Feminina* de São Paulo teve como primeiro motivador a participação de uma família na sua criação e administração, tendo uma mulher como a sua idealizadora e seus conteúdos relacionados à economia doméstica e educação feminina. Paralelamente, o grande número de exemplares editados da revista, desde os tempos que chamava *A Luta Moderna*, também determinou o interesse pelo periódico, pela possibilidade de vislumbrar a circulação (CHARTIER, 2004; CERTEAU, 2013) das ideias apresentadas em seus artigos, propagandas, etc.; que gerou Indício desta circulação, além de sua grande tiragem, eram as informações enviadas pelas leitoras que eram publicadas na própria revista. Informações sobre esses lugares podem ser encontrados na seção publicada com o nome De Todo Brasil ou De Todos os Estados, que destacava e agradecia as assinantes, por meio da divulgação de seus nomes e lugares que moravam. Entre as unidades da federação e as localidades citadas nos números da revista estavam, além de São Paulo (capital e interior), os estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais e Santa Catarina, e as cidades de Curitiba, Recife e Rio de Janeiro. Sinalizando a circulação do periódico de Norte a Sul do país, apesar de sua maior difusão ser em São Paulo.

Ao dizermos que a *Revista Feminina* é nossa fonte, queremos esclarecer que não nos aprofundaremos na sua estrutura, diagramação, frequência de autores em suas publicações, etc., ou seja, a revista não é tema de estudo. Entretanto, no intuito de elucidar aspectos do nosso tema de pesquisa, destacaremos algumas dessas questões ao longo da dissertação.

Para entendermos indícios de tensões e contatos entre moderno/novo e antigo/tradicional (que vão se acentuando no início do século XX), no que se refere à ação feminina na sociedade brasileira em geral, notadamente a paulista, é importante destacar que não basta somente encontrar uma fonte e lê-la, é preciso realizar uma operação historiográfica com essa fonte. Para Certeau (1982, p.56):

Encarar a história como operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura).

Portanto busca-se nesta dissertação investigar e compreender ações educativas para mulheres relacionadas à economia doméstica, que eram realizadas cotidianamente através das páginas de uma revista feminina. Como escreveu Capelato (1988, p. 21)

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenções na vida social. Partindo desses pressupostos, o historiador procura estudá-la como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais [e das revistas]. A categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.

Como alerta esta historiadora, o uso da imprensa como fonte pressupõe um levantamento e tratamento minucioso do material, embasada pela reflexão teórica norteadora do trabalho historiográfico que será realizado. A partir dessa perspectiva, o presente estudo selecionou e analisou 47 edições mensais da *Revista Feminina* que circularam entre 1915 e 1918 (apenas o exemplar número 9, de fevereiro de 1915, não foi localizado).

Após a análise do *corpus* documental de cada uma das edições mensais que estavam dentro do arco temporal desta dissertação, optou-se por analisar e trabalhar com as seções da *Revista Feminina* que tiveram maior regularidade durante esses anos. Foram consideradas como tal as seções publicadas mensalmente durante um ano todo ou nos quatro anos. Estas seções estão sumariamente descritas no **Quadro 1**, com a informação do primeiro ano (ou dois únicos anos) de publicação:

Quadro 1 - Seções regulares da *Revista Feminina*

Seção / Coluna	Conteúdo	1º Ano Publicação	Autoria*
Expediente	Seção referente a divulgação de assinaturas da revista e entregas pelo correio	1915	Revista Feminina
Receitas de Fogão e de Forno / Menu do Meu Marido	Receitas culinárias	1915	Revista Feminina
De Todo Brasil / De Todos os Estados	Notícias da circulação da revista pelo Brasil e agradecimentos	1915	Revista Feminina
A Moda	Ensinamentos sobre vestuário feminino	1915	Marinette
Trabalhos de Agulha	Instruções de trabalhos de costura, renda bordado, etc.	1915	Revista Feminina
O Que Uma Noiva Deve Saber / O Que a Mulher Deve Saber / O Que Uma Boa Dona de Casa Deve Saber (entre outros)	Lições, instruções sobre cuidado da casa, economia doméstica, educação dos filhos, etc.	1915	Emma Drake/ Revista Feminina
Como Enfeitar a Casa	Dicas de decoração, disposição do mobiliário e ordenamento da casa.	1915	Revista Feminina
Trabalhos Femininos	Divulgação de trabalhos de prendas domésticas e manuais realizados pelas assinantes da revista.	1915	Revista Feminina
As Nossas Leitoras / A Nossa Revista / As Nossas Patrícias	Informações sobre a revista / apelos para angariar novos assinantes / convites para exposições de trabalhos.	1916	Revista Feminina
Educação das Crianças	Crônicas baseados em princípios cristãos para instruir acerca da educação das crianças	1916	Revista Feminina/
Vida Feminina	Assuntos e notícias do Brasil e fora do Brasil sobre mulheres	1916	Revista Feminina
Novos Colaboradores	Descrição dos nomes dos colaboradores da revista e agradecimentos.	1915	Revista Feminina/ Virgilina de Souza Salles
Exposição dos Trabalhos Femininos / Exposição de Prendas	Divulgação e solicitação de envio de trabalhos para exposição no salão da redação em São Paulo	1917	Revista Feminina

Crônica do Mês	Texto de abertura da revista	1915	Anna Rita Malheiros ¹⁰
Jardim Fechado	Textos de literatura, crônicas e poemas escritos pelas assinantes e colaboradores da revista	1918	Vários
Consultas Médicas Sobre Moléstias de Senhoras / Conselhos Médicos	Indicação de remédio ou tratamento via troca de cartas entre pacientes e médicos publicadas na revista	Apenas em 1915 e 1918	Revista Feminina

* A autoria Revista Feminina foi utilizada para textos assinados desta forma e para os sem assinatura.

Fonte: *Revista Feminina*, São Paulo, 1915-1918. Organização feita pela autora.

Além da análise das seções regulares, foi possível identificar a presença de outros textos, divididos entre literatura, notas, crônicas, humorísticos, cartas e notícias, que tratavam de temas relacionados a educação feminina, casa, lar, família e filhos durante os três anos em que Virgilina de Souza Salles estava à frente da edição da *Revista Feminina*. Os textos foram incorporados a este trabalho.

Para fazer história, segundo Certeau (1982, p.71):

É preciso encarar como ela trata os elementos “naturais” para os transformar em um ambiente cultural, como faz ascender a simbolização literária as transformações que se efetuam na relação de uma sociedade com a sua natureza. De resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das “neves eternas”, o historiador faz outra coisa: faz deles a história. Artificializa a natureza. Participa do trabalho que transforma a natureza em ambiente e assim, modifica a natureza do homem.

Trilhando esse percurso, essa dissertação foi dividida em três capítulos. Capítulo I, **Folheando as páginas da *Revista Feminina* de São Paulo: no rastro da imprensa para mulheres**, teve por finalidade traçar a história de criação desse periódico dentro do contexto de mudanças que a capital paulista passava nas duas primeiras décadas do século XX. Evidencio a atuação dos criadores da revista, notadamente de Virgilina de Souza Salles e seu irmão

¹⁰ O texto da seção Crônica do Mês não foi assinado por Anna Rita Malheiros apenas em janeiro de 1915, quando foi assinado por Joaquim Feijó, e em abril de 1917, quando quem assinou foi a “colaboradora” Jesuína de Barros (não foram encontradas outras informações sobre essa autora).

Cláudio de Souza. Desde os seus primeiros números a *Revista Feminina* ganhou notoriedade entre mulheres de várias partes do Brasil a partir de táticas e estratégias de seus criadores, que eram ancorados pelas relações e recursos financeiros familiares. Destaco também o percurso e constituição da imprensa feminina no Brasil, assim como as práticas de leitura e escrita das mulheres por meio dos periódicos femininos.

No Capítulo II, **Lendo as letras: educando e instruindo as mulheres para o lar**, analiso o que era a economia doméstica, presente nas escolas como uma saber para mulheres, e como seus princípios eram veiculados pela *Revista Feminina*, desde a ótica das propagandas até em artigos, notas e outros textos que visavam educar e instruir as leitoras pelo viés da maternidade científica e da administração do lar, sem perder os vínculos com princípios religiosos e morais que valorizavam a mãe e senhora do lar.

No Capítulo III, **A mulher moderna entre a família, a casa e a rua** investigo como a *Revista Feminina* concebia e concorria para a formação do papel social da mãe/mulher moderna, o que demandava conhecimentos a serem dominados para o exercício racional desta função. Nesse sentido foi possível identificar práticas e teses defendidas pela economia doméstica também em ações patrocinadas pelo periódico. Destaco a criação de cursos, em espaço anexo à redação, cujos temas abrangiam do gerenciamento de finanças às “artes decorativas”, e a organização de exposições e vendas de trabalhos feitos por ex-alunas desses cursos e dos enviados por assinantes do periódico. Práticas que instruíam e educavam, formando a mulher polivalente eficaz nos cuidados do lar, mas que poderia até atuar fora do espaço doméstico, desde que em funções apropriadas para mulheres.

Assim, a partir do realizado foi possível perceber que a economia doméstica, enquanto resultado de demanda da sociedade do início do século XX, possibilitou o acesso de jovens e senhoras a variados conhecimentos que, veiculados pela *Revista Feminina*, concorreram para valorizar e definir em moldes modernos o papel da mulher no lar, como mãe e dona de casa; mas também colaboraram para que algumas mulheres vislumbrassem horizontes além do espaço doméstico. Algo que pode ser detectado em textos da *Revista Feminina*, escritos tanto por mulheres quanto por homens.

CAPÍTULO I

**FOLHEANDO AS PÁGINAS DA *REVISTA FEMININA* DE SÃO PAULO:
NO RASTRO DA IMPRENSA PARA MULHERES**

Para abrir este capítulo retomaremos as palavras de Paul Veyne (1998, p.44): “o historiador procura fazer compreender as tramas. Como se trata de tramas humanas, e não, por exemplo, os dramas geológicos, os resultados serão humanos”. As palavras de Veyne nos ajudam a pensar o papel da História e das suas fontes para construir uma determinada trama histórica, que como nos mostrou a escola dos *Annales* não é somente política e econômica, trata-se também de uma história que é cultural e social, ou seja, a História se constitui e se faz pelas pessoas e é narrada pelo historiador. Nesse contexto a imprensa e seus impressos revelam uma história do cotidiano, das relações entre as pessoas, práticas de leitura, escrita e formas de educar.

Ao adentrarmos na história da imprensa e dos seus impressos é preciso compreender como salienta Cruz (2013), que a imprensa não é somente um mercado lucrativo, ela é uma prática social que constitui e institui modos de viver e pensar a cidade. No seu estudo intitulado *História da Imprensa no Brasil* Nelson Werneck Sodré (1999) mostra que o surgimento da imprensa, está atrelado às mudanças e os avanços dos meios de comunicação ao longo da História do Brasil e também nas transformações da percepção do próprio papel da escrita e leitura na sociedade. É possível notar que a inserção da imprensa no Brasil foi seguida de uma série de conflitos internos e perseguições desde o período colonial, período que muitos livros eram considerados formas de instrumentos heréticos.

A partir dos estudos do autor verifica-se que o lugar que o livro ocupava na sociedade colonial era o da desconfiança, porém isso não impediu o surgimento de iniciativas cuja finalidade era instalar a imprensa na Colônia. No ano de 1746, no Rio de Janeiro, Antônio Isidoro da Fonseca transferiu-se de Lisboa trazendo consigo material tipográfico a fim de montar uma pequena oficina tipográfica no Rio de Janeiro:

Antônio Isidoro da Fonseca, antigo impressor em Lisboa, transferiu-se a colônia, trazendo na bagagem o material tipográfico com quem montou no Rio pequena oficina. Chegou a pô-la em atividade, pois imprimiu alguns trabalhos, entre os quais se destaca a *Relação da Entrada do bispo Antônio do Desterro*, redigida por Luís Antônio Rosado da Cunha, com dezessete páginas de texto. (SODRÉ, 1999, p. 17).

Como forma de escapar das perseguições Antônio Isidoro usava a tática de alterar a data das edições da tipografia. Mas apesar dessa iniciativa, o primeiro jornal só seria impresso quase um século depois na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1808: a *Gazeta do Rio de Janeiro*. O jornal era publicado duas vezes na semana e editado por Frei Tibúrcio José da Rocha, tendo como redator Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. O conteúdo era atrelado aos interesses da Coroa (SODRÉ, 1999).

Aos poucos os jornais foram aumentando de número e também se transformando e deixando de ser um produto artesanal para ser mais industrial. Aqui o artesanal remete-se aos primeiros periódicos feitos em pequenas oficinas, vivendo da opinião dos leitores e buscando servi-los e fazendo da reprodução de textos bíblicos grande parte do conteúdo disseminado na sociedade pela via impressa.

Os estudos de Chartier (2009a) sobre as práticas de escrita e leitura entre os séculos XVI e XVIII nas sociedades europeias, revelam que as diferentes formas de ler um texto ou impresso estabeleceram novos modos de pensar, novos modelos de comportamento e condutas culturais:

Ler em voz alta, para os outros ou para si mesmo, ler em grupos, ler por obrigação de trabalho ou por prazer são atos que não desaparecem com a revolução da leitura no silêncio e na intimidade. Nesse campo também se trata, pois, de reconhecer o emaranhado das práticas sem perder de vista que através de tal diversidade estabelecem-se novos modelos de comportamento, novas condutas culturais, características do processo de privatização da primeira modernidade. (CHARTIER, 2009a, p. 113).

Assim a produção de um impresso e dos seus conteúdos está em um lugar que é econômico, social e cultural. Local que institui também novas formas de ler e se apropriar das informações. As relações entre a palavra impressa e o povo, como apontou Davis (1990) ao discutir a leitura dos livros, não é somente uma fonte de ideias e imagens, mas mensageira de relações:

[A] leitura dos livros impressos não silenciou a cultura oral. Talvez ela oferecesse as pessoas algo sobre o que falar. O aprendizado através do livro impresso não substitui, de repente, o fazer pelo aprender. Talvez ele oferecesse as pessoas novas maneiras de relacionar o que faziam com o conhecimento, novo ou velho. (DAVIS, 1990, p. 176).

Com o processo de industrialização e emparelhamentos das oficinas a produção de periódicos se torna mais acelerada, não serve mais apenas aos seus leitores, mas também aos patrocinadores e anunciantes, influenciando os modos de pensar, se comunicar e viver das pessoas. Mas, se como escreveu Sodré (1999, p.1), “a ligação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão da imprensa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos”, é possível considerar que também os leitores/consumidores do jornal ou revista, balizaram o impresso com as opiniões que emitiam sobre o que era lido — não eram poucas as publicações que tinham entre suas seções uma dedicada total ou parcialmente a publicação da palavra do leitor — mesmo que muitas cartas enviadas não fossem publicadas, todas deviam ser lidas por um membro por editores do jornal ou revista. Nessa imprensa a especialização e segmentação para determinados públicos se tornou uma estratégia para atrair diferentes leitores, garantir sua permanência no mercado editorial que se tornava cada vez mais competitivo e numeroso:

Das primeiras décadas do século XIX às últimas do século seguinte, milhares de publicações, jornalísticas ou não, tomaram o formato de revista e ganharam o mercado e seus públicos. Algumas delas como a Revista Ilustrada no século XIX e a revista O Cruzeiro no século XX tornaram-se ícones do humor e do jornalismo. Por outro lado, essas publicações se fizeram retratos de períodos históricos específicos. (MOURA, 2011, p. 2)

As revistas femininas, no Brasil como em outras partes do mundo, são, portanto, parte desse processo de especialização da palavra escrita (voltada para o público feminino) e que deteve um papel importante na instrução das suas leitoras, bem como, na propagação da moral e dos “bons costumes” entre as mulheres no início do século XX, por meio dos seus conselhos de moda, saúde, economia doméstica, família, culinária, etc. A primeira imprensa feminina especializada foi a da moda, que surgiu na Europa durante o século XVIII (PERROT, 2005b).

Na maioria desses impressos eram os homens que escreviam se dirigindo as mulheres, pois as mesmas vão ganhando espaços na escrita dos periódicos gradativamente. Essa inserção gradativa se justificava por vários

fatores, como por exemplo, o acesso à educação que era destinada as mulheres durante esse período, na qual muitas eram instruídas dentro dos seus próprios lares, aprendendo em grande medida as coisas que se referiam aos cuidados com a casa e a família. Porém as mulheres encontravam subterfúgios, como demonstrado nos estudos de Castan (2009) em que no interior do mundo feminino era possível perceber uma circulação de dinheiro, roupas, conversas com as vizinhas, compras no mercado, uma história a parte, não contada necessariamente para os seus maridos.

Dentro dos seus bairros na Europa do século XVIII as mulheres saíam para ir ao mercado e pegar água, se apossavam da rua das praças públicas, elas circulavam caminhavam por entre as feiras para escolherem os alimentos. Ou seja, trata-se de espaços de circulação das mulheres que não são mais somente o doméstico, mas do social, da educação informal e do cotidiano.

É a partir do século XIX que a imprensa feminina começa a ganhar mais destaque, e as revistas mais que os jornais diários por meio de uma linguagem de entretenimento e coloquial passam a atuar como conselheiras de suas leitoras, estabelecendo um diálogo, uma relação pessoal com as suas consumidoras. Segundo Chartier (2009a) essa relação pessoal com o texto lido serviu para dar base ao estado moderno. O historiador afirma:

Da maior ou menor familiaridade com a escrita, depende, pois, uma maior ou menor emancipação com relação a formas tradicionais de existência que ligam estreitamente o indivíduo a sua comunidade, que o imergem num coletivo próximo, que o tornam dependente de mediadores obrigatórios, interpretes e leitores da Palavra divina ou das determinações do soberano. (CHARTIER, 2009a, p. 120).

Gradativamente as revistas femininas passaram a constituir um universo a parte de disseminação de hábitos, costumes, para as mulheres e suas famílias com instruções acerca dos modos de se vestir, cuidarem da casa, de como cuidarem dos filhos, cujo público alvo já era deixado evidente no próprio nome do periódico. As revistas passaram a ser um espaço de luta pela emancipação feminina, mas também um nicho do mercado, em que os patrocinadores disputavam lugares de fala, bem como as indústrias de cosméticos que também viam um público consumidor potencial:

Os patrocinadores procuram, principalmente, captar consumidoras potenciais, guiar seus gostos e suas compras. A indústria dos cosméticos, a das artes domésticas, visam, de início, às mulheres mais sofisticadas. Entre as duas guerras, a revista *Mon chez moi*, de Paulette Bernège, rival da americana Christine Frederick, ligada inclusive aos produtores de eletricidade, pretende fazer da dona-de-casa uma profissional bem equipada. (PERROT, 2005b, p. 34)

Com essas disputas de espaços, de propagandas e escritos que compunham os bastidores dos impressos femininos, as revistas começaram a ter uma variedade e miscelânea de temas como mostrou Buitoni (1986). Poesias, receitas, reportagens, horóscopo, contos, fofocas, saúde, educação infantil, etc., começaram a encher as páginas das revistas femininas. Passando a se diferenciar cada vez mais dos jornais, para se tornarem *magazines*. A palavra inglesa *magazine* derivada do francês e árabe referia-se as publicações de conteúdo diversificado.

Apesar de se popularizarem somente no século XX, anos antes já era possível encontrar esforços de mulheres de levar visibilidade a assuntos diversos destinados ao público feminino, por meio da imprensa por exemplo, com os almanaques:

Sucesso de vendas com a popularização do invento de Gutemberg, ao longo dos séculos XVI e XVII, os almanaques traziam conselhos práticos de economia doméstica, medicina caseira, listavam os santos do dia, com recomendações práticas de agricultura, numa espécie de manual de dias e conselhos práticos para uma sociedade eminentemente rural. Deles as revistas femininas herdaram o tom e aplicabilidade dos conselhos. (COSTA, 2014, p. 27)

No Brasil publicações como o *Jornal das Senhoras* em (1852), por Joana Paula Manso, no Rio de Janeiro, retratam esse esforço de dar visibilidade às causas femininas e da emancipação da mulher. Esforços que não se concentravam apenas nas cidades do Rio de Janeiro ou em São Paulo, mas estavam presentes também em outros lugares, como na cidade de Recife, grande centro açucareiro do Brasil e centro editorial nacional.

Segundo Telles (2017, p.404):

Em 1820, a cidade não só era o primeiro centro açucareiro do Reino Unido como, também, já era o grande centro editorial que continuaria sendo século afora. Havia inúmeros jornais de inspiração liberal, republicana, como o *Sentinela da Liberdade* do jornalista do Cipriano Barata. Nele, no ano seguinte a Independência, foi impresso um manifesto assinado por mais de 120 mulheres paraibanas que declaravam seu apoio a Independência, pois como “metade da sociedade humana” que eram, desejavam reassumir os direitos que lhes haviam sido usurpados e “quebrar os vergonhosos ferros da vil escravidão em que jazíamos”.

Observar-se por meio desses dois exemplos, que apesar da mulher ser vista como aquela que deveria ficar em casa e ser a “rainha do lar”, elas encontravam subterfúgios para fazerem-se autoras de textos, tendo escrito desde “cadernos goiabada”¹¹ até romances. Essa iniciativa ainda que sutil, às vezes utilizando-se de pseudônimos masculinos, permitiu que emergissem no cenário da imprensa brasileira uma escrita de mulheres para mulheres que ganharia mais evidência no decorrer do século XX, como exemplificam Duarte e Paiva (2009, p.12):

Julia da Costa (1844-1911), que participou de polêmicas nos jornais em um tempo em que este espaço ainda era predominantemente masculino; Inês Sabino (1853-1911), que defendeu a liberdade das mulheres quanto ao direito à escolha consciente de ter tanto família quanto carreira e que em seus escritos denunciou as práticas sociais que as marginalizavam; Emília Freitas (1855-1908), escritora abolicionista e republicana, que se preocupou com a violência contra mulher e com sua situação na sociedade de seu tempo; Julia Lopes de Almeida (1862-1943), que em suas crônicas fez campanhas em defesa da educação da mulher, além de tratar da condição feminina em seus romances.

As publicações femininas como estratégia de aproximação com o público feminino, geralmente utilizavam conforme assinala Mauzart (2003), nomes de flores, pedras preciosas dentre outras metáforas que pudessem se referir ao universo feminino e deixar evidente o público a quem se destinavam. Esse tipo de imprensa, portanto se define por quem a escreve e dirige e pelo seu público, seus escritos se dividem entre aqueles que são femininos, ou seja, foram pensados e concebidos tendo como foco as mulheres enquanto público

¹¹ Segundo Norma Telles (2017), “cadernos goiabada” foi o termo utilizado por Lygia Fagundes Telles para se referir aos cadernos nos quais mocinhas escreviam pensamentos e estados da alma. Esse caderno era deixado de lado após o casamento, sendo substituído pelo caderno do dia a dia em que se registravam despesas e receitas.

consumidor e as feministas que são aquelas que se dirigem as mulheres como público, mas se diferenciam por defender uma causa específica. Apesar dessa diferenciação as publicações femininas podiam apresentar conteúdos ditos feministas e vice-versa.

Para Aras e Marinho (2012) a imprensa apresentava novas possibilidades para as mulheres no que se refere a afirmação de sua autonomia, contribuindo não somente para reforçar os modelos de conduta e comportamento considerados adequados para elas, mas também trazia à tona questionamentos acerca do lugar das mulheres na sociedade.

Com a passagem do século XIX para o século XX variadas opções de revistas e periódicos de leitura para as mulheres começam a emergir, atrelados à propagação e popularidade das revistas ilustradas com a utilização da fotografia que acelerava o processo de criação e cópia de uma imagem que antes era feita pela xilogravura, como foram os casos das revistas paulistas *A Cigarra* e *Revista Feminina*.

A revista *A Cigarra*, publicada a partir de 1914, não foi concebida como revista feminina, mas tornou-se uma publicação mais adequada para mulheres devido aos temas que ganharam cada vez mais espaço na publicação (BUITONI, 1986, p. 42). Quanto a *Revista Feminina*, que também começou na mesma época, está destaca-se por ser uma revista para mulheres que resultou de um empreendimento comercial familiar que permitiu sua sustentação por vários anos, chegando a vender de 20 a 25 mil exemplares entre 1915-1918, isto em um mercado editorial que outras revistas faziam uma tiragem máxima de 10 mil exemplares e/ou tinham uma vida editorial curta (BUITONI, 1986). Mas o que fazia a *Revista Feminina* ter tanto sucesso e êxito nas suas publicações?

1.1 – Da *A Luta Moderna* à *Revista Feminina*: organização e trajetória de um periódico feminino

Numa das manhãs de dezembro de 1914, o articulista Joaquim Feijó (não foram encontradas informações sobre ele, seria um pseudônimo?) estava sentado em seu escritório lendo uma crônica literária sobre a guerra europeia, quando de longe, ao olhar pela porta, percebeu a chegada de João Salles diretor do jornal *A Luta Moderna*, que estava feliz e cantando em voz alta sua música favorita, *Caballero de la Gracia*. Ao questionar o simpático senhor pelo motivo de sua felicidade súbita, o mesmo lhe revelou que estava perplexo pelo êxito da iniciativa de sua família ao publicar o jornal *A Luta Moderna*, o que suscitou em sua mente uma ideia auspiciosa, a de transformar aquele jornal modesto em uma “colossal empresa”:

E para corresponder a extraordinária simpatia do público pela [A] *Luta Moderna*, resolvera dar-lhe outro formato, de mais fácil e cômodo manuseio, e melhor simultaneamente a parte redatorial. E explicou-me por miúdo o seu projeto de, dentro de um pouco, transformar a revista em uma colossal empresa, com instalação própria (...) (FEIJÓ, 1914, p. 1).

Diante de tal afirmação, Feijó, respondeu ao amigo dizendo que lhe daria todo seu apoio para que Salles levasse avante seu projeto audacioso. Em janeiro de 1915 publica-se a edição de número 8 do jornal que agora em novo formato era chamado de *Revista Feminina - A Luta Moderna*, de edição quinzenal, no qual Feijó assina o artigo de abertura. Nas edições seguintes do periódico os textos de Joaquim Feijó foram poucos e o texto de abertura (na seção *Crônica do Mês*) passa a ser assinado por Anna Rita Malheiros. O periódico de circulação quinzenal passa a ser de circulação mensal. Tais alterações sinalizam mudanças pelas quais a revista passou com o objetivo de aproximar-se mais do público feminino, o qual era seu alvo principal, mas não único.

É possível compreender essa transformação, que evidenciou a revista como um veículo por excelência para mulheres, a partir da concepção, apresentada por Chartier (1990), segundo a qual um texto não existe fora do seu suporte e este pode ser tanto imposto pelas estratégias de escrita e

intenção do autor, como pela manufatura da publicação (livro, revista, jornal), ou por seus leitores, inclusive os que realizavam leitura voz alta.

É no século XIX que começa a surgir diversificados perfis de leitores: crianças, mulheres e trabalhadores, e para esses públicos começam a serem produzidos, livros, cartilhas, jornais e revistas específicas, que se relacionavam as suas demandas. É também no século XIX que se distinguiu nitidamente o público e o privado, em que de modo geral o mundo público, principalmente o econômico e político é destinado aos homens e as mulheres são “apagadas” desses espaços. Esse “destino da mulher” foi reforçado por dois argumentos, o da utilidade social da mulher e a questão biológica da sua “fragilidade”. (PERROT, 1991; 2005a). Entretanto, a história das mulheres se fazia também nas margens e não só nos espaços domésticos e do lar, elas encontravam formas de escapar pelas frestas, e a imprensa feminina foi uma dessas frestas (PERROT, 2005b).

No Brasil a imprensa feminina, segundo os estudos de Martins (2003), entre 1912-1930 teve uma vasta produção periodista de diferente natureza sendo os mais lidos e com maior número de publicações dentro desse período os periódicos noticiosos, literários e religiosos e os que mais tiveram aumento percentual foram os esportivos e infantis. Nesse contexto as revistas femininas tiveram, conforme a autora, um importante papel na educação das suas leitoras: “a leitora feminina encontrou nas revistas a alternativa de aquisição do impresso, não apenas como leitora, mas sobretudo como consumidora de produtos de toda ordem” (MARTINS, 2003, p. 67).

A cidade de São Paulo principal centro industrial brasileiro no início do século XX, até a metade do século XIX parecia muito com os tempos coloniais, sendo um pequeno povoado de aproximadamente 31.000 habitantes no ano de 1872. A partir das últimas décadas do século XIX, a cidade começa a passar por mudanças e expansão territorial. Vários aspectos motivaram esse crescimento populacional, principalmente na parte urbana da cidade. A expansão da cultura cafeeira, pelo chamado Oeste Paulista e a paulatina concentração e diversificação de aplicação da riqueza gerada pelo café na capital da província, depois sede do governo estadual. As novas e grandiosas construções urbanas, a multiplicação das vias férreas e afluxo de imigrantes concorreram para mudanças vertiginosas da localidade na virada para o século

XX (CARPINTERO, 1997; MORSE, 1970). Cerca de 1 milhão de imigrantes, principalmente italianos, aportou no Brasil na última década dos Oitocentos, a maioria italianos com destino ao estado de São Paulo, muitos dos quais fixaram residência na capital paulista (BARBOSA, 2006, p. 34).

Causa e consequência do aumento populacional e diversidade econômica, as fábricas começaram a se multiplicar na cidade. Nos anos 1910, o processo de industrialização da cidade se fortalece principalmente nas áreas ligadas às vias férreas como do Brás, Belenzinho e Tatuapé e a expansão da área urbana e transformações na ocupação da cidade determinaram que ruas, praças e parques fossem refeitos. Segundo Rago (1985, p.3):

As reformas urbanas para a construção da “metrópole do café” foram acompanhadas por discursos literários, jornalísticos, ou memorialísticos enaltecendo o progresso e do poder libertador da técnica, preocupados, num primeiro momento, em demarcar as linhas divisórias entre tempo presente, tumultuado pelas marcas do progresso e o passado, descrito como monótono e atrasado.

Foi nesse contexto de mudanças que São Paulo vivenciava que foi criada a *Revista Feminina*, como uma proposta de João Salles e posteriormente tornou-se um negócio familiar de João e sua esposa Virgilina de Souza Salles.

Parte da origem da *Revista Feminina*, o periódico *A Luta Moderna* iniciou sua circulação em junho de 1914 na cidade de Mogi das Cruzes (São Paulo). Local que, nos tempos coloniais, foi parada e descanso dos bandeirantes que vinham para ou passavam por São Paulo, a cidade está localizada a aproximadamente 60 quilômetros do centro da capital paulista. Segundo o Anuário Estatístico do Brasil do IBGE, entre 1908-1912, Mogi das Cruzes teve um pequeno aumento da população, de 21.106 habitantes para 26.060, em contrapartida no final de 1912 a cidade de São Paulo tinha uma população estimada 400.000 habitantes (IBGE, 2006).

Nesse contexto, não foram apenas imigrantes que acorreram para a próspera capital paulista, muitos moradores de outras cidades, próximas ou distantes de São Paulo, começaram a se transferir para a localidade e não apenas por estrito interesse financeiro, mas também pela vida cotidiana em uma metrópole. Este foi o caso da família de Virgilina de Souza Salles no ano

de 1915. A mudança coincidiu com a transformação do jornal *A Luta Moderna* em *Revista Feminina*, que manteve o subtítulo *A Luta Moderna* por alguns meses. Como revela o trecho transcrito de um dos artigos da revista, publicado em março de 1917: “A *Revista Feminina* começou com quatro páginas modestas, apagadas, mas com muitas pretensões...” (REVISTA FEMININA 1917d, p. 39). Entretanto essa mudança foi muito marcada também pela continuidade, começando pela inclusão dos sete números publicados de *A Luta Moderna* como parte do primeiro ano de existência da *Revista Feminina*. Assim no primeiro exemplar desse novo periódico, editado em janeiro de 1915, consta ano I, nº 8.

Sobre o jornal *A Luta Moderna*, segundo Lima (2007), antes de lançar o primeiro número Virgilina de Souza Salles, com ajuda do irmão Cláudio de Souza, organizou um arquivo pessoal com vários endereços de pessoas residentes por todo país, que pudessem se interessar pela publicação. Foram enviados para essas pessoas, gratuitamente, exemplares de *A Luta Moderna* até a edição de nº 7, a última. Essa estratégia¹², aparentemente uma iniciativa de Virgilina, permitiu que o periódico ganhasse mais visibilidade entre as mulheres brasileiras e aumentasse o número de suas leitoras. Estratégia que continuou mesmo após a criação e venda da *Revista Feminina* por assinaturas, era uma forma de chamar cada vez mais a atenção do público:

A nossa Revista continua a tirar regularmente 15.000 exemplares e não há nenhuma revista no Brasil que tenha edição maior que a nossa, nem as revistas ilustradas do Rio. É claro que não temos 15.000 assinantes e que a nossa venda avulsa não atinge aquela cifra. Temos apenas 4.000 assinantes e a nossa venda avulsa entre Rio, São Paulo e interior não vão além de 2.000 exemplares. Sobramos 9.000 exemplares que enviamos de graça para todo o Brasil, como propaganda, variando os endereços. Possuímos um serviço completo de 180.000 nomes. (REVISTA FEMININA, 1915a, p. 6)

¹² Segundo Certeau (2013, p. 93), as estratégias podem ser compreendidas como: “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças”.

Parte dessa lista de nomes de leitores e assinantes foi cedida, segundo o próprio periódico, por um “ilustre amigo” (que nunca foi nomeado) e pelas próprias leitoras e leitores que já assinavam a revista e enviavam lista de possíveis novos assinantes. Em 1918 a publicação pela *Revista Feminina* de uma fotografia procurou tornar visível a magnitude das edições do periódico (**Figura 1**)

Figura 1 - Revista Feminina – Edição de junho



Fonte: *Revista Feminina*, n.50, p.15, jul.1918.

O cenário da foto foi idealizado para evidenciar a quantidade de exemplares regularmente editados. Os dizeres da faixa que encima as revistas empilhadas explicita esta intenção. Alguns dos exemplares foram propositalmente dispostos de forma a exibir suas capas. A capa do número de junho de 1918 também foi evidenciada pelo jovem (entregador/jornaleiro?), que está estrategicamente sentado a frente da pilha dos exemplares e olha diretamente para o fotógrafo. A imagem, resultado de uma situação

cuidadosamente elaborada, era um misto de propaganda e tentativa de comprovar a grande tiragem e circulação da *Revista Feminina*.

Indícios dessa circulação também podem ser percebidos na coluna De Todo Brasil ou De Todos os Estados (o nome variava) que publicava relatos de seus leitores e, eventualmente, de embaixatrizes e representantes do periódico. As embaixatrizes e os representantes eram pessoas que se dispunham a divulgar a revista em suas cidades (deixavam para venda em estabelecimentos comerciais, nos jornaleiros e até nas suas casas) e também recebiam exemplares do periódico para distribuição gratuita, a título de propaganda entre potenciais assinantes:

O senhor. Joaquim Pinto da Rocha comunica-nos que foi nomeado representante da Revista Feminina para este departamento, e disse-nos que recebeu da empresa pela última mala [postal], 2000 exemplares para serem distribuídos gratuitamente entre nossas patricias, incluindo assim a propaganda da tão simpática revista. A distribuição será feita no próximo domingo, no teatro Cecy. (REVISTA FEMININA, 1915a, p. 6)

Os exemplares da *Revista Feminina* traziam um cupom anexo. A pessoa desejosa de assinar o periódico deveria preencher o cupom e enviá-lo para a redação da revista, junto com a importância em dinheiro que correspondia à assinatura anual. **(Figura 2)**

Figura 2 - Corte e envie sem demora à Revista Feminina

Corte e envie sem demora

A' „REVISTA FEMININA”

Revista de publicação quinzenal da Empresa Feminina Brasileira — São Paulo

PEDIDO DE ASSIGNATURA

Envio junto a quantia de 3\$000 para a assignatura annual da „REVISTA FEMININA”, a terminar*no mez de de 191... pedindo me enviem tam-bem o presente promettido.....

Data de de 1915

Nome Residencia

Municipio Estado

Fonte: *Revista Feminina*, nº9, p.6, jan.1915.

Números avulsos também poderiam ser adquiridos, bastava o (a) interessado (a) enviar à redação o dinheiro correspondente aos exemplares desejados e esses eram enviados às casas de seus compradores pelo correio.

Todavia os caminhos percorridos pelos exemplares, da redação da *Revista Feminina* até os assinantes, eram muitas vezes interrompidos. Em agosto de 1915 a seção Todo o Brasil publicou carta de Paulo de Barros, morador de Piracicaba (SP), “reclamando [ou seja, solicitando] a revista, que se atentasse ao fato de que o correio se incumbe muitas vezes de desviar” os exemplares do periódico. Barros também enviava “felicitações por essa boa revista” (REVISTA FEMININA, 1915e, p. 7).

Por meio dos indícios de circulação também é possível perceber modos de apropriação (conforme propôs Chartier) de sentidos que os leitores e assinantes vão atribuindo e reconstruindo por meio da leitura desse periódico:

De Pelotas, Rio Grande escreve-nos D. Rita Barbeado, distinta professora de trabalhos: - Por intermédio de D. Regina Barcellos conheci a sua excelente Revista, cujas seções muito me agradam, principalmente a de Trabalhos de Agulha e Trabalhos de Senhoras. Bravíssimo! Fico orgulhosa de ver o espírito feminino brasileiro nela elevado a altura que merece e que o homem desconhece. Envio-lhe a assinatura e as de duas de minhas alunas e pode contar que tratarei de divulgar a sua Revista, que peço para chamar nossa, - de todas as senhoras brasileiras (REVISTA FEMININA, 1915e, p. 7)

E essa circulação teria sobrepujado as fronteiras nacionais. Pelo menos foi o que informou a edição da revista em abril de 1917:

É com desvanecimento que assinalamos a difusão, sempre crescente, da nossa Revista não só no país, onde ela vai despertando interesse que muito nos lisonjeia, mas também no estrangeiro, vindo de lá demonstrações muito carinhosas do espaço em que é tida. Ainda agora somos surpreendidos com uma amável missiva de Portugal [...] escrita por individualidade de destaque no mundo das letras e notável cultor do direito, e que outro não é se não o ilustre escritor e jurisconsulto Dr. Fernando Augusto da Costa Freitas, de Lisboa. (REVISTA FEMININA, 1917c, p. 16).

É evidente a utilização da carta do “escritor e jurisconsulto” português para ganhar ainda mais credibilidade entre a (o) s leitora (e) s. A missiva foi publicada em artigo que defendia a ideia da circulação internacional do periódico. Mas, o doutor Freitas não estaria apenas agradecendo, educadamente, o recebimento gratuito de um número da revista? Isso o

classificaria apenas como um leitor eventual e não concorreria para evidenciar a circulação internacional da revista.

Em dezembro de 1917 a *Revista Feminina*, que nesta edição contou com 116 páginas, apresentou um texto informativo sobre suas seções (literária, trabalhos femininos, ilustrações, educação doméstica, moda, infantil etc.) e também destacou o número de seus assinantes anuais:

A boa vontade, a dedicação e o zelo das senhoras brasileiras que de Norte a Sul do Brasil tomaram ao seu cargo proteger e amparar esta nossa primeira grande publicação feminina, concorreram para que o número de assinantes seguisse a seguinte progressão: 1914 (4.325) 1915 (7.220) 1916 (12.568) e 1917 (14.468) (REVISTA FEMININA, 1917b, p. 21).

Nas considerações gerais sobre a revista, o título do periódico também merece destaque, visto que mesmo após a mudança de nome, em janeiro de 1915, ainda aparecia como subtítulo de *Revista Feminina*, as palavras *A Luta Moderna*, revelando outra estratégia que se referia a aproximação com o público leitor deixando claro para quem se destinava, ao mesmo tempo que dialogava com os discursos de modernização que se apresentavam a sociedade brasileira nas duas primeiras décadas do século XX.

A Luta Moderna condizia com as mudanças e embates que já se apresentavam no século XIX acerca dos direitos das mulheres. No Brasil podemos ver exemplos dessas discussões sobre o direito das mulheres em espaços como do Partido Republicano Feminino, fundado no Rio de Janeiro em 1910 pela professora Leolinda de Figueiredo Daltro, cujo objetivo era:

O partido tinha por fim congregar as mulheres brasileiras, promovendo a cooperação feminina na defesa das causas relativas ao progresso do país. No programa do partido descava-se a luta pelo sufrágio feminino como forma de incorporar plenamente a mulher à sociedade. (SHUMAHAR, 2001, p. 535-536)

Esse objetivo de promover a cooperação feminina ganha destaque nas revistas femininas e imprensa feminina, no caso da revista dirigida por Virgínia de Souza Salles, isso aparece no próprio discurso do periódico que se apresentava como uma leitura destinada à todas as mulheres brasileiras: A nossa ânsia é dotar o Brasil de uma revista modelo. Não nos pouparemos

esforços para conseguirmos o nosso desiderato e para provar a ironia “masculina” até onde pode ir o esforço tenaz e infatigável da mulher brasileira (REVISTA FEMININA, 1917d, p. 39).

Entre 1915-1918 verifica-se um aumento significativo de assinantes do periódico, fato que indica o sucesso de diferentes estratégias e divulgação da *Revista Feminina*, que iam desde a oferta de brindes e cursos destinados às mulheres, até a divulgação em outros periódicos jornais¹³ e a boa relação com a igreja católica, o que pode ser percebido em artigo publicado em março de 1917: “Desde os nossos primeiros números declaramos que não nos movia nenhum interesse subalterno de lucro na fundação da *Revista Feminina* - que era apenas bandeira de uma cruzada: a da leitura útil, sã e moral para os nossos lares, assediados pela corrupção da imprensa” (REVISTA FEMININA, 1917d, p.39).

A pauta religiosa era frequente na *Revista Feminina*. Manoel (1996) assinala que perspectiva educacional feminina católica, propunha uma divisão em duas vertentes, uma que seria voltada para educação e a outra para instrução das mulheres, apesar de serem complementares ambas apresentavam características diferentes. Segundo este autor:

À instrução caberia municiar a inteligência com as conquistas e descobertas do saber e da ciência em assuntos meramente humanos. Assim, os objetivos instrucionais se limitariam a introduzir a educanda no universo das Ciências Naturais, da Matemática, da Geometria etc. À educação caberia a tarefa de modelar o caráter da educanda conforme os preceitos e valores morais católicos. Os objetivos educacionais propunham levar a aluna a observar esses preceitos morais e religiosos por meio da prática de virtude, do conhecimento das verdades religiosas e da assimilação dos bons exemplos preservados pela história (MANOEL, p. 76, 1996).

Considerando esta perspectiva, a *Revista Feminina* concorria para a educação feminina, como fica evidente nas próprias definições dadas pela revista acerca da educação doméstica. Em janeiro de 1915 o periódico publicou o texto Educação Doméstica, assinado por Phill¹⁴, dando orientações tanto às mães quanto aos seus filhos, destacando que:

¹³ Entre alguns dos jornais que faziam referência à *Revista Feminina* podemos destacar o *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro) e *Correio Paulistano* (São Paulo).

¹⁴ Não foi encontrada referência sobre esse(a) autor(a). É provável que o texto publicado fosse uma versão de parte do original editado em outro país.

O colo materno é a primeira escola que a providencia proporciona a criança. As mães em primeiro lugar competem desempenhar o espinhoso ofício de dar, a seus filhinhos, a primeira direção para o bem e para a virtude. O primeiro ato que lhes toca fazer é levar-lhes a mancha do pecado de origem, com as águas salvadoras do batismo. (PHILL, 1915, p. 5)

Dois meses depois, na seção De Todos os Estados, foi publicado um agradecimento especial ao padre Moysés de Strauss, coadjutor da paróquia de Paracahy¹⁵, que escreveu uma carta parabenizando a iniciativa de Virgilina de Souza Salles e sua família afirmando:

A Revista Feminina que é confeccionada com grande escrupulo veio preencher uma lacuna que a muito se fazia sentir, pois é uma revista que pode ser lida por qualquer senhora, o que não se dá com o geral das nossas revistas, nas quais ateísmo e licença de frase rivalizam. Faço votos, pois, para que ela tenha longa vida e não se afaste do programa que tanto a distingue (STRAUSS, 1915, p. 13).

Assim, nas páginas da *Revista Feminina*, desde seus primeiros números, é apresentado um discurso que não condena a ação da mulher fora do espaço doméstico, mas que exalta sua atuação como mãe/esposa/dona de casa e mulher religiosa e, também textos como o da própria fundadora da revista que defendiam a atuação social da mulher brasileira dotada de um “esforço tenaz e infatigável” (REVISTA FEMININA, 1917d, p. 39).

A *Revista Feminina* era permeada pelos dois discursos tanto conservador acerca do papel das mulheres quanto os mais progressistas sobre o direito ao voto e a emancipação feminina. Mas o sucesso desse empreendimento revista/empresa não aconteceu apenas devido a essa combinação discursiva ou outras estratégias de divulgação, foi também foi ancorado, como apresenta Shumaer (2001), na sua bem-sucedida publicidade que agradava os anunciantes:

(...) os anunciantes conheciam o número preciso da tiragem, porque esta era contada em público. A editora afirmava que sua revista era “o primeiro grande trabalho para o nosso sexo”. O Jornal do Commercio classificou-a como “a melhor publicação feminina que já apareceu na América do Sul”. (SHUMAER, 2001, p. 601)

Esse sucesso deve ter concorrido para o plano de expansão da revista, depois do final do conflito mundial:

¹⁵ Não foi possível saber a localização exata desta paróquia.

Estamos já em combinação com uma das mais importantes fábricas europeias para que, logo que termine a guerra, nos forneça as amostras de trabalhos que enviaremos dentro de cada um de nossos exemplares (...) vamos agora abrir a nossa filial no Rio, pela qual tanto anseiam nossas leitoras cariocas, porém, vamos proceder no Rio, como procedemos aqui: - iremos devagar, pouco a pouco, sem vaidade, mas com confiança cega no êxito. Conseguimos que aceitasse a direção de nossa filial o capitão de corveta F.A. Pereira, um dos mais brilhantes oficiais superiores de nossa marinha de guerra. (REVISTA FEMININA, 1917d, p. 39)

Mesmo sendo destinada à mulher a *Revista Feminina* frequentemente trazia em suas páginas descrições acerca da aceitação que também tinha por parte do público masculino e a colaboração de homens em suas páginas e projetos, o que indica uma tática importante da revista na manutenção e ampliação de seu público e também de sua aceitação social — afinal não deveriam ser poucas as leitoras que mantinha sua assinatura da revista com o dinheiro que recebiam de seus maridos.

Assim o êxito alcançado por esse periódico não estava ligado a um único fator, mas estava relacionado à forma como a fundadora da *Revista Feminina* e sua família, notadamente, Cláudio de Souza, atuavam, entre estratégias e táticas, para a manutenção da publicação, o que incluiu a criação da Empresa Feminina Brasileira, o projeto auspicioso da empresa de João Salles, o marido de Virgilina.

1.2 – Nos bastidores de uma revista

A Empresa Feminina Brasileira, proprietária da *Revista Feminina*, ficava situada na Rua Alameda Glette nº87 na cidade de São Paulo, era um empreendimento comercial familiar em que atuavam Virgilina de Souza Salles, seu esposo, seu irmão e, posteriormente, suas filhas Avelina e Marina. A Empresa vendia produtos de beleza e cosméticos sendo os principais a tintura para cabelo Petalina e o creme Dermina. Para Soares (2009, p.59):

A Revista foi, de fato, um produto da Empresa Feminina Brasileira, que usava as páginas do periódico para fazer propaganda de seus produtos. O dinheiro para a edição de tal empreitada aconteceu, portanto, por um acordo publicitário entre a Revista e a indústria de produtos de beleza, tinturas de cabelo Petalina e creme Dermina (...).

Nessa perspectiva, parecem distante os ideais anunciados por Virgilina de Souza Salles de criar uma “revista modelo” para mulheres modernas. Mas, uma ação invalidaria a outra? Acredito que não. Parece que a força econômica da Empresa, alavancada também pela publicidade na revista, viabilizou, em grande parte, a tiragem expressiva do periódico e, conseqüentemente, a divulgação entre mulheres de letras e textos de diversos intelectuais, como o poeta Olavo Bilac, o escritor Coelho Neto e as escritoras Julia Lopes de Almeida e Prisciliana Duarte de Almeida¹⁶. Além, é evidente, de ampliar as vendas da tintura Petalina e do creme Dermina, criações de Cláudio de Souza, que também foi o responsável por intermediar a colaboração destes e outros colaboradores.

Cláudio de Souza nasceu em São Roque (São Paulo) em 1876 e foi casado com Luísa Leite de Souza, filha dos Barões de Socorro. Em 1897 formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, posteriormente, foi professor na Escola de Farmácia de São Paulo. Foi também literato e um dos fundadores da Academia Paulista de Letras. Médico atuante na cidade de São Paulo fundou, em 1906, a Liga de Profilaxia Moral e Sanitária e o Dispensário Cláudio de Souza. (CARRARA, 1996, p.214).

Os produtos criados por Cláudio e comercializados pela Empresa familiar estavam entre os mais anunciados na *Revista Feminina*, que disponibilizava o endereço da redação para o recebimento dos pedidos. A revista se comprometia a enviar o produto solicitado pelo correio assim que recebesse o valor da mercadoria. A Petalina e o Dermina também eram usados como brindes às mulheres que já eram assinantes do periódico e que comprovadamente conseguiam novas assinaturas para a revista. Assim, outro artilho muito utilizado pelo periódico era justamente esse, de fazer com que suas leitoras além de terem o impresso regularmente também o divulgassem:

¹⁶ Um caso singular aconteceu em 1915. Carlos Cilia, diretor da *São Paulo Elegante* partiu para a Europa, encerrando a publicação da revista. A Empresa Feminina Brasileira comprometeu-se a remeter a *Revista Feminina* aos assinantes da *São Paulo Elegante*, para honrar o compromisso de Cilia, e em contrapartida Carlos Cilia enviaria do Velho Mundo “colaborações” para a *Revista Feminina* (REVISTA FEMININA, 1915d, p. 14). Essa ação também foi estratégica para conseguir possíveis novos assinantes da *Revista Feminina*.

A todas as pessoas que tomarem uma assinatura da REVISTA FEMININA remeteremos como presente um frasco de Dermina o prodigioso creme da moda. Toda a Sra. que nos arranjar 5 assinaturas terá uma assinatura grátis além de um vidro de Dermina, e da que nos enviar 50 assinaturas publicaremos o retrato na galeria das nossas cooperadoras. (REVISTA FEMININA, 1915h, p. 7)

Mas, segundo Soares (2009), essa ideia de angariar assinaturas proposta pela redação do periódico inicialmente não obteve muito êxito, então os donos da *Revista Feminina* começaram a eleger em cada estado do país uma “embaixatriz” ou um “representante” no caso dos homens, que seriam responsáveis pelo recebimento e divulgação do periódico para possíveis leitores da sua região. Esses representantes e embaixatrizes eram agradecidos pela colaboração, tendo seus nomes citados na seção De Todos os Estados:

A Exm.^a Sr.^a. D Aracy de Medeiros, virtuosa esposa do Dr. Jonathas de Medeiros enviou-nos 50 assinaturas por ela angariadas no círculo de suas amigas. – A gentil e galante senhorita Marietta Penafiel, do Maceió, enviou-nos 50 assinantes e pedimos-lhe por carta que enviasse a sua fotografia, que publicaremos na galeria de nossos colaboradores. (REVISTA FEMININA, 1915e, p. 13)

Além disso, a Empresa publicitava os trabalhos das leitoras, tanto os literários quanto os manuais como bordados e rendas ou pintura em porcelana. No caso dos trabalhos manuais, eram realizadas exposições em sala anexa à redação da *Revista Feminina* e das vendas dos produtos era retirada uma pequena porcentagem para pagar os custos que acarretavam essas exposições. Tais iniciativas foram estratégicas para a fidelização de muitas leitoras e até para angariar mais assinantes. No caso das exposições, elas podem ter contribuído para ampliar a perspectiva que várias mulheres tinham dos trabalhos de agulha e pintura que realizavam, fazendo destes também uma atividade para obtenção de renda pessoal/familiar.

Além da preocupação com a fidelização das leitoras a Empresa Feminina, mantinha todo o corpo da redação do periódico com um salário fixo, o que também não era tão comum para época, mas revelava que a Empresa estava na esteira das mudanças decorrentes da modernização editorial que a imprensa estava passando:

A Revista Feminina constituía-se, portanto, uma das percussoras do jornalismo feminino dentro dos moldes profissionais. Levando-se em consideração que D. Virgilina era uma representante da elite paulista, seu sustento certamente não deveria advir exclusivamente de seu salário, mas é relevante o fato de que todas as pessoas envolvidas na redação fossem remuneradas, retirando-se então a ideia de que esse trabalho fosse um projeto de contribuição altruísta (SOARES, 2009, p. 63).

Podemos também destacar uma estratégia (CERTEAU, 2013) da redação da *Revista Feminina* que foi a criação da professora Anna Rita Malheiros, na realidade o pseudônimo de Cláudio de Souza. O médico, que também era escritor, deve ter adotado o nome feminino para firmar a intenção da *Revista Feminina* de ser de e para mulheres e criar uma identificação maior com esse público.

Na imprensa e literatura brasileiras da primeira metade do século XX era recorrente a utilização de pseudônimos femininos por homens; talvez o mais famoso desses escritores tenha sido o dramaturgo Nelson Rodrigues, que assinou crônicas com o nome Suzana Flag que foram publicadas no *O Jornal*, do Rio de Janeiro, durante os anos 1940. Os textos depois transformaram-se em algumas de suas mais importantes peças teatrais (PASTRO, 2008). Mas, no caso de Cláudio de Souza essa ação combinou de forma pouco usual, interesse comercial, com evidente proposta educativa tendo como alvo as mulheres.

Anna Rita Malheiros foi apresentada às leitoras da *Revista Feminina* em janeiro de 1915, como professora e ganhadora de um concurso, organizado em dezembro do ano anterior, quando a revista ainda era denominada *A Luta Moderna*. O objetivo da competição foi selecionar uma articulista exclusiva para a nova versão do periódico. Para concorrer, a leitora deveria enviar à redação da revista uma resposta para a seguinte pergunta: Qual deve ser o papel da mulher nas sociedades modernas? Uma parte da resposta de Anna Rita Malheiros foi:

A mulher moderna tem o dever de instruir-se, de sair, de frequentar a sociedade, de pôr-se corrente ainda que superficialmente do movimento intelectual do Mundo e de pôr-se às correntes dos assuntos que particularmente interessam ao seu marido. Ela tem o dever de afinar com seu marido e é este o melhor gesto de defesa que ela pode lançar mão para manter a beleza do seu sexo que dá ao mundo os dois tipos mais belos de estética moral e afetiva — a mãe e a esposa. (MALHEIROS, 1915, p. 12).

Essas considerações de Malheiros evidenciam a tentativa de conjugação de perspectivas distintas que se discutiam na sociedade acerca do lugar e do papel da mulher. Suas palavras defendiam a necessidade de instrução dessas mulheres, o acesso à educação e ao mercado de trabalho, mas sem esquecer sua função primordial de mãe e esposa. Efetivamente quem fazia a afirmação não era uma mulher, mas um homem, entretanto esse discurso pontuava considerações de jovens e senhoras, entre elas as economistas domésticas do início do século XX que pleiteavam a atuação das mulheres nos lares como um trabalho importante, que precisava ser ensinado e aprimorado.

Anna Rita Malheiros com suas palavras fortes e de opinião definida, ganhou as leitoras, e seus textos estavam presentes em grande parte dos números da *Revista Feminina* dos anos 1910. Segundo Barros (2014, p 5):

[...] através do pseudônimo de Anna Rita Malheiros, abriu por diversos anos a revista com um discurso direto, falando em nome e para mulheres. Em suas falas argumentava sobre os assuntos mais complexos da revista. Falava de bom e mau feminismo, de divórcio e do sufrágio feminino. Reclamava das escolhas econômicas do poder administrativo, e bradava contra a degradação dos valores morais e cristãos pelas mãos dos Bolcheviques.

Para a criação da personagem Anna Rita Malheiros deve ter concorrido o fato de Cláudio de Souza ser médico e literato, algo que o credenciava, talvez mais que sua irmã, para escrever, com maestria literária, sobre temas complicados como os de saúde, moral e modernidade. A partir desses pressupostos, podemos perceber que o bem-sucedido esquema socioeducativo e comercial, atrelado em grande parte a atuação de Malheiros, concorreu para que a *Revista Feminina* ganhasse notoriedade entre as publicações femininas:

A Revista Feminina apresentava um toque de modernidade não só nos produtos que anunciava, mas na diagramação bastante inovadora para época. Sua força estava demonstrada no número de suas páginas, 90 em média. Essa publicação pode ser considerada como percussora das revistas brasileiras dedicadas à mulher (BUITONI, 1986, p. 45).

Na edição de agosto de 1918, após o falecimento de Virgilina de Souza Salles, Anna Rita Malheiros abriu a *Revista Feminina* com um texto em memória da fundadora do periódico. No artigo, olvidando o suposto concurso para escolher uma leitora para ser articulista da revista, Malheiros relatava como, em uma viagem que fizeram juntas, Virgilina havia revelado sua ideia de criar uma revista para mulheres, motivando-a para colaborar no futuro periódico (MALHEIROS, 1918, p. 3). Desta forma, Cláudio de Souza, através da personagem Anna Rita, refez a história do início desta publicação, elaborando um relato diferente do contado por João Feijó no primeiro número da *Revista Feminina*, em 1915, que era centrado no marido de Virgilina. Qual recordação seria a verdadeira? Talvez nenhuma das duas, entretanto a diferença de relatos parece apontar para uma disputa de dois homens pela parceria com Virgilina de Souza Salles na criação e comando da revista. A morte de Virgilina certamente concorreu para ajustes nos rumos do periódico, entretanto a *Revista Feminina* continuou sendo um periódico elaborado com a participação de mulheres e publicado para mulheres.

1.3 – As mulheres em papel e tinta

Mas, não era somente nos textos de Anna Rita Malheiros¹⁷ e de Virgilina de Souza Salles que as mulheres eram representadas. As seções regulares: A Moda, Como Enfeitar Minha Casa, Trabalhos de Agulhas, Trabalhos Femininos e o Menu de Meu Marido, são exemplos da representação da mulher como dona de casa, além de compartilharem entre si a finalidade de instruir as mulheres acerca dos afazeres domésticos. Os temas eram: bordar e costurar, como preparar uma refeição nutritiva e equilibrada, como organizar a casa de modo higiênico e como usar adequadamente as vestimentas.

Nessas e em outras partes e textos da revista, eram publicadas palavras que, de forma mais ou menos explícitas, indicavam a percepção da mulher como alguém a serviço dos interesses, desejos e humores do marido. Por exemplo, no artigo “Qualidades práticas da esposa”:

¹⁷ Apenas em 1936, com o fim da *Revista Feminina*, foi revelada a verdadeira identidade de Anna Rita Malheiros.

A qualidade mais indispensável e importante da mulher é a garridice conjugal, isto é, ter o desejo de agradar ao marido. A outra qualidade é ser boa dona de casa, o que sem dificuldade se compreende, porque esta segunda qualidade completa necessariamente a primeira. (REVISTA FEMININA, 1918g, p. 46)

A referência à mulher relacionada ao lar (esposa, mãe, gerente doméstica) foi recorrente nos textos 'avulsos' e seções da revista, entretanto ela estava também em imagens publicadas na *Revista Feminina*. Como escreve Moreno (2012, p.723): "A imagem ilumina o texto, e o texto faz ver a imagem".

A partir desta colocação de Moreno, compreendemos que é preciso olhar não somente para o texto escrito, mas para suas entre linhas, sua intertextualidade, suas imagens. Nesse sentido, as capas das edições da *Revista Feminina*, revelam aspectos importantes das representações das mulheres "em papel", ou seja, na imprensa escrita por elas e para elas.

Geralmente as capas do periódico de Virgilina, ora coloridas ora pretas e brancas, apresentavam em destaque uma mulher, de variadas idades, sempre bem vestidas em diferentes contextos ou situações. Em momentos felizes com seus maridos (ou pretendentes?), lendo um livro, sentadas no sofá da sala, no campo, no jardim ou com crianças à sua volta. Dando indícios das características femininas que eram reforçadas pelos discursos da época.

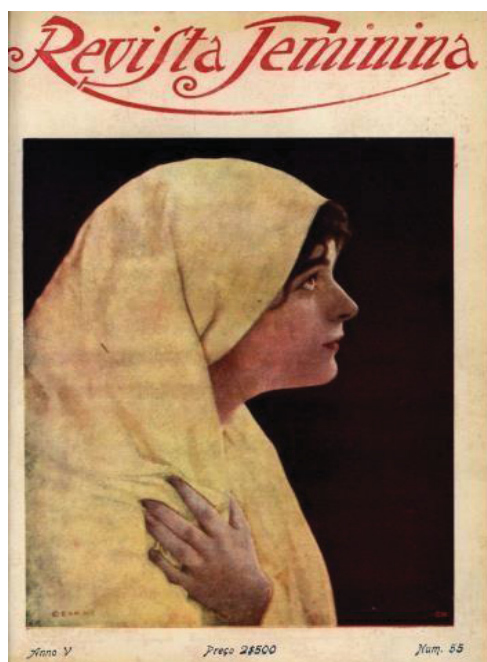
Para Sardelich (2006, p. 457): "Ler uma imagem historicamente é mais do que apreciar o seu esqueleto aparente, pois ela é construção histórica em determinado momento e lugar, e quase sempre foi pensada e planejada". As imagens, portanto, não cumprem apenas um papel ilustrativo, dentro de um texto, elas também educam e produzem conhecimentos e sentidos, sendo fruto de uma determinada cultura (BURKE, 2004). Como escreveu Paiva (2006), ao considerar as imagens como fruto de uma construção social associa-se as mesmas a diferentes registros e interpretações em que as imagens se transformam em espécie de certidões visuais sobre o passado.

Na *Revista Feminina* as capas publicadas entre 1915 e 1918 (ANEXO) revelam uma prevalência das mulheres sozinhas. Além disso, percebe-se que em datas comemorativas, notadamente cristãs, as capas retratam a efeméride.

No caso do Natal, a capa da revista de dezembro de 1918 (Figura 3), com a imagem de uma jovem que poderia representar Maria, a mãe de Jesus,

mas, também, uma jovem devota do século XX reforçava a relação da mulher com os preceitos morais cristãos católicos, que permeavam vários textos do periódico.

Figura 3 – Capa - nº 55



Fonte: *Revista Feminina*, nº 55, dez.1918

Nas capas da *Revista Feminina* mulheres eram representadas em posturas que demonstravam, ao mesmo tempo, segurança, altivez e mansidão, muitas vezes sorrindo, por vezes com um livro. Imagens que esboçavam tanto uma mulher, culta, bem informada, quanto a boa mãe e dona-de-casa (Figuras 4 e 5). É preciso destacar que, na edição de agosto de 1918 (Figura 5), o livro ou caderno que a jovem mulher (mãe?) Segura nas mãos exibe um pequeno coração no centro da capa. Nada mais apropriado para simbolizar o ideal feminino moderno: mulher/mãe culta e amorosa.



Fonte: Revista Feminina, nº 37, jun.1917

Figura 5 – Capa – nº 51



Fonte: Revista Feminina, nº 51, ago.1918.

Em duas ocasiões nesse período houve a reedição da imagem da capa. Uma delas, em fevereiro de 1916 e janeiro de 1917 (ANEXO, p.120 e 122) com a figura recorrente da mulher. Na imagem, uma jovem está em primeiro plano, sentada em lugar bucólico, e, ao fundo, um cavaleiro se aproxima. A segunda imagem reutilizada foi a figura terna de uma criança segurando um gatinho, publicada em agosto de 1915 e em novembro de 1918 (ANEXO, p.118 e 128).

Na dificuldade ou impossibilidade de escolher uma nova fotografia ou ilustração, reutilizar imagens não parece ter sido problema, mas os anos que as reedições aconteceram foram os marcados pelo crescimento da carestia, uma consequência da Guerra Mundial (problemas no comércio, venda de gêneros alimentícios para nações amigas e aumento no preço interno, etc) (BERTUCCI, 2004). Talvez fosse econômico reeditar as ilustrações. No caso da imagem reutilizada na capa de novembro de 1918, a da criança com o pequeno animal, a escolha pode ter sido calculada para dar esperança e enternecer os leitores, pois todos viviam época especialmente sombria. Entre meados de outubro e início de dezembro de 1918 a gripe espanhola grassou de forma assustadora em São Paulo e em grande parte do país (BERTUCCI, 2004).

Na *Revista Feminina*, durante esse período, capas com crianças sozinhas foram minoria e os “cavalheiros” eram em geral retratados como coadjuvante da cena (ANEXO). A mulher do início do século XX, não era a mesma do século XIX, mas ser esposa e mãe era mais do que um sonho era um dever que apenas seria bem-sucedido com o cuidado e a manutenção do lar, uma tarefa imprescindível e feminina da mulher bem informada e atuante dos Novecentos.

Nessa perspectiva familiar moderna, apesar das capas e dos conteúdos da *Revista Feminina* corresponderem ao título do periódico, ou seja, eram para mulheres, a revista trazia também textos humorísticos, literatura infantil, informações sobre futebol, etc., que abarcavam interesses de toda a família.

Na edição de outubro de 1915 da revista, Anna Rita Malheiros criou um concurso intitulado Concurso de Sementes voltado para as crianças filhos das assinantes da *Revista Feminina*. As crianças deveriam completar um texto com

palavras que estavam faltando e enviá-lo para a redação do periódico. As 50 primeiras crianças que respondessem ganhariam um pacotinho de sementes de flores. O objetivo do concurso era estimular o gosto das crianças pelas flores e desenvolver o interesse pelo estudo. Havia o alerta para que os pais não intervissem na escrita das respostas:

Joãozinho e sua irmã Dedé ficaram muito contentes quando a professora lhes anunciou que iam ganhar umas sementes de papila. Quando chegaram, porém, à escola, no dia seguinte a professora lhes disse que tinha poucos de sementes e não Para todos. Joãozinho deu Por delicadeza a Dedé e veio muito desapontado para a casa e a noite contou a sua mãe que tinha desesperado de possuir um Canteiro de Na manhã seguinte sua mãe deu-lhe dinheiro para que comprasse.... Não iguais, porém de Qualidades. (REVISTA FEMININA, 1915d, p. 18)

Além de colocar entre suas páginas artigos, contos e ilustrações voltados para as crianças, era comum no periódico a presença de textos falando sobre como deveria ser a educação das crianças, apresentando o papel fundamental da mãe fiel a Deus nesse processo e o do pai como coadjuvante na educação dos filhos. Uma frase publicada na revista em 1916, de autoria de Albina Campos (identificada como colaboradora da revista), pode resumir a percepção da revista sobre esse tema: “Encontramos geralmente moços distintos, de valor mesmo; é que eles tiveram boas mães, piedosas e tementes a Deus” (CAMPOS, 1916, p. 12).

Por meio dos textos do periódico relacionados à educação das crianças e do cuidado com o lar, podemos observar a preocupação que a *Revista Feminina* tinha em fornecer conhecimentos para as mães-leitoras exercerem sua maternidade com base nos princípios morais cristãs e ao mesmo tempo intelectual fornecida pela escola.

Nesse contexto, a mãe exerceria seu papel de educadora transmitindo ao filho além dos valores morais, outros conhecimentos de mundo e científicos por meio da leitura e aplicação das sugestões da revista. Ao sugerir o colo materno como a primeira escola, a *Revista Feminina* reforçava também o do seu próprio papel como veículo de instrução feminina nos temas economia doméstica, cuidados com o lar e formação dos filhos.

A preocupação com a temática de gerência do lar era reforçada pelos princípios da economia doméstica presentes em textos e indicações de livros

para as leitoras. Os nomes eram sugestivos “O lar feliz” e “Noções de economia doméstica”. Mas essa temática relativa à gerência do lar, também estava presente em crônicas, propagandas e seções que remetiam ao trabalho quase que “científico” e polivalente que a mãe deveria exercer. Afinal a economia doméstica abarcava conhecimentos como contabilidade, higiene e nutrição humana.

CAPÍTULO II

LENDO AS LETRAS:

EDUCANDO E INSTRUINDO AS MULHERES PARA O LAR

Feliz de quem compreende que da educação da mulher depende a grandeza do homem e a felicidade da família. A educação da mulher, porém não deve ultrapassar a órbita que lhe dá ao sexo. A soberania. A mulher não deve deformar-se masculinizando o seu vestuário e sua sensibilidade. [...] Mães instruídas, capazes de engrandecer a sociedade, pela educação, pelo trabalho, pelo bom emprego do tempo, com um conhecimento valioso de todos os deveres e que saibam despertar em seus filhos gosto e amor pelas letras e pelo estudo. A agulha não prejudicará a pena: a mulher bem-educada maneja uma e outra, com igual desembaraço e com igual inteligência e igual atividade de trabalho vai da sala de visita a cozinha, do jardim ao gabinete de estudo sem deixar que seu espírito se atrofie na materialidade estéril das funções domésticas. (CORDEIRO, 1915, p. 21)¹⁸

Um impresso tem uma intencionalidade, que pode ser tanto de origem coletiva quanto individual. Como escreve Chartier (2009b, p. 100): “É necessário, portanto, tentar sinalizar o social no objeto impresso, controlando sempre as hipóteses construídas a partir das análises das formas através do que, algumas vezes, leitores populares contaram de sua maneira de ler”.

Entre o século XIX e início do XX a educação das mulheres ganha mais ênfase na sociedade brasileira, essa ênfase decorre principalmente das mudanças advindas do processo de urbanização e dos discursos atrelados a ideia de moderno e modernidade que se espalhavam pelo país. Segundo Almeida (1998) o processo de urbanização possibilitou que ocorresse alterações na posição social feminina, porém o domínio masculino continuava sendo determinante nas organizações vigentes: “O regime republicano somente instituiria um código civil em 1916, no qual o homem chefiava a família, administrava os bens, e autorizava o estudo e o trabalho feminino” (ALMEIDA, 1998, p. 32).

O acesso à educação e instrução por parte das mulheres se deu tanto por meio das escolas normais¹⁹, quanto por meio da leitura de textos destinados a esse público no início do século XX, a educação doméstica realizada na sociedade oitocentista já não era suficiente, era preciso resignificar a educação das mulheres, enquanto “potência civilizadora”, as mesmas deveriam receber variados conhecimentos, deveriam ser tornar polivalentes em diferentes áreas do saber, para poder educar seus filhos e gerirem seus lares para o futuro da nação:

¹⁸ A autora, Mocinha Cordeiro, foi uma escritora cearense.

¹⁹ Sobre as escolas normais no Brasil, veja: Araújo; Freitas; Lopes (2008).

É preciso que a mulher saiba um pouco de tudo, as ciências naturais, a higiene, a física, a química, a astronomia, a matemática, a geografia, as artes, as indústrias, tudo representa uma necessidade real. A mestra deve ser a mãe, é preciso que a mulher tenha uma soma grande de conhecimentos, para não perder uma interrogação do filho, porque a criança, tem sempre interrogações, cuja, explicação, na maior parte das vezes, a mãe, não lhe pode dar. (REVISTA FEMININA, 1915b, p. 22)

O papel “renovado” de ser mãe justificava o acesso das mulheres a saberes que a permitissem atuar em outras áreas além do lar, mas que, ao mesmo tempo, não as tirassem totalmente do contato/comando da casa.

Os estudos de Louro (2017) mostram que no Brasil as mulheres do século XIX pertencentes aos grupos privilegiados, além da escrita, leitura e noções das operações básicas da matemática, também tinham aulas de piano e francês, aulas que eram dadas por professores particulares em seus lares. Esses saberes compunham a gama de noções que elas deveriam aprender para serem boas mães e representantes sociais da família e do esposo:

As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescidas de elementos que pudessem torna-las não apenas uma companhia agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representa-lo socialmente. (LOURO, 2017, p. 446)

Já as mulheres das camadas populares aprendiam principalmente as prendas domésticas como corte e costura, a ler, escrever e contar. Porém utilizavam outros conhecimentos adquiridos na prática no dia a dia do trabalho nas ruas, como assinalou Bertucci (2015), em São Paulo as mulheres pobres exerciam variados ofícios, tais como, vendedora ambulante de doces, costureira, bordadeira e lavadeira e, com as transformações socioeconômicas que sinalizavam um novo espaço para a mulher “moderna” foi, ao tempo, incentivada uma maior educação feminina, inclusive para o mundo do trabalho, mas em atividades que não significassem grande circulação pelas ruas das cidades (como a de vendedora ambulante, por exemplo). Segundo a historiadora, “paralelamente a mulher/mãe/professora primária ganhou valor superlativo a partir da virada para o século XX” (BERTUCCI, 2015, p.34).

Assim, mesmo sendo a professora primária o ideal de trabalho feminino, as mulheres adentraram o mundo das fábricas, notadamente

daquelas consideradas evidentemente adequadas às funções “de mulher”: as de tecidos, fitas, passamanarias, camisas e meias (BERTUCCI, 2015). Entretanto, como passaram a frequentar diferentes espaços, no trabalho ou de convívio social, que possibilitavam e até incentivavam maior diversidade de conhecimentos, muitas vezes através de leituras, essas despertaram atenção e controle, de pais, maridos, educadores e religiosos, relacionados ao tipo de leitura que chegava às mãos das mulheres (ALMEIDA, 2007).

A religião independente da origem sempre teve um papel importante na disseminação de comportamentos considerados adequados para as mulheres. Conforme Almeida (2007, p.69):

(...) desde meados do século 19, inspirados nos arquétipos do cristianismo, espelhava a cultura vigente instituindo formas de comportamentos em que se exaltavam virtudes femininas, como castidade, e abnegação, forjando uma representação simbólica de mulher, por meio de uma ideologia imposta pela religião e sociedade, na qual o perigo era principalmente representado pela sexualidade.

Conforme destaca a autora, esses preceitos morais cristãos não estavam somente na igreja, mas permeavam, por exemplo, os manuais de conduta e civilidade que as mulheres deveriam seguir e que instruíam, (re) educando cotidianamente as mulheres para que as mesmas não esquecessem da sua principal missão, que era o exercício da maternidade e o cuidado com as coisas que se referiam ao lar. Para Chartier a civilidade pode ser compreendida como:

[...] conjunto de regras que só tem sentido nos gestos que a efetuam. Sempre enunciada à maneira do dever ser, a civilidade visa transformar em esquemas incorporados, em reguladores automáticos e não expressos de condutas as disciplinas e censuras que ela enumera e unifica numa mesma categoria (...) a civilidade deve, entretanto, anular-se como discurso proferido ou ouvido para transformar-se num código de funcionamento em estado prático, feito de adaptações espontâneas, subtraídas em grande parte à consciência, às situações diversas com as quais o indivíduo pode ver-se confrontado. (CHARTIER, 2004, p. 49)

Essa concepção acerca da civilidade mudou ao longo do tempo, como evidencia Chartier, pois seus códigos se adaptam as relações que os indivíduos vão estabelecendo: “[...] para uns, a maioria, as regras elementares de um dever-se em sociedade, e, para outros, as condutas que fazem

conhecer imediatamente o saber viver” (CHARTIER, 2004, p.89).

Segundo Pilla (2003) a história dos bons costumes, civilidade e regras de comportamento não estão somente restritas as questões correspondentes a etiqueta, mas referem-se a moral e a ética inscritas nas relações com os outros, que mesmo não sendo decorrentes do Estado determinam aceitações e exclusões nas relações sociais no grupo. Os Manuais de civilidade são exemplos, dessa instrução para os bons costumes, pois, “Destinados a todos que deles necessitassem, serviam, além de divulgadores de comportamentos considerados corretos, para o estabelecimento de uma ordem e uma democracia, marcada por uma intensa mobilidade social e por um crescente processo de industrialização e urbanização” (PILLA, 2003, p. 13).

Isto não significa que a escola não tenha desempenhado um papel importante nessa educação social. Estudo de Coelho e Maciel (2014) que analisa livros de leitura em escolas femininas no Brasil do século XIX, concluiu que mesmo esse material trazendo em suas páginas noções de História, Geografia, Ciências Naturais — indo ao encontro da ideia de que era necessário dar uma formação mais racional/científica às mulheres, na perspectiva de formar essa jovem moderna — também traziam lições morais e religiosas, de boas maneiras e de educação doméstica.

E especialmente a partir da virada para o século XX, a educação das mulheres acontece em grande medida através da imprensa diária e, de maneira muito especial, da imprensa feminina. Essa imprensa dirigida particularmente às mulheres, enquanto parte de um periodismo e prática social, acompanhou as mudanças que começaram a ocorrer fortalecendo-se segundo Almeida (1998) com a proclamação da República com as reivindicações das mulheres em prol da instrução feminina, direito a exercerem uma profissão e ao voto: “O desenvolvimento da imprensa feminina foi uma decorrência dessa ambiguidade e das tensões do período, configurando um momento em que o recato e a privacidade do mundo da casa passaram a ser exposto publicamente”. (ALMEIDA, 1998, p. 37)

A *Revista Feminina* de São Paulo apresenta essa ambiguidade, ao valorizar sobremaneira o privado, mas expor a vida familiar em suas páginas, elas próprias marcadas por ideias aparentemente contraditórias. O *corpus* do período tanto veiculava a ideia de uma mulher combativa, corajosa e

intelectualmente ativa, quanto reforçava a perspectiva da missão materna como prioridade, dever feminino com a sociedade e o país.

Percebe-se por meio da fala de Anna Rita Malheiros uma defesa a instrução feminina, porém essa instrução deveria fortalecer o papel de mãe e esposa tão necessário à formação da futura geração, uma perspectiva dos Novecentos que reforça, agregando outros elementos, o tipo de família que, como assinala Rocha-Coutinho (1994), ganhou contornos cada vez mais específicos a partir do século XVIII, e motivou o discurso de um novo casamento que não seria mais baseado no dote, mas no amor pelo marido e filhos, dando origem ao um espaço sentimentalizado do lar, no qual a mulher exerceria sua sagrada e altruísta função de mãe.

Como finalidade da vida da mulher, a maternidade significava o casamento e a responsabilidade pela existência da felicidade familiar. Desta forma, as moças solteiras deveriam se preparar para construir um lar. Uma notícia reproduzida na edição de fevereiro de 1916 na *Revista Feminina*, sobre um acontecimento na Inglaterra, sinalizava o extremo que esse tipo de concepção poderia chegar:

Formou-se na Inglaterra uma associação feminina, a Liga para Casar os Soldados Inválidos, e que é composta por moças solteiras, que tomaram o compromisso de aceitar por maridos os soldados que se tiverem invalido, em defesa da pátria (...) Os espíritos bem formados e crentes ainda nos sentimentos de altruísmo da essência humana, vem ao contrario no movimento das *miss*, um gesto de abnegação e de sacrifício, para mitigar o futuro dos pobres soldados que tudo sacrificaram pela gloria e pela grandeza da pátria. (MALHEIROS, 1916, p. 10)

Mas, essa valorização do sacrifício para um bem maior pode ser observada em outros artigos da *Revista Feminina* que estavam distantes da radical e excepcional desta Liga inglesa. Com as devidas proporções, esse deveria ser o perfil de toda a mulher. Na coluna intitulada O Que Uma Noiva Deve Saber, foi publicado texto da escritora Emma Drake alertando as moças solteiras leitoras da *Revista Feminina*:

A transformação que de uma moça faz uma mulher se opera insensivelmente, mas graves responsabilidades que a acompanham. Se durante a vossa adolescência bem orientares vossa vida, si lhe destes um objetivo alevantado, estareis bem preparadas para a vida nova que se abre diante de vós impõe; se, pelo contrário viveste na inercia, como muitas moças o fazem, não poderei compreender o que o futuro vos reserva. Sois chamada a construir um novo altar para a oferenda do vosso amor e da vossa dedicação aquele que escolhestes para companheiro de vossa vida. (DRAKE, 1916, p. 20).

Mas, se essa ideia é cada vez mais reforçada no início do século XX, por diferentes instancias, ela também sofre transformações. Pensar a mulher nos anos 1900-1910 é pensar a mãe dedicada e atenciosa dentro da esfera familiar em um contexto de crescente urbanização de novas demandas motivadas pelo crescimento industrial. Segundo Freire (2006, p.28), a partir dessas mudanças,

[...] novos conteúdos, ampliando o escopo de temas das revistas femininas, sem abandonar os tradicionais. Autores consagrados como Olavo Bilac, Coelho Neto continuavam a publicar seus escritos nas revistas, conferindo-lhes um ar de leitura “sadia” e apropriada para os lares conceituados.

Assim, por meio dos textos vinculados e das imagens e anúncios publicados, durante a segunda metade dos anos 1910, a *Revista Feminina* buscava instruir suas leitoras enquanto donas de casa modernas e dedicadas aos seus lares, inclusive publicando textos dos citados Olavo Bilac e Coelho Neto. E dentre esses saberes a economia doméstica seria importante para dar as bases científicas para gerência do lar, reforçando a importância da formação da “mãe moderna”.

2.1 - A disciplina de economia doméstica e a formação para o lar

Amantes meus, depois de morto Ulisses, Vós não me insteis, o meu labor perdendo, Sem que do herói Laertes a mortalha Toda seja tecida, para quando. No sono longo o sopitar o fado: Nenhuma Argiva exprobre-me um funéreo manto rico não ter quem teve tanto. — Esta desculpa ingênua aceitamos. Ela, um triênio, desmanchava a noite À luz da lâmpada o labor diurno; Ao depois, avisou-nos uma escrava, E a destecer a teia a surpreendemos: Então viu-se obrigada a concluí-la, E aos olhos despregou-nos a luzente Obra insigne, imitante ao Sol e à Lua. (HOMERO, [ca.VIII a.C.] 2009, p.255)

O trecho acima faz menção ao mito grego da heroína Penélope, que era filha de Ícaro e Periboea, e esposa de Ulisses, que se depara com uma separação prematura após um ano de união, devido à ida de Ulisses para guerra de Troia. Mas por ser fiel ao amor que sentia, decide usar de sua habilidade para bordar a “tela de Penélope”, a fim de esperar o retorno de seu amado. Durante o dia ela tecia e a noite sem ninguém ver ela desfazia o que havia feito, para ganhar mais tempo e não precisar escolher um novo pretendente. No mito Penélope representa a esposa fiel ao seu marido, companheira e paciente, características essas que também passaram a ser valorizadas nas mulheres entre o século XVIII- XX, principalmente no que se refere ao seu papel de mãe e esposa.

O que se pretende com essa analogia é “esticar o fio” da história da economia doméstica no Brasil, sobretudo na São Paulo do início do século XX, com a finalidade de perceber como a mesma se fazia presente tanto na escola e na imprensa feminina como um modo de instruir as mulheres para serem boas donas de casa. Conforme texto publicado pela *Revista Feminina*, em 1916, com o título “As virtudes do método em nossa casa” (parte do livro *La maîtresse de maison*), de autoria da Baronesa Staffe, pseudônimo da francesa Blanche Soyer (1843-1911):

A mulher, ainda a de melhores qualidades, mas cuja casa não seja bem dirigida, que não saiba distribuir o trabalho pelos outros, que ignore a ciência da divisão das horas, essa mulher de coração excelente há de ter movimentos de impaciência que em seguida lamentará amargamente, mas nem por isso deixarão de trazer a perturbação e o incomodo ao interior da família! Para ser agradável aos seus e para ser bem servida pelos criados é preciso que a dona de casa seja dotada de uma inalterável uniformidade de gênio (STAFFE, 1916, p. 30).

A economia doméstica enquanto um campo de conhecimento específico e interdisciplinar relaciona-se com as mudanças sociais, econômicas e políticas decorrentes do processo de industrialização e das concepções de modernidade entre o fim do século XIX e início do XX. Desse modo, ao mesmo tempo em que as mulheres começavam a reivindicar seus direitos ao voto, participação política, educação e profissionalização, na esteira dessas mudanças, outras continuavam a defender o lar como um espaço importante

para mulher e seu “lugar de profissionalização”, revelando novamente uma tensão entre o considerado moderno e o tradicional.

Os Estados Unidos promoveram entre o final do século XIX e início do século XX movimentos importantes acerca da defesa da economia doméstica como ensinamento e profissão para as mulheres. Entre as principais expoentes desse movimento, pode-se destacar Ellen Swallow Richards (1842-1911). Formada em química pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), Richards desenvolveu importantes pesquisas na área de engenharia sanitária e da economia doméstica, tendo um papel importante na divulgação desse campo de conhecimento a partir de 1899, durante o qual ajudou a organizar uma série de dez conferências que ficaram conhecidas como as Conferências Lake Placid. Essas conferências foram realizadas principalmente no Club Lake Placid em Nova York (AAFCS, 2019; LACK PLACID, 2012).

Na primeira Conferência, os participantes concordaram que o termo economia doméstica definia uma ampla gama de disciplinas e estudos científicos (higiene, nutrição, gestão, saúde pública, etc) e sua aplicabilidade nos lares. Segundo relato editado sobre a Lake Placid Conference on Home Economics: “desta conferência participaram mulheres americanas donas de casa e trabalhadoras, mulheres inteligentes e com forte senso comum, para ajudar na melhoria da condição doméstica de nossa grande terra” ²⁰ (LAKE PLACID, 2012).

Em 1909 durante encontro que aconteceu em Chautauqua (estado de Nova York), os participantes, junto com Ellen Richards, decidiram criar a Associação Americana de Economia Doméstica (American Home Economics Association – AHEA, depois nomeada de American Association of Family and Consumer Sciences – AAFCS), que se tornou a associação profissional mais influente para economistas domésticas(os) do mundo. A AHEA acreditava que as jovens que efetivamente estudassem a economia doméstica estariam bem preparadas não apenas para atuar como donas de casa, mas também para exercer carreiras que envolveriam relação direta com as pessoas em diferentes áreas, ou seja, profissões como as de professora, enfermeira, arquiteta e, em

²⁰ No original: “To this conference came women of national reputation as home makers and builders, women of intelligence and strong common sense, to aid in the improvement of home condition in this broad land of ours”.

futuro próximo (segundo a Associação), a de economista doméstica. Richards ficou na presidência da Associação durante dois anos e além da organização das conferências também criou e financiou o *Journal of Home Economics* Que divulgava assuntos relacionados à temática da economia doméstica (AAFCS, 2019)

Seguindo os mesmos preceitos, de uma aplicação científica aos trabalhos domésticos, a professora americana, natural de Massachusetts, Christine Frederick (1883-1970) faz a proposta de utilização de uma série de procedimentos para melhorar a eficiência das atividades desempenhadas pelas mulheres em seus lares, com base no Taylorismo (AAFCS, 2019)²¹.

Foi em 1912, ano que mudou com a família para Nova York, que, entre setembro e dezembro, Frederick publicou vários artigos intitulados “The new housekeeping: efficiency studies in home management”, no *Ladies Home Journal*. Segundo a autora: “O fim e o objetivo da eficiência doméstica não são um sistema perfeito de trabalho, ou programação científica, ou limpeza e ordem de ideias; mas é a felicidade pessoal, a saúde e o progresso da família no lar” (FREDERICK, 1912, p. 9)²².

Nesse aspecto a principal ideia de Christine Frederick era que ao vincular aspectos de eficiência que já eram aplicados nas empresas para objetividade do uso do tempo e do aumento do lucro e produtividade, permitiria o progresso familiar no lar e uma gestão mais eficiente por parte das mulheres donas de casa.

O curso de Economia Doméstica também teve outros nomes. Segundo Ferreira (2015), este também era chamado de Curso da Família e do Consumidor e Curso de Ciências Domésticas. Como observou Ferreira (2015, p.4), a instituição da economia doméstica como disciplina nos Estados Unidos, “(...) objetivou desenvolver uma profissão que compreendesse as obrigações e oferecesse oportunidades de trabalho para as mulheres, com princípios científicos e processos para melhorar a gestão das famílias”.

²¹ O conjunto de propostas elaboradas por Frederick W. Taylor (1856-1915), conhecidas como Taylorismo, preconiza uma ação mais eficiente/produzida a partir da divisão científica e padronizada de tarefas, organizadas e dirigidas por uma gerência, para garantir qualidade e agilidade (RIBEIRO, 2015).

²² No original: “The end and aim of home efficiency is not a perfect system of work, or scientific scheduling, or ideal cleanliness and order; it is the personal happiness, health, and progress of the Family in the home”.

No caso brasileiro, segundo os estudos de Bastos e Garcia (1999) os discursos acerca da economia doméstica aconteceram principalmente através das escolas normais e da leitura de livros destinados a formação das meninas. Para Louro (2017) a economia doméstica ao integrar os cursos destinados às mulheres constituiu-se numa série de ensinamentos referentes à administração do lar, não como uma transposição simplista para a escola dos saberes domésticos, mas uma reelaboração desses saberes que deveriam se tornar mais complexos baseando-se em conhecimentos científicos.

A tradução da obra *Curs de l' economie domestique* (1869), da escritora francesa Madame Hegéne Hippeau, realizada por Felix Ferreira²³ em 1879, sob o título de *Noções de Vida Doméstica*, constitui um marco da literatura referente a economia doméstica no Brasil. Ferreira não apenas traduziu a obra, mas realizou adaptações (mudou exemplos) e acréscimos (devidamente informados as (aos) leitores) para facilitar e ampliar compreensão do tema. No primeiro capítulo do livro, Madame Hippeau afirma sobre a economia doméstica:

Uma ciência que toda a mulher, qualquer que seja a condição e fortuna, deve conhecer, estudando-a com maior aplicação; (...) arte de dirigir e regular economicamente coisas da casa; arte de bem empregar o tempo, a inteligência e o dinheiro (HIPPEAU *apud* GARCIA; BASTOS, 1999, p. 87).

Conforme Bastos (2002), Hegéne Hippeau era esposa de Célestin Hippeau (1803-1883), que foi um importante professor francês, estudioso e escritor de textos literários e de poesia, que também realizou relatórios sobre a Instrução Pública na Europa e na América. Em 1886 foi encarregado de, junto com a esposa, organizar o ensino secundário feminino de Paris. Foi dessa parceria que surgiu a obra *Curs de l' economie domestique*, cuja primeira edição ocorreu em 1869 e a segunda em 1871.

²³ Felix Ferreira (1841-1898) foi funcionário da Biblioteca Nacional que trabalhou como jornalista e escritor chegando a ser colaborador da revista *Cruzeiro do Brasil* (1877), vinculada à imprensa católica da época. Entre seus textos, além da citada tradução e adaptação da obra de Hegéne Hippeau, está o livro *Do Ensino Profissional – o Liceu de Artes e Ofícios* (1876) (LEITE, 2016).

Segundo Bastos e Garcia (1999) a divulgação da obra de Madame Hegéne Hippeau chegou ao Brasil por meio dos escritos de Célestin que, em notas de rodapé dos seus Relatórios indicava a leitura do texto da esposa às suas alunas dos Cursos Normais, leituras brasileiras desses relatos e outros de seus textos sobre instrução pública no qual comentava a situação de vários países.

No caso da tradução e adaptação feita por Felix Ferreira, Leite (2016) destaca que a obra foi realizada inicialmente para uso das alunas da escola do imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, inaugurado em 1881, e também, dos alunos que frequentavam o curso noturno no Colégio D. Pedro II. Importante destacar a relação dos cursos noturnos com o mundo do trabalho e também do estudo da economia doméstica com o ensino profissional, notadamente agrícola, como veremos nas próximas páginas.

Cabe destacar aqui que a concepção de empregar preceitos científicos para as coisas que se referem ao lar, decorre das mudanças da perspectiva do próprio conceito de economia. Segundo Leite (2016, p. 255) a noção de economia está associada à ideia da gestão para garantia de provisões, assim a concepção de economia “[...] deriva de um deslocamento do termo, que passou do campo privado para administração pública, indo do manejo dos recursos domésticos para o gerenciamento de questões que envolvem a economia de uma nação.”

Desse modo, a economia doméstica passa a fazer parte dos estudos escolares por demanda da sociedade moderna. Como assinalou Bittencourt (2003, p. 29) foram diferentes os processos que originaram a criação e instalação de uma disciplina no currículo escolar e nesse caso parece que a mudança socioeconômica foi o impulso. E mais que uma disciplina, a economia doméstica motivou a organização de um curso específico.

O objetivo de se criar a disciplina economia doméstica era fornecer subsídios as donas de casa para cuidarem e dirigirem seus lares:

O curso de economia doméstica foi concebido para que as moças tivessem formação adequada para dirigir sua casa, cuidar de seus filhos e atender as questões de higiene básicas necessárias para que a mulher obtivesse uma formação condizente com a ordem urbana industrial que se instalava no Brasil. (FERREIRA, 2015, p. 7)

Chervel (1990) nos lembra que, dentro de uma disciplina existe um modo de “doutrinar o espírito”, regras e métodos para diferentes domínios de conhecimento, que estão de acordo com a função educativa da escola:

O conjunto dessas finalidades consigna à escola a sua função educativa. Uma parte somente entre elas obriga-a a dar uma instrução. Mas essa instrução está inteiramente integrada ao esquema educacional que governa o sistema escolar, ou o ramo estudado. As disciplinas escolares estão no centro desse dispositivo. Sua função consiste em colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa (CHERVEL, 1990, p. 188).

Enquanto uma disciplina escolar a economia doméstica deveria fornecer as mulheres e moças elementos para o governo da casa: “a boa dona de casa, como sinônimo de mulher econômica, contribuiu com a família para arte de enriquecer”. (GARCIA; BASTOS, 1999, p. 91). Apesar dessa importância conferida à economia doméstica a mesma até o início do século XX não era ensinada em todas as escolas normais do Brasil, como assinala o estudo de Strang e Santos (2017, p. 19):

Observamos o caso da disciplina economia doméstica. Na composição de alguns currículos dos cursos normais que se estruturaram durante o século XIX, a disciplina estava diretamente relacionada à formação feminina. Em Sergipe [...] o ensino dessa disciplina acontecia durante três anos, apenas na formação feminina. Evidentemente, houve resistências e exceções. A Escola Normal de Santa Catarina, por exemplo, não contemplava em seu currículo essa matéria, tampouco algo relacionado às práticas domésticas ou trabalhos manuais.

Assim como no caso de Sergipe, em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX, o ensino da disciplina de economia doméstica era parte da formação, eminentemente feminina, da escola, como indica o Decreto nº 218, de 27 de novembro de 1893:

Artigo 265. - O programa do curso secundário de cada uma das escolas normais compreenderá as seguintes matérias: Português, Francês, Inglês, Latim, Matemática elementar, compreendendo elementos de mecânica e noções de agrimensura. Astronomia elementar. Física e química, visando as suas principais aplicações à indústria. História natural, visando a suas principais aplicações à agricultura. Generalidades de anatomia e psicologia, e noções de higiene. Geografia e história. Geografia do Brasil, especialmente do Estado de São Paulo e história do Brasil. Economia política e educação cívica. Pedagogia e direção das escolas. Desenho e

caligrafia. Música. Escrituração mercantil. *Economia doméstica*. Trabalhos manuais (SÃO PAULO, 1893. Grifo meu)

Em 1911 a disciplina economia doméstica aparece novamente no decreto sobre os regulamentos das escolas normais, situada no segundo grupo de matérias, sendo especificada como para meninas, a partir do 4º ano:

Artigo 2.º - As materias de que consta o curso das Escolas Normais Primarias, são divididas em dois grupos e assim distribuídas:

1º GRUPO - ciências e língua, abrangendo as seguintes cadeiras:

- 1.ª Português;
- 2.ª Francês;
- 3.ª Aritmética, Álgebra e Geometria;
- 4.ª Geografia geral e do Brasil, Historia universal e Brasil;
- 5.ª Noções de Física, Química e Historia Natural com aplicações à Agricultura e à Zootecnia;
- 6.ª Pedagogia e Educação cívica.

2.º GRUPO - abrangendo as seguintes disciplinas:

- 1.ª Musica;
- 2.ª Caligrafia e Desenho;
- 3.ª Trabalhos manuais e *economia doméstica* para o sexo feminino;
- 4.ª Trabalhos manuais para a seção masculina;
- 5.ª Ginástica para ambos os sexos (SÃO PAULO, 1911. Grifo meu).

Em 8 de agosto de 1918, o Decreto estadual nº 2.944 explicita o que em São Paulo deve fazer parte do conteúdo a ser estudado em cada disciplina, inclusive economia doméstica:

ECONOMIA DOMESTICA

- a) Ordem nas diversas ocupações diárias da família.
- b) Gastos e economia da família.
- c) Organização de uma escrita domestica.
- d) Conhecimentos de receitas de utilidade prática.
- e) Cuidados higiênicos com as crianças com os enfermos, com os animais domésticos, etc. (SÃO PAULO, 1918).

Mas, essa disciplina “feminina” por excelência, no Brasil foi inicialmente ministrada nos cursos profissional agrícola. Segundo Oliveira (2016, p.7) a demanda interna pelo aumento da produtividade agrícola gerada pelo crescimento populacional a partir da virada para os Novecentos concorreu para a preocupação de bem formar novos trabalhadores. Para implementar essa formação o governo federal criou, em 1910, cursos técnicos inspirados principalmente na experiência francesa. Conforme Ferreira (2015), a formação francesa era pautada pela institucionalização de programas escolares

permeados por ações que transformavam o espaço do lar em um espaço propício à aprendizagem de conteúdos, como o da própria economia doméstica.

Assim, observa-se que os conteúdos a serem ensinados dentro da disciplina de economia doméstica em São Paulo, nesse período, tinham como eixo central a família e as coisas que poderiam estar relacionadas a essa esfera, revelando a multiplicidade dos saberes que as mulheres deveriam deter. Conteúdos que buscavam promover uma gama de conhecimentos para mulheres “modernas”, uma vez que delas dependiam o cuidado e a formação das novas gerações, inclusive como primeiras professoras de seus filhos.

A partir de 1909 a disciplina economia doméstica vai ganhar uma maior inserção nos currículos e programas de ensino em diferentes partes do Brasil e sua inclusão nos currículos escolares se aparentava às vezes com outras nomenclaturas, como por exemplo, trabalhos manuais. Conforme assinalou Oliveira (2006), a economia doméstica surge no currículo escolar como “trabalhos manuais”, faz parte da formação técnico-profissional, regulamentada pelo Ministério da Agricultura desde dezembro de 1909 e depois integrará, como Curso de Economia doméstica, o ensino secundário reordenado pela Reforma Capanema nos anos 1940.

Mas não era apenas nas escolas que a economia doméstica estava presente como um conhecimento importante para as mulheres; noções de economia doméstica permeavam as páginas da imprensa feminina, que informalmente instruíam suas leitoras nos saberes da mulher do século XX: mulher, mães, esposa e também a gerente do lar. E aqui retomamos hipótese desse trabalho que é justamente pensar como a economia doméstica foi abordada pela *Revista Feminina* entre 1914-1918.

2.2 – Economia doméstica na/em revista

Entendida como um conhecimento importante para as mulheres, a economia doméstica do início do século XX não estava apenas concentrada nos currículos escolares, mas circulava por meio dos discursos apregoados pela imprensa feminina e seus escritos. Segundo Chartier (*in* DIAS, 2005, p. 146):

A dificuldade para o historiador é que o acesso às práticas do passado frequentemente só é possível através dos discursos que as representaram, prescritas, proscritas, proibidas, definidas, etc. Temos então uma forte tensão entre a metodologia que dá acesso às práticas através dos discursos e a teoria que afirma a heterogeneidade entre as práticas e os discursos. É um desafio fundamental que existe para todo trabalho histórico. Evidentemente, há outras abordagens possíveis (as imagens, os restos arqueológicos, a história da natureza), porém a massa documental que permite o acesso dos historiadores às práticas do passado é constituída por textos.

Para este historiador, os discursos devem ser compreendidos a partir da lógica de suas construções, que “[...] não pode ser tida como idêntica à lógica de construção das práticas sociais, quer seja das práticas ordinárias ou das práticas rituais” (in DIAS, 2005, p. 145). Desse modo, compreendemos a *Revista Feminina* como o resultado de um processo de construção intencional, permeado por diferentes discursos acerca das mulheres no início do século passado.

Em fevereiro de 1918 a *Revista Feminina* trazia em um artigo intitulado “Economia doméstica” a afirmação: “Diversas vezes temos tratado da economia doméstica, ensinando a maneira de ter certo conforto no lar sem pensar muito na bolsa do marido”; em seguida o texto apresenta variadas instruções acerca de como a mulher deveria lavar as roupas de cama e mesa de modo correto, tendo um “método para cada tipo de roupa” (REVISTA FEMININA, 1918c, p. 42). Essa concepção de método, evidentemente advindo da economia doméstica para organizar e administrar o lar, era repetida em diferentes artigos da revista. Na seção Qualidades Práticas da Esposa, de março de 1918 existe a seguinte afirmação:

É ela [a esposa] que conserva os moveis sempre limpos, a roupa branca sempre muito bem lavada. O seu espirito enche toda a casa, organiza-a a seu gosto, não faltando nada nessa administração doméstica. Nem mesmo um ideal encanto. (...) geralmente, porém o marido acaba por adotar gostosamente o bom método da esposa, a regularidade, tanto nas coisas como nos pensamentos e hábitos, contem em si, além de muitas e consideradas vantagens praticas, uma verdadeira e empolgante sedução que não perde sem desgosto, depois de experimentada. (REVISTA FEMININA, 1918g, p. 46)

A economia doméstica dava ao trabalho doméstico um aspecto científico e profissional. Embasado em um método (de organização do espaço

doméstico, higiene, preparação de alimentos, etc.) que pretendia reformar e valorizar o trabalho dentro da casa, fornecendo também subsídios para que a dona de casa, ainda que de modo limitado, atuasse para gerar uma renda complementar para a família; uma prática incentivada pela *Revista Feminina*. Assim, em dezembro de 1916 é publicado um artigo com título “Para uma senhora ganhar dinheiro em casa” que instruía as leitoras a fazerem doces e caixinhas artísticas como forma de trabalho e geração de dividendos:

De nosso fornecedor quase sempre é o “armazém da esquina” ou por um intermédio de um menino, que vai de casa em casa. O doce custa pouco, quando feito em casa. As caixinhas custam mais caro que o doce. Eis a razão pela qual achamos útil ensinar nossas leitoras a fazer as caixinhas. (REVISTA FEMININA, 1916b, p. 62).

Interessante como fazer e vender doces, algo realizado há séculos por mulheres em São Paulo, para seus sustentos ou de suas famílias (DIAS, 1984), ganha nova conotação na perspectiva da economia doméstica: era modernizado (doces embalados em caixinhas artísticas) e comercializado por “um menino” e não pela mulher; afinal andar pelas ruas não seria muito apropriado para uma senhora.

Na perspectiva de valorizar a ação feminina e incentivar a educação das mulheres, Virgilina de Souza Salles organizou uma biblioteca no prédio da *Revista Feminina*, instalada em sala adjacente a da redação do periódico, essa “biblioteca feminina” tinha entrada franqueada às mulheres. Essa biblioteca, segundo textos publicados no periódico, era formada por livros avaliados como adequados para jovens e senhoras e o acervo poderia ser consultado gratuitamente (REVISTA FEMININA, 1917d, p. 39; 1918d, p.15). Pelo menos até o final de 1918, a revista não informou os títulos das obras desse acervo, entretanto é possível especular sobre qual seria a maior parte dos livros disponibilizados às mulheres.

Considerando os artigos publicados na *Revista Feminina* e também anúncios editados em vários de seus números, grande parte dos livros da biblioteca deveria abordar temáticas diretamente relacionadas ao universo doméstico, semelhantes aos temas dos volumes elencados em propaganda de julho de 1915 (Figura 6).

Figura 6 - Livros úteis para as senhoras donas de casa



Livros uteis para as senhoras donas de casa

- 1 — A arte de Criar Pintos, 500 réis.
- 2 — Alimentação das aves domesticas, 500 réis.
- 3 — Criação de Pombos, 500 réis.
- 4 — Criação de canários, 500 réis.
- 5 — Manual do Gallinheiro — encadernado, Rs. 4\$000
- 6 — Molestias das aves e seus tratamentos, Rs. 5\$000
- 7 — As molestias das plantas, Rs. 2\$000
- 8 — Leites, medicamentos, 500 réis.
- 9 — Jardineiro Brasileiro, Rs. 5\$000.
- 10 — A Sciencia no lar, Rs. 2\$000.
- 11 — A Dona da casa, Rs. 2\$000.
- 12 — Cultura das plantas em vasos, Rs. 2\$000.

VAZES E PEDIDOS a Casa Editora "Chacaras e Quintaes"
 Largo do Palacio, 5-B (2.º andar)
 Caixa Postal, 652 SÃO PAULO

Fonte: *Revista Feminina*, nº 26, p.26, jul.1915.

Percebe-se por meio dos títulos, como por exemplo, *A arte de criar pintos*; *Jardineiro brasileiro*; *Leites*; *medicamentos* e *A dona da casa*, que os mesmos privilegiavam o universo doméstico, do quintal (criações de animais e cultivo de plantas) ao espaço interno da casa (*A dona da casa*) e o bem-estar familiar.

Entre os livros do anúncio, o volume *A ciência no lar* enfatizava o cotidiano familiar "sadio", e também o bom uso do espaço e utensílios domésticos. Este livro, escrito por Eulalia Vaz, traz como subtítulo "no lar moderno" (VAZ, 1912). A autora era professora da Escola Profissional Feminina de São Paulo, criada em 1911 (RIBEIRO, 1986). *A ciência no lar*, que teve muitas reedições, é um livro de instruções sobre a higiene corporal e sobre a saúde em geral, apresentando considerações sobre a importância da alimentação para uma vida saudável; nessa perspectiva a autora apresenta informações e ensinamentos sobre alimentos, o ato de cozinhar e também sobre a própria cozinha, sua organização, aproveitamento e armazenamento

de produtos alimentícios e manutenção de utensílios. Nesse sentido o livro de Vaz ensina às leitoras as bases da economia doméstica, cuja importância para a autora pode ser resumida com as seguintes considerações:

Se o salário de um chefe de família é dispendido até o ultimo vintém, não fica recurso para alguma eventualidade que venha a suceder – como moléstias, etc.: ficando desprevenido, resta agora restabelecer a ordem nas suas despesas de maneira que fique um saldo para satisfazer alguma necessidade mais urgente. A economia doméstica é uma necessidade hoje, só depende da força de vontade da dona de casa. Como a esposa e mãe, ela deve ensinar a seus filhos a mesma prática, a trabalharem, ainda que muito pouco resulte desse trabalho, e nisso resume-se a diminuição da despesa [...]. No nosso lar não devemos ter mais que o suficiente e indispensável ao uso da modesta casinha e decente (VAZ, 1912, p. 19).

No trecho citado chama a atenção o fato de que recai sobre a mulher a responsabilidade toda sobre eventuais problemas de receita/despesa da casa, em nenhum momento foi aventada a possibilidade do homem ter sonegado ou gasto uma parte do dinheiro necessário para a manutenção da família. A esposa parece ser sempre a responsável pelo salário de “um chefe de família” ter sido gasto até “o ultimo vintém”.

Como afirmou Besse (1999), mesmo considerando que a partir do final dos Oitocentos, existiu maior interesse pela instrução e educação das mulheres brasileiras, inclusive com a inclusão de novas áreas de conhecimento, concomitantemente as novas condições sociais e econômicas, os valores culturais tradicionais balizaram o conteúdo do aprendizado das mulheres.

Nessa perspectiva, em dezembro de 1917, João Correa de Araújo escritor e magistrado, enviou uma carta a *Revista Feminina* na qual escreveu sobre o “verdadeiro feminino”. Na carta ele ressaltava:

A gerencia da casa, a direção do serviço familiar de que se acha incumbida a mulher desde os primórdios sociais, não a humilha, como erroneamente se pode supor; ao inverso, a eleva, por isso, que é uma consequência econômica da divisão do trabalho e, como tal, condição essencial ao progresso humano. (ARAUJO, dez., 1917, p. 32).

Por meio do texto de Araújo, pode-se perceber a defesa do papel da mulher e do seu “serviço familiar”, naturalizando uma perspectiva de divisão social do trabalho, enaltecendo a atividade da dona de casa. Araújo continuou

seus comentários afirmando que a *Revista Feminina* era uma leitura indispensável para a instrução de mulheres sobre a gerência do lar e também para o desenvolvimento da intelectualidade feminina:

Já de muito se fazia mister a criação de um órgão que fosse, por assim dizer, o refletor da intelectualidade feminina entre nós, e onde as nossas patrícias pudessem, umas refinarem seus créditos autorais em nossas produções literárias, outras apresentar as premicias de seus estudos e de suas capacidades intelectivas [...]. Quem quer que tenha oportunidade de manuseá-la, terá sem dúvida, a ótima impressão de quem folheia um excelente magazine, onde palpita a delicada alma feminina, repositório que enfeixa não só modelos de vestuários, artefatos femininos, regras de arte e de estética, como e principalmente, os mais belos conselhos, as mais sensatas lições conducentes a felicidade doméstica, essa delicada e fina flor que perfuma e suaviza a vida conjugal. (ARAUJO, 1917, p. 32)

Considerações que exaltavam a ideia de uma formação feminina em conhecimentos de administração aplicada ao lar são constantes na revista, inclusive com repreensão das mulheres que delegavam esta função:

Nas próprias famílias ricas, nunca é bom que a dona de casa se desinteressar dos trabalhos caseiros, entregando a administração do lar ao cuidado de servos, por mais que eles mereçam uma absoluta confiança. A dona de casa prejudica-se desdenhando dos pequenos interesses da administração do seu lar. (REVISTA FEMININA, 1918h, p. 49)

Por meio de outros artigos e das seções: “Como enfeitar a minha casa”; “O menu de meu marido”; “Educação das crianças”, e “O que uma esposa deve saber”, a *Revista Feminina* educava cotidianamente suas leitoras, apresentando informações ou ensinando novas formas de fazer os trabalhos domésticos; fazendo comentários sobre a saúde das crianças ou sobre a melhor forma de passar a camisa do marido. A justificativa para a necessidade de novos conhecimentos, ancorados na ciência, e preceitos da economia doméstica foi reforçada no contexto da Primeira Guerra Mundial, que colocava novos desafios para as mulheres, dentro e fora de casa. Algumas informações poderiam despertar desejos e medos em muitas jovens e senhoras. Como escreveu Martha Reis, escritora paraense, em texto publicado na *Revista Feminina*:

As últimas notícias de guerra sobre a incorporação das mulheres no corpo de aviadores de guerra, é mais uma prova de que à mulher moderna estão preparados outros destinos, além dos cuidados de seu lar, e que por tal ela deve se armar para enfrentar, já não mais um futuro próximo, senão um presente, no qual elas terão que se aguerir para a dura tarefa de conquistar o pão (REIS, ago. 1918, p. 15).

E esses novos desafios não envolviam apenas o trabalho, mas também a economia. Como assinala o artigo “As artes domésticas: conselhos as moças e mães de família” publicado na revista em dezembro de 1918:

Depois de tantos meses de guerra, nós todas, caras leitoras, temos, em nossas relações uma ou muitas mulheres que se acham na necessidade de por seu próprio esforço, ganhar a vida e ainda a dos seus próprios filhos. Essa necessidade é tanto mais dura quanto imprevista, embora ao casar-se a maior parte delas vão confiar ao marido o cuidado de arcar com as responsabilidades do lar (REVISTA FEMININA, 1918b, p. 69).

Na *Revista Feminina*, a coluna O Que Toda Mulher Deve Saber, ocupava, em geral, poucos parágrafos, e era assinada por diferentes escritores colaboradores da revista. Tinha por finalidade instruir as leitoras acerca de comportamentos e atitudes diante de diferentes situações da vida, principalmente no que se referia a administração e cuidado com o lar.

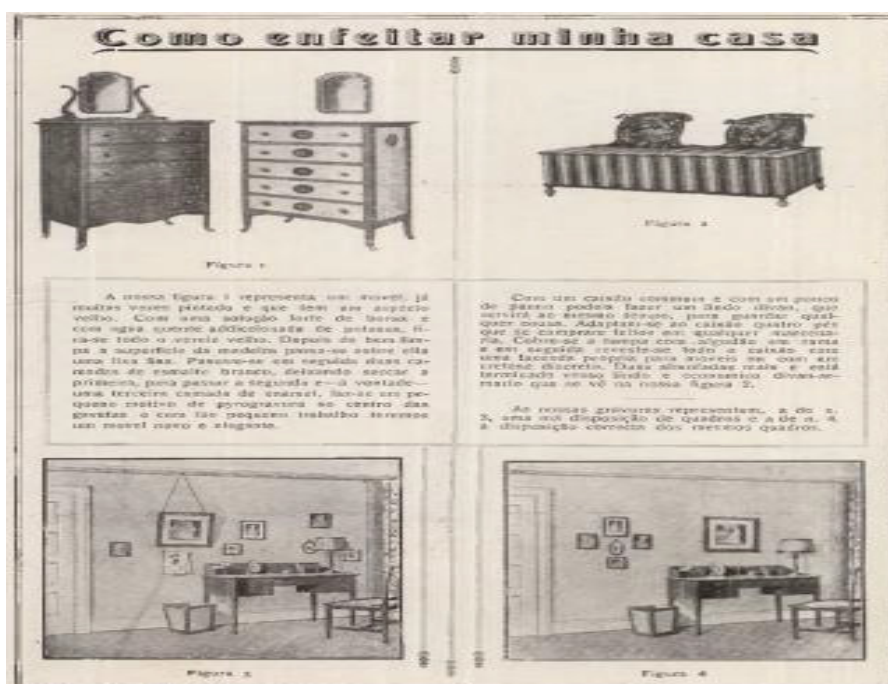
O nome da coluna variou ao longo das publicações do periódico: O Que Uma Boa Dona de Casa Deve Saber; O Que as Moças Solteiras Devem Saber; Deveres de Uma Senhora; Qualidades Práticas e Morais da Esposa; O Que à Casada Interessa; O Que Uma Noiva Deve Saber; O Que Toda a Mulher Deve Saber. Percebe-se que, apesar das mudanças do título/frase da seção a palavra dever/devem, como uma obrigação está em quase todas elas, e nas outras a ideia de um dever não é menor. Eram considerações sobre normas e comportamentos que as mulheres precisavam seguir para manter o lar em harmonia.

Nesse contexto, um dos principais requisitos para o bem-estar da família era a ação das mulheres no controle dos gastos e na organização das finanças, como evidencia trecho do artigo da escritora, colaboradora da *Revista Feminina*, Helena Gurjão (1915, p. 16):

Uma dona de casa que tenha um pouco de noção de economia doméstica a primeira coisa que procurara evitar é uma dependência tão estreita de um único fornecedor (...) no começo do mês, quando o marido receber o seu ordenado, ela irá ao mercado e aos fornecedores em grosso e comprara com notável economia, o que necessita para o fornecimento de sua casa durante todo mês.

E além da administração das finanças do lar, também faziam parte da gerência do lar: o mobiliário, o preparo ou supervisão da alimentação da família e a higiene da casa. Como mostra, por exemplo, a seção intitulada Como Enfeitar a Minha Casa, publicada regularmente na *Revista Feminina*, que orientava as donas de casa sobre como escolher, cuidar e preservar a mobília da casa e também como dispor os móveis, almofadas, quadros e outros objetos () para tornar o lar um local agradável:

Figura 7 - Como enfeitar minha casa



Fonte: *Revista Feminina*, nº 21, p.18, fev.1916.

Parte importante da economia doméstica, os conhecimentos que, colaborando com o bom funcionamento da casa, incluindo itens diretamente relacionados à saúde familiar, como limpeza, espaço de circulação (do ar e das pessoas) e iluminação, concorriam para a divulgação de informes que extrapolavam para outras atividades, tais como decorar a casa de modo que

ficasse mais aconchegante e bonita. Tratava-se, portanto, de um efetivo manual de economia doméstica para formar uma boa dona de casa que lia a *Revista Feminina*.

A instrução em benefício do lar e da família era a ideia motriz de grande parte dos textos da seção intitulada Como Enfeitar a Minha Casa. Como afirmava a escritora B. Dangennes, em texto publicado no periódico em 1915: “A esposa moderna deve por seu pensamento ao serviço da sua felicidade conjugal e dirigi-lo segundo as exigências das emoções, que ela deseja suscitar” (DANGENNES, 1915, p. 14). Mas quais seriam esses “pensamentos” e “emoções”?

Considerando os artigos publicados nesta e em outras seções da *Revista Feminina*, não é muito difícil responder a esta interrogação: a esposa moderna era aquela movida por pensamentos baseados em informações científicas sobre como melhor realizar suas tarefas no lar e gerenciar financeiramente a casa; era a mulher movida por desejos balizados por preceitos morais e religiosos que impulsionavam suas ações domésticas e, em casos eventuais, também determinavam atuações que superavam o espaço doméstico, algo que nunca deveria ser feito em prejuízo da família, notadamente da atenção com os filhos e educação cotidiana da prole.

Mas que conhecimentos eram necessários à polivalente mãe moderna? Por meio da própria economia doméstica, é possível perceber que a mãe moderna deveria ter uma variada gama de conhecimentos para poder gerir e administrar seu lar. Essa polivalência da mãe moderna aparecia nos escritos de periódicos como a *Revista Feminina*, que em suas páginas e seções distintas abordava temas como alimentação, moda, higiene, leituras, “variedades” e, especificamente, a economia doméstica. Afinal nos últimos anos da década de 1910, cada vez mais mulheres, além das funções domésticas, atuavam fora do lar.

CAPÍTULO III

A MULHER MODERNA ENTRE A FAMÍLIA, A CASA E A RUA

Em janeiro de 1915 Juriema de Campos, uma das assinantes e leitoras do jornal *A Luta Moderna* e da *Revista Feminina*, escrevia para a redação uma carta com o seguinte pedido:

Porque não cogita a Empresa Feminina de organizar na cidade um ponto de reunião para senhoras um misto de clube e de salão de chá, onde se possa passar meia hora entre amigas. Poderia ser uma sala anexa ao escritório d'A Luta Moderna onde houvesse um serviço modesto e descente de chá, um pouco de música em certos dias da semana uma conferência ou uma palestra literária em outros dias. (...). Uma senhora vai à cidade, faz as suas compras e deve regressar a casa ou fazenda antes duas voltas a pé pelo Triangulo por entre o coro imbecil dos galanteios de meia dúzia de malcriados nada mais inocente do que o nosso desejo de um ponto de reunião onde possamos distrair-nos entre amigas, como fazem os nossos maridos em seus clubes (CAMPOS, 1915, p.15).

O pedido realizado por Juriema em janeiro de 1915, traz indícios dos lugares pelos quais as mulheres do início do século XX podiam circular; lugares esses que estavam muitas vezes relacionados à rua e a casa.

A ida ao mercado para fazer as compras, o caminho de volta aos seus lares, os clubes de senhoras, ou os encontros com as amigas nas esquinas da rua para uma breve conversa sobre as coisas da casa ou cuidado com os filhos, são exemplos, de como as donas de casa do início dos Novecentos atuavam socialmente e produziam história. Em São Paulo por meio de redes de sociabilidade informal que as mulheres criavam ao circularem pelas ruas, elas detinham participação na configuração do cotidiano da cidade. Apesar dessa atuação, na São Paulo das primeiras décadas do século XX o lar era o lugar por excelência da mulher, mesmo que fosse um ideal distante da realidade da mulher pobre/trabalhadora (BERTUCCI, 2015).

Considerando o que escreveu Hall (1997), a figura da mulher esposa, mãe e gerente do seu lar, vinha ganhando relevância desde os Oitocentos. Para Hall (1997, p.70):

Em meados do século XIX, o ideal burguês de um marido que atendia às necessidades da família e de uma esposa que se consagrava ao lar estava de tal forma difundido que o recenseamento geral [na Inglaterra] teve ocasião não só de mencionar uma nova categoria, as “mulheres do lar”, como também de afirmar em sua introdução ao relatório de 1851: “Todo inglês deseja profundamente possuir uma casa individual; é um quadro bem definido em torno de sua família e de seu lar - o santuário de suas dores, alegrias e reflexões”.

Por meio da citação acima, é possível perceber que a partir do século XIX ocorreu uma divisão mais acentuada entre o que é entendido como público e privado e conseqüentemente quais seriam tarefas domésticas. As próprias mudanças nas perspectivas de organização da casa, da disposição e organização móvel e o conforto que o lar deveria proporcionar aos familiares, reforçaram a atuação das mulheres na casa, inclusive no Brasil. Segundo Junqueira Schettino (2012, p.29)

A partir do momento em que a noção de privacidade foi introduzida, a mulher se tornou responsável por definir o conforto. Assim como privacidade, as noções de domesticidade e eficiência doméstica também são uma consequência de um lento processo de valorização do papel feminino na sociedade.

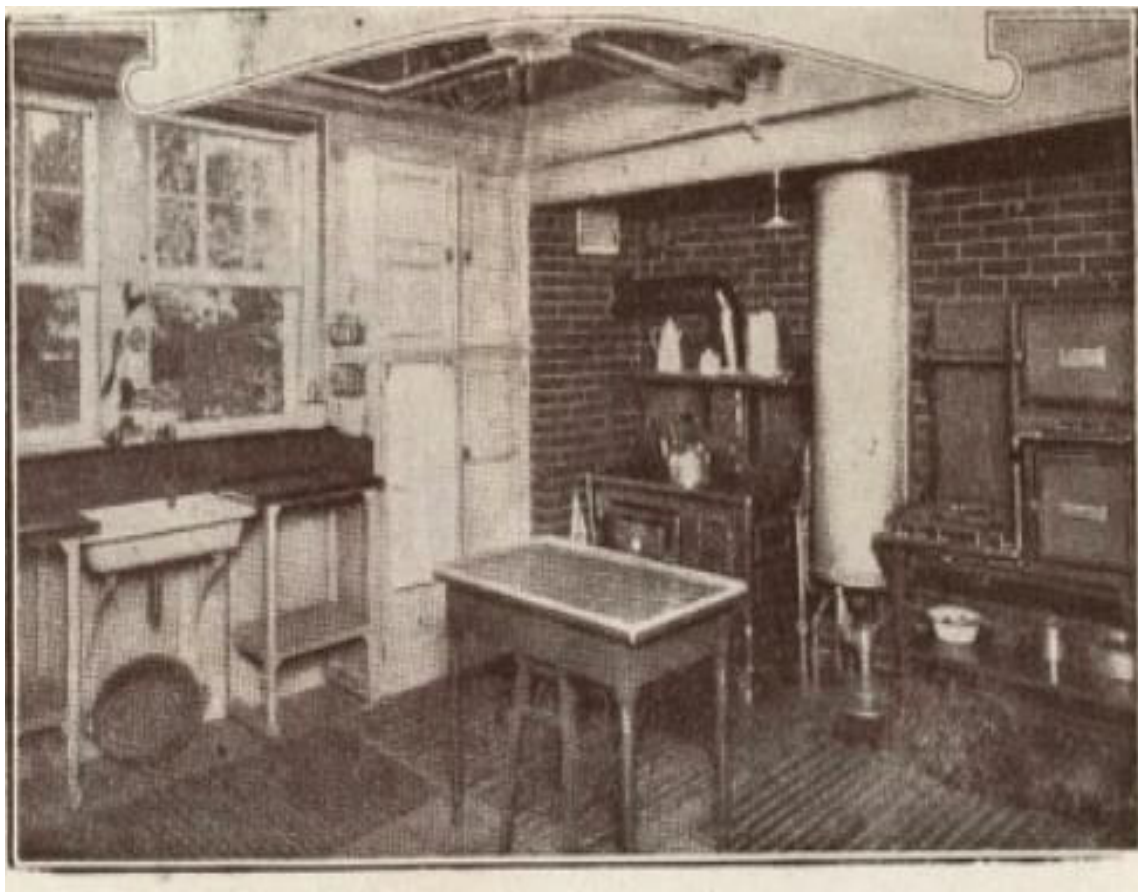
Na cidade de São Paulo, à expansão urbana e aglomeração de muitas pessoas em habitações coletivas (cortiços) a partir da virada para o século XX, motivou preocupação e denúncias sobre o perigo da difusão de doenças e do aumento das mortes prematuras. Nesse contexto, em meados dos anos 1910 o governo municipal promoveu um concurso para escolha dos melhores tipos de “casas proletárias econômicas” enfatizando a importância da salubridade e da ordenação especializada das áreas internas das moradias; um indício da dimensão social do processo de reconstrução interna da casa e da difusão do ideal da privacidade (BERTUCCI, 2004, p.53).

Como escreveu Homem (1993), foi a partir do início dos Novecentos que as partes do espaço doméstico se tornaram cada vez mais especializadas e os cômodos independentes:

As funções da casa concentravam-se em três zonas distintas: serviços, estar e repouso, que se ligavam pela circulação diversificada, pois que patrões e criados deviam se encontrar o mínimo possível. Ao mesmo tempo, cada cômodo adquiria a sua independência, vinculado apenas ao vestíbulo ou a algum corredor ou antessala, os quais, por sua vez, só se ligavam à peça de distribuição. Além de isolar a zona de repouso, no primeiro andar, o estar formal, separou-se do informal (HOMEM, 1993, p. 10).

Essa preocupação com a casa estava presente nas páginas da *Revista Feminina*, sendo recorrentes os artigos que tinham como finalidade difundir entre suas leitoras os preceitos de higiene e para a saúde em geral, assim como instruir sobre maneiras eficientes de realizar o trabalho doméstico. Um tema recorrente foi a cozinha, pois era nesse local que a mãe/esposa preparava a alimentação dos seus familiares. A fotografia abaixo, publicada na *Revista Feminina* de dezembro de 1918 (Figura 8), traduzia para as leitoras do periódico o ideal de ordem, limpeza e modernidade (pia com torneira/água encanada (à esquerda), fogão de ferro (à direita, atrás da mesa).

Figura 8 - A cozinha moderna



Fonte: *Revista Feminina*, nº 55, p.80, dez.1918.

Verdadeiros luxos possíveis para poucos, esta seria uma cozinha para “as classes abastadas”. Nota-se pela imagem a importância da disposição da mobília, das louças guardadas e do espaço de circulação, além de uma pequena mesa para facilitar o trabalho de preparar alimentos. As refeições da família geralmente deveriam ser realizadas em outro cômodo.

No ano anterior, foi editado um artigo sobre o modelo de um refeitório coletivo para crianças (provavelmente para uso em escolas, internatos e asilos), com a publicação de uma fotografia dessa cozinha ideal (Figura 9). Conforme o texto publicado na *Revista Feminina*:

[a] gravura reproduz uma cozinha modelo: cada coisa no seu lugar, luz e aeração asseguradas por duas janelas e por uma porta, cercada de arame, por cima da pia. Soalho e parede ladrilhados de branco. Mesas cobertas de vidro ou de mármore (REVISTA FEMININA, 1917e, p. 29).

Figura 9 - Uma cozinha modelo: um refeitório para crianças



Fonte: *Revista Feminina*, nº 32, p.29, jan. 1917.

Interessante observar essas duas imagens publicadas pela *Revista Feminina* em anos e textos diferentes – um sobre a cozinha para uma instituição coletiva (um refeitório) e outro sobre a cozinha modelar para “abastados”. As fotografias parecem flagrar perspectivas diferentes de locais

muito semelhantes: na imagem de 1918 (Figura 8) a pia está à esquerda e mostra a parede de tijolos, o fogão e uma prateleira(?); na foto de 1917 (Figura 9) a pia está à direita e as torneiras estão nítidas, assim como as janelas e uma segunda mesa. As semelhanças (impossível afirmar que era um mesmo local) dessas propostas para cozinhas, que procuravam atingir públicos bem diversos, podem sinalizar como estava arraigada a perspectiva, difundida também pela economia doméstica, de eficiência e agilidade do serviço doméstico (ou de lugares afins, como um refeitório), conjugada com noções de salubridade e higiene do espaço e dos utensílios.

Décadas antes, o manual *Treatise on domestic economy*, de Catherine Esther Beecher, publicado nos Estados Unidos em 1841, já trazia em suas páginas ensinamentos sobre a organização de cozinhas para realização eficiente e higiênica das tarefas. A partir de 1912, publicações de Christine Frederick, sobre a importância racionalização e rapidez das atividades domésticas, ganharam ampla divulgação e suas ideias foram encampadas pelo movimento “materialismo feminista” que defendia a coletivização dos trabalhos domésticos como uma das formas de ação contra a sociedade capitalista e paternalista (SILVA, 2007). Segundo Silva (2007, p.199), estas feministas “[...] propunham remuneração para o trabalho da dona de casa, transformação espacial e material das casas, e criação de cozinhas coletivas”.

Na Europa no início dos Novecentos, os arquitetos desenvolveram modelos eficientes de cozinha moderna. A “cozinha de Frankfurt”, por exemplo, instalada em espaço reduzido, apresentava padronização de mobiliário e disposição do fogão, pia e armários em superfície contínua, o que facilitaria o trabalho da dona de casa (SILVA, 2007, p. 200).

Paralelamente, a indústria americana começou a ver no espaço doméstico um importante nicho de mercado e um público potencial de consumidoras: as donas de casa. Vários fabricantes, com a cooperação de engenheiros, começaram a produzir aparelhos domésticos para (re) organização da cozinha e para facilitar e melhorar a qualidade do serviço realizado.

A cozinha do início do século XX foi provavelmente o espaço doméstico que mais motivou propostas relacionadas à padronização e racionalização de sua estrutura, organização e uso. Propostas que ressoavam

princípios da economia doméstica e também eram ancoradas em ditames médico-higiênicos.

Mas, a divisão de toda a casa em cômodos separados, e não apenas as alterações na cozinha, refletiu uma mudança significativa no comportamento das famílias que passaram a usá-los com finalidades distintas. Porém quem teria a responsabilidade de gerir, organizar e embelezar todos esses espaços era a mulher, a dona da casa. Como afirmou texto publicado na *Revista Feminina* em 1915:

Uma das preocupações e mesmo a maior de uma senhora é sem dúvida a de adornar e alegrar o seu lar com as pequenas e delicadas artes de que as suas mãos são capazes, aproveitando para tal fim as horas vazias. Entre essas pequenas habilidades em que elas podem revelar o seu talento e o seu carinho pelo lar. (REVISTA FEMININA, 1915c, p. 11)

O fragmento do artigo reforçava o papel fundamental da mulher/dona de casa, que até nas “horas vazias” poderia dedicar-se ao seu lar. Mas isso estava longe de significar que a mulher deveria ser uma ignorante. Em artigo sobre o feminismo, publicado em 1916, é possível vislumbrar um pouco dos traços da mulher idealizada pela *Revista Feminina*:

Que quer dizer essa palavra feminismo, senão uma derivação de feminino, de mulher? Entretanto tem hoje significação muito diversa. As feministas são mulheres que aspiram a ter parte na ciência, nos empregos, na influência e nos costumes dos homens que querem conceder as mulheres todas estas pretendidas vantagens (...). A educação atual que tende a fazer das mulheres rivais dos homens, em nada aumentará sua influência; lutar-se-á contra elas, mas voltarão à sombra donde saíram imprudentemente e perderam toda sua graça abandonando tudo o que caracteriza seu sexo. Mas a mulher é igual ao homem e tem direito ao mesmo grau de instrução! (REVISTA FEMININA, 1916a, p. 18)

Assim nos textos da *Revista Feminina* instrução, direitos sociais, e até o trabalho fora de casa, seriam fundamentais para a vida da mulher, entretanto isso não deveria afetar sua atuação e presença no lar. Segundo o texto “Qualidades práticas da esposa”,

A frase governo doméstico, entre os seus diversos significados, todos aliais condizentes com a mesma ideia, é principalmente sinônimo de boa ordem, de organização. Uma boa dona de casa é uma boa organizadora do lar conjugal. Na organização do lar se baseia a melhor caução da felicidade matéria e moral da família (...) e é da esposa, da influência da sua disciplina e do seu exemplo, que depende esta ordem moral e material. (REVISTA FEMININA, 1918g, p. 46)

Como escreveu Perrot (1991), a dona de casa parisiense no século XIX passou a ser a de uma mulher investida de múltiplas tarefas, sendo sua tarefa primária dar à luz e educar os filhos, o que se desdobrou em ações relativas manutenção da saúde da prole. Esse trabalho não remunerado da dona de casa foi um elemento importante na constituição da sociedade moderna e da família burguesa.

A ilustração publicada na edição de maio de 1917 da *Revista Feminina* traduz essa perspectiva na São Paulo do século XX.

Figura 10 – [Seção] Educação das crianças



Fonte: *Revista Feminina*, nº 36, p. 31, maio 1917.

A mãe precisava ficar atenta às vestimentas, alimentação, qualidade do sono, entre outros itens imprescindíveis para o desenvolvimento da criança. Exercer a maternidade, assim como a gerência da casa, requeria saberes atrelados aos ditames científicos (FREIRE, 2008). A mulher assumiu um novo papel, o de “mãe educadora e enfermeira”.

Cabe enfatizar que esse novo *status* da mãe moderna e de uma maternidade científica não foi simplesmente imposto às jovens e mulheres. Para Freire (2008, p. 168):

A construção da maternidade científica não se reduziu, portanto, a mera questão de dominação de gênero, nem representou apenas uma imposição da classe médica sobre as mulheres. Mais que isso, foi o resultado da atuação dinâmica e complexa de múltiplos agentes sociais, entre eles as próprias mulheres, que através de estratégias ativas como resistência, seleção, negociação, aliança e pareceria aproveitaram o movimento de valorização da função maternal para transformá-la em instrumento de poder feminino.

Nesse processo, nas primeiras décadas dos Novecentos uma ação foi destaque, a dos médicos como educadores da mulher em saúde, pois através de mães bem formadas era possível cuidar da saúde dos filhos, desde a gestação e amamentação. Verbetes de dicionários e manuais de medicina doméstica, notas/conselhos e artigos publicados nos jornais e revistas foram alguns dos meios utilizados pelos doutores nessa empreitada (MARTINS, M. L., 2008; MARTINS, A. P. V., 2008).

Em maio de 1918 a *Revista Feminina* publicou uma coluna, chamada Ciência Doméstica, com a finalidade de instruir as leitoras sobre os cuidados que deveriam ser tomados para prevenir e tratar doenças que afetavam as crianças, notadamente as gastrointestinais. Essa seção e também textos esporádicos sobre puericultura, higiene, alimentação infantil, etc, assim como propagandas de remédios e suplementos alimentares (como da farinha láctea Infantil, para “crianças, debilitados, convalescentes, etc” (REVISTA FEMININA, 1917a, p.43), são indícios de como essa ação médico-educativa das mulheres reverberou na *Revista Feminina*.

Entre essas propagandas, talvez a mais significativa seja a das Pílulas Malcon, fabricadas pela Empresa Feminina, proprietária do periódico, e que,

com o título “Ciência da maternidade”, anunciava “melhorar e nutrir” o leite materno (REVISTA FEMININA, 1917a, p. 43, entre outras).

Assim, dos cuidados para manter a saúde da família, aos afazeres do lar, que abarcavam atividades relativas à alimentação, limpeza e higiene doméstica e, também, gerência financeira, eram múltiplas as responsabilidades da esposa e mãe. Mas, a diversidade das tarefas que fez do lar/*home* o espaço feminino por excelência no mundo moderno, exigiram novos conhecimentos que também impulsionaram ações femininas fora do espaço doméstico, notadamente a partir dos anos da Grande Guerra. Um tempo que coincidiu com os primeiros anos de circulação da *Revista Feminina*.

Mesmo no Brasil, que participou efetivamente do conflito mundial apenas a partir de 1917, as notícias sobre a atuação das mulheres fora de casa nos países beligerantes poderiam ser inspiradoras. Em dezembro de 1918, quando a guerra estava no fim, a Revista Feminina publicou um artigo com significativo comentando sobre a atuação das mulheres durante o conflito e seus possíveis desdobramentos:

Uma das conseqüências da guerra e quiçá a mais importante, foi o aproveitamento das mulheres para os cargos que se punham privativos apenas ao homem. A guerra fez ver ao homem que sua companheira é apta para todas e quase todas as tarefas masculinas. A mulher, em França, começa a ser preparada para o serviço postal (...) na dificuldade em obter empregados competentes o diretor dos correios desse departamento francês, recorreu ao concurso dos institutos de ensino. Este apelo foi mais correspondido de parte da Escola Feminina de Ruão (...) (REVISTA FEMININA, 1918j, p. 49. Grifos meus)

O trecho, editado pela revista na seção Vida Feminina, evidenciava como, de maneira sutil e discretamente, um número crescente de mulheres estava trabalhando em atividades até então praticamente vedadas ao sexo feminino, e mais, indicava como a educação era fundamental nesse processo. Mas esse não foi um percurso linear, na Europa ou no Brasil, e tampouco trabalho igual significou salário igual ao do homem – mesmo nas décadas seguintes, nem a maior qualificação não foi garantia de igualdade salarial entre homens e mulheres (ARAÚJO; BERTUCCI, 2019; LAGRAVE, 1993). Como escreveram Araújo e Bertucci (2019, p.89):

No Brasil, assustando os que enxergavam as alterações do cotidiano como um perigo para a moral feminina e para o bem-estar da família, a presença da mulher no mundo do trabalho na primeira metade do século XX motivou diferentes considerações – dos médicos aos militantes operários – e pautou ações de autoridades educacionais e de membros de grupos religiosos, preocupados com a formação dessas trabalhadoras que primordialmente deveriam ser mães de família.

Nesse contexto é possível destacar a importância da economia doméstica como área do conhecimento que, ao modernizar e tornar mais eficientes e ágeis os trabalhos de organização da casa e do cuidado com a família, também concorreu para a inserção das mulheres em atividades consideradas produtivas e seguras, pois adequadas, ou seja, um meio termo entre a casa e a rua.

Várias das lições de economia doméstica podem ser consideradas estimulantes para atividades produtivas de jovens e senhoras também fora do lar. Essas lições incentivavam a leitura e a frequência aos teatros e clubes, o que ampliava a perspectiva de mundo; ensinavam o preparo de refeições saudáveis e noções de higiene e puericultura, o que poderia estimular a atuação em restaurantes, hotéis, etc ou em atividades relativas ao cuidado da saúde da população; instruíam sobre a elaboração e venda trabalhos manuais (bordado, cerâmica, pintura, etc.) e a organização de finanças (algo que poderia extrapolar as contas domésticas).

Em julho de 1918, a *Revista Feminina* transcreveu na coluna dos pêsames recebidos pela morte de Virgilina de Souza Salles, uma nota publicada no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro. Nesta nota foram elencadas algumas das atividades, relacionadas à educação das mulheres, que Virgilina tinha implantado. As atividades mencionadas nos fornecem pistas das práticas educativas e da preocupação com a educação das leitoras da revista. O ideal da boa mãe/dona de casa moderna se evidenciava em iniciativas da criadora e diretora da revista, entre elas:

[a] academia feminina de trabalhos domésticos, anexa à redação da sua revista, cujas aulas de arte, culinária, de direção da casa, trabalhos de agulha, de bordados, de pintura, de decoração, de música e outras regidas todas por senhoras da sociedade, constituíram-se num verdadeiro sucesso feliz. (REVISTA FEMININA, 1918e, p. 7)

Em outubro de 1918, o artigo “Imprensa feminina do Brasil”, teceu considerações sobre ações patrocinadas pela *Revista Feminina*, com outras informações sobre essas aulas ou cursos:

Cursos de educação doméstica — com[o] início da futura Universidade Feminina, com cuja criação sonhava Virgilina de Souza Salles, (...) funcionam regularmente, e com grande número de alunas. Estes cursos constam de trabalhos de senhoras, noções sobre direção do lar, belas artes, economia, entre outros assuntos de interesse feminino (REVISTA FEMININA, 1918d, p.15).

Neste mesmo artigo foi informado que além desses cursos, na sala adjacente à redação funcionava a chamada Bolsa Doméstica de Economia, que era uma exposição permanente de trabalhos manuais enviados pelas assinantes do periódico e que poderiam ser vendidos no local (REVISTA FEMININA, 1918d, p. 15). Uma iniciativa da revista que acontecia desde 1917 (REVISTA FEMININA, 1918a, p. 50).

Assim, foram publicados na revista informes sobre “grande número de famílias” que visitavam essa exposição e adquiriam “vestidinhos de crianças, rendas do Norte e outros” (REVISTA FEMININA, 1918a, p. 50). Conforme esclarecimento publicado na *Revista Feminina* em março de 1918:

A nossa exposição está aberta a quem, quer das nossas assinantes, que queira concorrer a ela. As expositoras não dependem quantia nenhuma. Cobramos de cada objeto vendido uma quantidade mínima, não para constituir lucro, já se vê, senão para auxiliar-nos nas despesas que essa nossa iniciativa nós tem acarretado. (REVISTA FEMININA, 1918a, p. 50).

A Bolsa Doméstica de Economia atraía assinantes/leitoras de diferentes partes de São Paulo e do Brasil que lá podiam vender seus trabalhos, os cursos ministrados “em compartimento anexo” (o ateliê, também local de exposições) à redação da revista por “professoras distintíssimas, verdadeiras profissionais em sua especialidade”, transformou as instalações da *Revista Feminina* também em um local educativo, um espaço onde “[...] ensinasse todo e qualquer trabalho em bordado, desenho arte aplicada, pintura, riscos para bordado, etc.” (REVISTA FEMININA, 1918a, p. 50).

Alguns resultados dessa iniciativa promovida pela *Revista Feminina* podem ser percebidos em declarações de jovens e senhoras que frequentaram

os cursos no prédio da revista. Em agosto de 1918, é transcrita uma parte da carta de agradecimento da ex-aluna Wary Hall que foi publicada no artigo da Revista Feminina que comentava uma exposição de trabalhos que havia acontecido. Hall tinha frequentado o “curso de trabalhos femininos” e afirmava:

Venho agradecer o esplendido acolhimento com que fui recebida. O meu progresso foi rápido devido a excelente professora de arte decorativa – Ex. Sr. D. Aurora de Almeida Silva T. de Carvalho, que alia uma extrema bondade a rara faculdade de transmitir às suas alunas o mais perfeito, completo e melhorado ensino. (HALL, 1918, p. 4)

Além da expressão superlativa de satisfação da ex-aluna pelos ensinamentos recebidos e dos elogios à professora, não foi possível saber se ela pretendia ou não fazer uso do conhecimento adquirido fora do lar. Mas as mulheres que frequentavam essas aulas eram, indiretamente, estimuladas para adentrar o espaço social utilizando os ensinamentos artístico-artesanais.

Segundo informe da *Revista Feminina*, os objetos elaborados neste e em outros cursos, eram expostos e vendidos na sala contígua a redação da revista e o valor arrecadado com a venda, assim como acontecia na Bolsa Doméstica de Economia, era revertido para quem tinha seus trabalhos vendidos. Nos casos da comercialização de produtos dos cursos ministrados na revista, uma porcentagem da venda era aplicada na manutenção da própria exposição e, em alguns casos especiais, o valor era doado às Damas da Caridade – como eram conhecidas senhoras que nesse período atuavam, de norte a sul do Brasil, no auxílio aos necessitados. Virgilina de Souza Salles foi vice-presidente da Associação das Damas da Caridade de São Paulo (REVISTA FEMININA, 1918f, p. 19).

Para as ex-alunas desses cursos, o estímulo de poder usufruir de uma remuneração, que poderia complementar a renda familiar (e às vezes mais que isso), deve ter motivado muitas dessas jovens e senhoras a entrar no mundo do trabalho, mas a partir de atividades consideradas femininas. Nessa perspectiva, a exposição permanente ou Bolsa Doméstica de Economia foi um espaço utilizado também por mulheres que haviam frequentado cursos nas dependências da *Revista Feminina*, pois era um espaço organizado e conhecido de venda de produtos produzidos por mulheres que tinham como principal público outras mulheres: esposas, mães e donas de casa. Segundo

afirmação Anna Rita Malheiros, na seção Crônica do Mês, texto Outubro:

As aulas de pintura, costura, modelagem, arte aplicada, etc. continuam a dar os mais auspiciosos resultados. Muitas das discípulas, dentre as primeiras que se inscreveram nessas aulas, figuram atualmente entre as nossas melhores expositoras. (MALHEIROS, 1918, p. 4)

Uma dessas aulas foi fotografada e a imagem publicada no periódico em junho de 1918 **Figura (11)**.

Figura 11 - As aulas da Revista Feminina



Fonte: *Revista Feminina*, nº 50, p.11, jul.1918.

Na fotografia as mulheres e objetos estão dispostos para dar visibilidade aos trabalhos finalizados, ou seja, o resultado positivo das aulas ministradas. A professora da turma era destaque. A legenda que descrevia a cena informava: “Aula de arte aplicada. Diversas senhoritas trabalhando sob a direção da dedicada professora (vestida de preto, em pé, no centro), Exma. Sra. Dona. Aurora de Almeida T. de Carvalho” (REVISTA FEMININA, 1918e, p.11).

As jovens (eram onze) não estão exatamente trabalhando, mas, bem vestidas e penteadas, parecem exibir suas criações artísticas em espaço limpo e organizado. Assemelha-se mais a reunião comemorativa. Talvez a aula final do curso ou “formatura”? Considerando a data da publicação da fotografia, é possível perguntar: Wary Hall seria uma das alunas desta turma? A foto foi publicada no mês de julho e no mês seguinte, agosto de 1918, artigo da *Revista Feminina* reproduziu o excerto da carta de Hall agradecendo o “esplêndido acolhimento” e os ensinamentos de Aurora de Carvalho (HALL, 1918, p. 4).

Além da Bolsa Doméstica de Economia e dos cursos ministrados em espaço apropriado no prédio da redação, a *Revista Feminina* publicou algumas das lições ensinadas nessas aulas em duas seções da revista: Trabalhos Femininos e Trabalhos de Agulha. Mas o conteúdo das lições publicadas variou, contemplando por vezes temas estreitamente identificados com os princípios de economia doméstica tais como instrução sobre formas eficientes de preparar e preservar alimentos ou como bem gerenciar e embelezar a casa²⁴.

Ainda durante o primeiro ano de publicação da revista, uma nota informou: “A pedido de diversas leitoras incumbimo-nos de enviar para o Interior tudo quanto for necessário, para os trabalhos de agulhas, vide em nosso número anterior as gravuras e texto para filet” (REVISTA FEMININA, 1915h, p. 7).

Na coluna Remessas pelo Correio foi possível identificar a informação do envio de materiais e instrução (passo a passo) para realização dos trabalhos ensinados nas lições publicadas na *Revista Feminina*. (p.ex. REVISTA FEMININA, 1916c, p. 20; REVISTA FEMININA, 1918i, p. 57). O envio acontecia após o pagamento de uma taxa em dinheiro, enviada para a redação. As solicitações extrapolaram o estado de São Paulo em alguns meses. O que não podia ser enviado pelo correio, devido ao volume, era mandado via estrada de ferro e, nesse caso, as assinantes pagavam um frete à parte. Essa situação acontecia geralmente com matérias necessários para os trabalhos de pintura e cerâmica.

²⁴ Confira na Introdução: Quadro 1 - Seções regulares da *Revista Feminina*.

Desta forma, considerando o grande número de exemplares mensais publicados pela *Revista Feminina* e os recorrentes pedidos para envio de materiais relacionados às lições publicadas no periódico (além dos cursos presenciais e exposições) é possível identificar a empatia da *Revista Feminina*, com seu público: as jovens e senhoras (provavelmente não apenas assinantes, pois um exemplar da revista, inclusive números antigos/descartados, devia circular por várias mãos) e assim com o modelo de mulher apregoado nas páginas do periódico, ou seja, o da esposa e mãe que fazia bom uso de sua inteligência e habilidades, uma pessoa ciente e participante das mudanças do mundo moderno.

Mesmo considerando o provável descarte de críticas à revista, os relatos ou declarações de leitores publicados na *Revista Feminina* são também indícios dessa empatia. Entre esses pequenos textos estavam o de Matilde de Oliveira, da localidade mineira de Palmira (atual Santos Dumont); o do cônego Móro, também jornalista, da cidade de Mogi Mirim (SP), e de Stella (não foi informado o nome completo), provavelmente amiga de Virgilina de Souza Salles e família, pois terminou suas palavras de pêsames com a expressão latina *ex corde*, ou seja, do coração.

Bravo, bravíssimo pela Revista Feminina. Vendo realizado tão útil empreendimento fica-se admirada de que só agora, numa população de 24 milhões de habitantes, tenha surgido uma manifestação tão positiva da nossa intelectualidade feminina (OLIVEIRA, set. 1915, p. 14)

A Revista é de primeira ordem, ilustra e encanta e aproveita a quem ler [ilegível] a boa dona de casa (...) (MÓRO, fev. 1916, p. 31)

Foi assim que ela [Virgilina de Souza Salles] fundou a Revista Feminina, brilhante pelos seus artigos de interesse da mulher e que tanto nome há conquistado de sul a norte do país (STELLA, out.1918, p. 6)

Para a assinante Anna Cesar:

O trabalho mais importante que se tem de fazer no Brasil é combater a ignorância, e de preferência, a da mulher. Mães esclarecidas, lares iluminados, libertos de superstições e tolices cheios de verdade e de fé, de saber e civismo, eis o que precisamos. (CESAR, dez. 1917, p. 38)

Assim, em um período que os apelos – impulsionados mundialmente pela Grande Guerra – para que jovens e senhoras, de diferentes estratos sociais, atuassem de forma produtiva também fora de casa, a *Revista Feminina* concorreu para a formação da mulher que era sinônimo de polivalência, que dominava diferentes saberes: desde cuidados com a higiene familiar até noções financeiras. Repetindo teses da economia doméstica, o ideal de mulher difundido pela revista ensinava (inclusive com os cursos) como tornar mais eficazes as ações domésticas (cozinhar, costurar, etc.), mas, ao mesmo tempo, concorria para a inserção social produtiva da mulher em atividades consideradas adequadas à “rainha do lar”; ou seja, a mulher que emergiu das páginas da *Revista Feminina* era a que estava entre a casa e a rua e o que determinaria a ênfase maior ou menor em um desses espaços eram as necessidades, sempre prioritárias, da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui empreendido possibilitou vislumbrar e discutir indícios da atuação das mulheres dentro do lar, fora dele e por meio dele. Atuação que era muitas vezes mediada por diferentes conhecimentos veiculados pela imprensa feminina e, no caso desse estudo, por intermédio da *Revista Feminina* editada em São Paulo. A *Revista Feminina*, assim como outros periódicos destinados as mulheres do início do século XX, apresentava discursos que concorriam tanto para a preservação dos bons costumes, da moral e da formação da boa dona de casa, quanto para a emancipação e luta pelos direitos das mulheres, muitas vezes associados ao trabalho fora de casa. Apresentando desse modo distintas perspectivas da atuação feminina na sociedade e na família, perspectivas que eram debatidas tanto por mulheres quanto por homens.

Com a análise e leitura das páginas da *Revista Feminina* foi possível perceber a prevalência e recorrência da representação da figura da mãe/esposa dedicada aos cuidados com a família e manutenção da casa — a chamada “gerente do lar”. Por meio dos seus escritos, propagandas, colunas, etc. o periódico contribuiu para educação das suas leitoras por intermédio de uma instrução voltada sobremaneira ao mundo doméstico. Nessas páginas a mulher ideal era inteligente e corajosa, porém seu maior atributo continuava sendo a de boa dona de casa e esposa.

Na *Revista Feminina*, durante a segunda metade dos anos 1910, a formação da boa dona de casa foi atrelada aos preceitos da economia doméstica, área de conhecimentos múltiplo, embasada em princípios científicos para os cuidados racionais com o lar/casa, que, nacional e internacionalmente, foi elaborada com a participação decisiva de mulheres. Além de cursos próprios que foram se espalhando dentro do Brasil e fora do país com variados nomes, como: prendas domésticas, economia doméstica, educação doméstica, etc, os princípios da economia doméstica permearam a criação de aulas/cursos avulsos de trabalhos de agulha, de culinária, de decoração, pintura, arte aplicada, etc, além de textos de diferentes publicações femininas.

Em meio às transformações que aconteciam principalmente a partir do início dos Novecentos, a economia doméstica procurava manter a permanência das mulheres dentro de casa, ao reforçar sua importância na organização e

gerenciamento (inclusive financeiro) da casa e na formação das próximas gerações.

Segundo os preceitos da economia doméstica, a mãe do século XX necessitaria de uma série de novos conhecimentos sobre finanças, higiene, educação, literatura, etc. Esses conhecimentos, que caracterizavam a polivalência da mãe moderna, deveriam ser aplicados, sobretudo, no cuidado com a casa e com sua família, uma vez que havia uma preocupação com a saída das mulheres para atuação em outros setores da sociedade, algo que poderia acarretar uma significativa ausência das mesmas dentro do lar.

Às atividades domésticas foram atribuídas diretrizes balizadas por conhecimentos científicos que tinham como premissa tornar possível o acesso de jovens e senhoras, notadamente das classes mais abastadas, a variados saberes que, veiculados através de escolas e também de impressos, como a *Revista Feminina*, concorreriam para remodelar e enaltecer a “rainha do lar”. Entretanto, cabe ressaltar que tais conhecimentos, também concorreram para que algumas dessas mulheres vislumbrassem horizontes múltiplos de ação além do espaço doméstico.

Na segunda metade dos anos 1910, foram vários os saberes e conhecimentos relacionados à economia doméstica que foram divulgados pela *Revista Feminina*, entre eles: noções de puericultura, higiene da casa e da família, trabalhos de agulha, educação doméstica, organização das despesas, etc. Essa divulgação instruíra leitoras e simpatizantes da revista, tanto por meio dos textos escritos, quanto por intermédio dos próprios cursos criados nas dependências físicas da redação do periódico. O resultado desse processo diversificado de educação informal pode ser percebido por meio de cartas de alunas/leitoras publicadas no periódico nas colunas De Todo o Brasil ou De Todos os Estado, evidenciando o significativo papel da *Revista Feminina* como órgão impresso formador de mulheres e difusor de ideias para mulheres, mesmo considerando a alta taxa de analfabetismo nacional e o grupo privilegiado financeiramente que poderia comprar a revista – afinal nada impedia que artigos e ideias da *Revista Feminina* circulassem em conversas e comentários esparsos e atingisse outros públicos.

Assim, a formação e afirmação do papel social da mãe moderna, mulher que priorizando a família também poderia atuar fora do lar, foi em grande medida embasada por diretrizes e propostas da economia doméstica e incluiu a instrução e educação que aconteceu pelas páginas de publicações como a *Revista Feminina*. Nesta revista, as mulheres liam principalmente textos de mulheres, ou de homens que falavam uma linguagem que os aproximava das mulheres — o caso mais significativo foi o Cláudio de Souza/Anna Rita Malheiros. Além disso, a *Revista Feminina* expandiu essa prática formadora ao ofertar, de forma presencial (no prédio da revista) ou via lições/receitas impressas no periódico, conhecimentos que concorriam para bem formar a mãe moderna, mas que também tornariam possível que, dentro dos moldes considerados “femininos”, jovens e senhoras vislumbrassem outras possibilidades de ação/inserção social.

É importante afirmar que esta pesquisa e as considerações feitas sobre a economia doméstica nas edições da *Revista Feminina*, publicadas entre 1915 e 1918, também procuram evidenciar a importância da educação informal, que acontecia além dos muros escolares, voltada para as mulheres brasileiras no início do século XX.

Para concluir, ressalto a necessidade de outros estudos da *Revista Feminina*, números editados na segunda metade dos anos 1910, para ampliar e aprofundar discussões sobre temas que tangenciaram as discussões realizadas nesta dissertação, tais como, a polivalência da mãe moderna e as nuances da conjugação do discurso religioso com o laico nas páginas desse periódico.

FONTES

Coleções

A Luta Moderna, São Paulo, 1914.

Revista Feminina, São Paulo, 1915-1918.

Disponíveis em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas. Acesso: de mar. 2018 a nov. 2018.

Artigos Citados das Coleções

ARAUJO, J. C. O verdadeiro feminismo. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 43, p. 32, 1917.

CAMPOS, A. A. O. Educação das crianças. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 21, p. 12, 1916.

CAMPOS, J. N. de. Um salão para senhoras. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 8, p. 15, 1915.

CESAR, A. dez. 1917, p. 38. [Carta]. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 43, p. 38, dez. 1917. Seção De Todo o Brasil.

CORDEIRO, M. A missão da mulher. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 16, p. 21, 1915.

DANGENNES, B. Como as esposas devem pensar. *Revista Feminina*, São Paulo, nº19, p. 14, 1915.

DRAKE, E. O que uma boa dona de casa deve saber. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 25, p. 20, 1916.

FEIJÓ, J. Com ares de crônicas. *A Luta Moderna*, São Paulo, nº 7, p. 1, 1914.

GURJÃO, F.H. O que toda mulher deve saber. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 14, p. 16-17, 1915.

HALL, W. [Carta]. In: REVISTA FEMININA. A nossa exposição de trabalhos. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 51, p.4, ago. 1918.

MALHEIROS, A. R. Os concursos da Luta Moderna. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 8, p. 12, jan.1915.

MALHEIROS, A. R. Outubro. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 53, p. 4, out.1918.

MALHEIROS, A. R. Um sorteio de noivas. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 21, p. 10, fev. 1916.

MÓRO, Côn. [Carta]. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 21 p. 31,1916. Seção De Todo o Brasil.

OLIVEIRA, M. de [Carta]. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 21, p. 31, 1916. Seção De todo o Brasil.

REIS, M. A mulher de hoje. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 51, p. 15, 1918.

REVISTA FEMININA. [Propaganda] Infantina. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 36, p. 43, maio 1917a.

REVISTA FEMININA. A difusão da nossa revista. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 14, p. 6, jul.1915a.

REVISTA FEMININA. A mulher. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 19, p. 22, dez. 1915b.

REVISTA FEMININA. A nossa exposição de trabalhos. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 46, p. 50, mar.1918a.

REVISTA FEMININA. A nossa revista. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 43, p. 21, dez. 1917b.

REVISTA FEMININA. A Revista Feminina em Portugal. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 35, p.16, abr. 1917c.

REVISTA FEMININA. As artes domésticas (conselhos as moças e mães de família). *Revista Feminina*, São Paulo, nº 55, p. 69, dez. 1918b.

REVISTA FEMININA. Como enfeitar a minha casa. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 13, p. 11, jun.1915c.

REVISTA FEMININA. Concurso de sementes para crianças. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 17, p.18, out.1915d.

REVISTA FEMININA. Economia doméstica. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 45, p. 42, fev.1918c.

REVISTA FEMININA. Expediente. *Revista Feminina: A Luta Moderna*, São Paulo, nº 10, p. 7, mar.1915e.

REVISTA FEMININA. Imprensa feminina no Brasil. *Revista Feminina*, São

Paulo, nº 53, p. 14-16, out. 1918d.

REVISTA FEMININA. Manifestações de pesar. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 50, p. 7, jul.1918e.

REVISTA FEMININA. Nossa filial no Rio. *Revista Feminina*, São Paulo, nº34, p.39, mar. 1917d.

REVISTA FEMININA. O feminismo no Brasil. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 53, p.19, out. 1918f.

REVISTA FEMININA. O feminismo. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 29, p.18, out. 1916a.

REVISTA FEMININA. O que toda mulher deve saber. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 11, p.4, abr. 1915f.

REVISTA FEMININA. Para uma senhora ganhar dinheiro em casa. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 31, p.62, dez.1916b.

REVISTA FEMININA. Qualidades práticas da esposa. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 46, p. 46-47, mar. 1918g.

REVISTA FEMININA. Qualidades práticas e morais da esposa. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 47, p. 49, abr. 1918h.

REVISTA FEMININA. Remessas pelo correio. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 27, p. 20, ago.1916c.

REVISTA FEMININA. Remessas pelo correio. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 44, p.57, jan. 1918i.

REVISTA FEMININA. São Paulo elegante. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 10, p.14, mar. 1915g.

REVISTA FEMININA. Trabalhos de agulha. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 11, p.7, abr. 1915h.

REVISTA FEMININA. Um modelo de cozinha: um refeitório para crianças. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 32, p.29, jan. 1917e.

REVISTA FEMININA. Vida feminina. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 55, p. 49, dez. 1918j.

STAFF, B. As virtudes do método em nossa casa. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 28, p. 30, set. 1916.

STELLA. [Carta]. In: REVISTA FEMININA. Manifestações de pesar. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 53, out. p. 8, 1918.

STRAUSS, M. [Carta - Agradecimento]. *Revista Feminina*, São Paulo, nº 10, p. 13, mar.1915. Seção De Todos os Estados.

Documentos governamentais

BRASIL. Lei nº 3.071, 1 de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, Seção 1, p. 133, 5 jan. 1916.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório de ensino e pesquisas em agricultura e economia doméstica nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1922.

BRASIL. Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910. Regulamento Ensino Agrônômico. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, Capítulo XXXVIII, 20 out. 1910.

SÃO PAULO. Decreto nº 128, de 27 de novembro de 1893. *Dispõe sobre os programas de ensino e distribuição das cadeiras das escolas normais*. Disponível em: [https://www.al.sp.gov.br › repositorio › legislacao › decreto - 218-27.11.18](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto-218-27.11.18). Acesso: 23 maio 2019.

SÃO PAULO. Decreto nº 2.025, de 29 de março de 1911. *Converte as atuais Escolas Complementares do Estado em Escolas Normais Primárias e dá-lhes regulamento*. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2025-29.03.1911.html>. Acesso em 25 maio 2019.

SÃO PAULO. Decreto nº 2.944, de 8 de agosto de 1918. *Aprova o Regulamento para execução da Lei nº 1.579, de 19 de dezembro de 1917, que estabelece diversas disposições sobre a Instrução Pública do Estado*. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1918/decreto-294408.08.1918.html>. Acesso em: 25 maio 2019.

Outros

AAFCS. *American Association of Family and Consumer Sciences - About us*. 2019. Disponível em: <https://www.aafcs.org/home>. Acesso em: 7 ago. 2019.

CENTRO SOCIAL LEÃO XIII. *Escola Profissional Leão XIII*. São Paulo, [2010?]. Disponível em: http://www.jurassicos.com.br/leao_XIII/index.html. Acesso em: 2 dez. 2019.

EMBACHER, A. *Caderno de economia doméstica* (aluna da Escola Profissional Leão XIII). São Paulo, 1960.

LAKE PLACID - North Elba Historical Society. *Home Economics History*. 2012. Disponível em: <https://www.lakeplacidhistory.com/home-economics-histor>. Acesso em: 5 jul. 2019.

VAZ, E. *A ciência no lar moderno*. 4º ed. São Paulo [s.n.], 1912.

FREDERICK. C. The new housekeeping: efficiency studies. *Ladies' Home Journal*. Philadelphia, v. 29, p. 1 - 9, Sep. / Dec. 1912. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/ladies'homejournal>. Acesso em: 8 jun. 2019.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, R. (org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 1. 9ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.83-154.

ALMEIDA, J. S. Imagens de mulher: a imprensa educacional feminina nas primeiras décadas do século. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.79, nº 11, p. 31-41, jan/abr. 1998.

ALMEIDA, J, S. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?* Campinas: Autores Associados, 2007.

ARAS, L, M, B; MARINHO, S, R. A imprensa feminina: normatização da conduta feminina nos jornais para mulheres (BAHIA, 1860-1917). *Historiae*, Rio Grande, v.3, nº 2, p.96-115, 2012.

ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B de; LOPES, A. de P. C. (orgs.) *As escolas normais no Brasil: do império à república*. Campinas: Alínea, 2008.

ARAÚJO, S. A.C. de; BERTUCCI, L. M. A formação da “mãe de família” para o trabalho: ações de iniciação feminina no Lar Infantil Icléa (Federação Espírita do Paraná), Curitiba nos anos 1950. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 23, nº 1, p.87-104, jan./mar. 2019.

BARROS, N. C. F. A visibilidade feminina através da fala de Anna Rita Malheiros na Primeira República. In: XVI Encontro Regional de História Anpuh-Rio, 2014. Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro, 2014, p. 1-15.

BASTOS, M, H, C. *Leituras da ilustração Brasileira: Célestin Hippeau (1803-1883)*. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, nº 3, p.68-112, jan./jun. 2002.

BASTOS, M, H, C; GARCIA, T, E, M. Leituras de formação. *Noções de Vida Doméstica (1879): Felix Ferreira traduzindo Madame Hippeau Para a educação das mulheres brasileiras*. *História da Educação*, Pelotas, nº 5, p. 77- 92, abr.1999.

BITTENCOURT, C.M.F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OILIVEIRA, M.A.T. de; RANZI, S.M. F (orgs.) *História das disciplinas escolares no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p.9-38.

BERTUCCI, L.M. Para saúde da criança. A educação do trabalhador nas teses médicas e nos jornais operários. *Mundo do Trabalho*, Florianópolis, nº 13, v. 7, p- 27-42, jan./jun. 2015.

BERTUCCI, L.M. *Influenza, a medicina enferma*. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BESSE, S. K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999.

BUITONI, D, S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BUITONI, D. S. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

BURKE, P. *Testemunha ocular*. São Paulo: EDUSC, 2004.

CARPINTERO, M. V. T. *A construção de um sonho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CAPELATO, M. H. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

CARRARA, S. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 1996.

CASTAN, N. O público e o particular. In: CHARTIER, R. (org.). *História da vida privada*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 402-439.

CERTEAU, M. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. 2. Morar, Cozinhar. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHARTIER, R. As práticas de escrita. In: CHARTIER, R. (org.). *História da vida privada*. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a, p. 113-163.

CHARTIER, R. Do livro à leitura. In: CHARTIER, R (org.). *Práticas da leitura*. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009b, p.77-106.

CHARTIER, R. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

CHARTIER, R. Textos, Impressos, Leituras, In: *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 213-236.

CHARTIER, R. Escutar os Mortos com os Olhos. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, nº 69, p.6-30, 2010.

CHERVEL, A. Histórias das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, nº 2, p. 177-229, 1990.

COELHO, M, O; MACIEL, I, F, P. Livros de leitura para meninas no século XIX. *Gênero na Amazônia*, Belém, nº 6, jul/dez , 2014, p. 246-258.

COSTA, C. Revistas femininas do século XIX: os primeiros passos. *Revista Comunicare*, São Paulo, v. 14, nº 1, p. 25-34, 2014.

CRUZ, H, F. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

D' INCAO, M, A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 223-240.

DAVIS, N, Z. *Culturas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DIAS, C. M. M. Chartier Roger: entrevista especial. *Linguagem, Educação e Sociedade*, Teresina, v.13, p.139-157, 2005.

DIAS, M. O. L. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DUARTE, C, L; PAIVA, K, B. A mulher de letras: nos rastros de uma história. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 13, nº 2, p. 11-19, jul/dez de 2009.

FARGE, A. Família: a honra e o sigilo. In: CHARTIER, R. (org). *História da vida privada*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.559- 595.

FERREIRA, N, V. Gênero e educação: A formação em economia doméstica. In: 37ª Reunião da Anped-Sul, 2015. *Anais...* Florianópolis, 2015. p. 1-15.

FREIRE, M. M. L. A puericultura em revista. *Physis*, Rio de Janeiro, nº 3, p 973-993, 2014a.

FREIRE, M. M. L. Higienizando corpos e mentes. Maternidade, ciência e cultura no Brasil nas primeiras décadas do século XX. In: 29º Reunião Brasileira de Antropologia, 2014b. *Anais...* Natal, 2014b, p. 1-11.

FREIRE, M, M, L. *Mulheres, mães e médicos*: discurso maternalista em revistas femininas Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2006.

HALL, C. Sweet home. In: ARIÈS, P; DUBY, G. (orgs.) *História da vida privada*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 53-87.
HOMERO, *Odisséia*. 3ª ed. São Paulo: Atena Editora, 2009.

HOMEM, M. C. Mudanças espaciais na casa republicana. A higiene pública e outras novidades. *Pós*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP. São Paulo, nº 3, p. 5-18, 1993.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estáticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

JUNQUEIRA SCHETTINO, P.T. *A mulher e a casa*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

LAGRAVE, R.M. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, G.; M. PERROT, M. (org.), *História das mulheres no Ocidente*. v.5. Porto: Afrontamento, 1993, p. 505-543.

LEITE, E, S. Entre a economia e a crítica feminista da “racionalidade”: um esboço dos cursos de economia doméstica no Brasil. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v.15, nº 33, p. 254-281, maio/ago. 2016.

LIMA, S. L. L. *Espelho de mulher: Revista Feminina (1916-1925)*. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade de São Paulo. São Paulo 1991.

LIMA, S. L. L. Imprensa feminina, revista feminina. *Projeto História*, São Paulo, nº 35, p. 221-240, dez. 2007.

LOURO, G, L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto: 2017, p. 443-481.

MANOEL, I. *A igreja e educação feminina (1859-1919)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

MARTINS, A. L. *Revistas em revista*. Imprensa e práticas culturais em tempo de república. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008.

MARTINS, A. L. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*, São Paulo, v.1, nº 22, p.59-79, 2003.

MARTINS, A. P. V. Vamos criar seu filho: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, nº 1, p. 135-154, jan./mar., 2008.

MONARCHA, C. *Escola Normal da Praça*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MORENO, J. C. Limites, escolhas e expectativas: horizontes metodológicos para análise dos livros didáticos de história. *Antítese*, Londrina, v. 5, nº 10, p. 714-740, jul./dez. 2012.

MORSE, R. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1970.

MOURA, R, L. História das revistas brasileiras- informação e entretenimento. In: 8º encontro Nacional de História da Mídia, 2011. *Anais...* Guarapuava, 2011, p. 1-15.

OLIVEIRA, A, C, M. Economia doméstica: Origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional. *Vértices*, Campos dos Goytacazes, v.8, nº 1/3, p. 1-12, jan/dez 2006.

OLIVEIRA, A, C. *A trajetória histórica da formação em economia doméstica na escola agrotécnica federal de São Cristóvão (1952 a 1967)*. Aracaju: Editora do IFS, 2016.

PAIVA, E, F. *História e imagens*. 2ºed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PERROT, M. Os atores. In: ARIÈS, P; DUBY, G. (orgs.) *História da vida privada*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 89-192.

PERROT, M. O elogio da dona-de-casa no discurso dos operários franceses no século 19. In: PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005a, p.171-195.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. In: PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005b, p.33-43.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PILLA, A, B. Manuais de civilidade, modelos de civilização. *História em Revista*, Pelotas, v. 9, p. 1-21, dez, 2003.

PASTRO, S. M. *Os folhetins de Nelson Rodrigues: um universo de obsessões em fatias parcimoniosas*. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

RAGO, M. *Do cabaré ao lar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO, A. F. Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 19, nº 35, p. 65-79, jul/dez de 2015.

RIBEIRO, M. A. R. Qualificação da força de trabalho: a experiência das Escolas Profissionais no Estado de São Paulo (1911-1942). In: RIBEIRO, M.A.R.; CAETANO, C.G.; GITAHY, M.L.C. *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986, p. 119-223.

ROCHA-COUTINHO, M, L. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAMPAIO, D.M.N; COSTA JÚNIOR, R.O.C; ALVES, A.E.S. As mulheres e o trabalho doméstico no livro: "Economia Doméstica". *Revista HISTEDBR* [online], Campinas, nº 55, p. 411-419, mar 2014.

SARDELICH, M, E. Leituras de imagens, cultura visual e prática educativa. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, nº 128, p. 451-472, maio/ago, 2006.

SOARES, A, C, E. *Receitas de felicidade e espectros de infelicidade: O Código Civil de 1916 e as lições de comportamento na Revista Feminina no início do século XX*. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

SODRÉ, N, W. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, R. F. de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX* (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

STRANG, B, L, S; SANTOS, F, L, M. Para casar: as boas maneiras e a economia doméstica na formação das normalistas nas décadas de 1940 a 1960. *Imagens da Educação*, Maringá, v.7, nº 1, p. 14-23, 2017.

SEVCENKO, N. *O Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TELES, M, A, A. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, M. (org.) *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 401-442.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. 4^o ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

VOGEL, J. Informação ocupacional — economia doméstica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, Rio de Janeiro, v. 26, nº 4, p.112-121, 1974.

ANEXO

Capas da Revista Feminina, 1915-1918

Janeiro – Março 1915



Abril - Maio 1915



Junho - Julho 1915



Agosto - Setembro 1915



Outubro - Novembro 1915



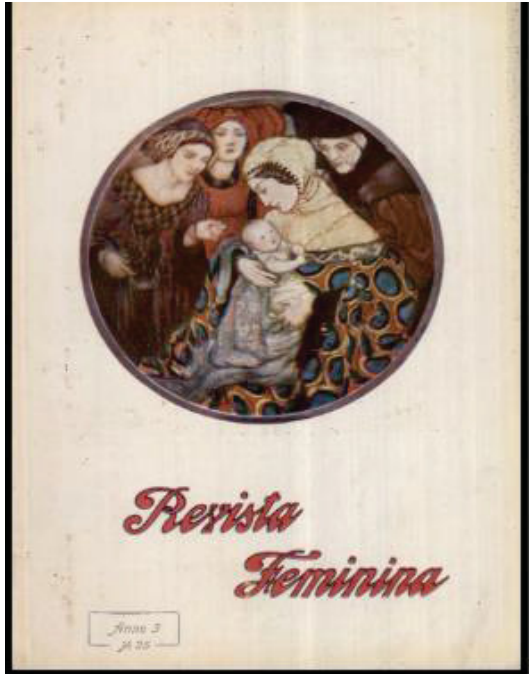
Dezembro 1915



Janeiro 1916



Junho - Julho 1916



Agosto - Setembro 1916



Outubro - Novembro 1916



Dezembro 1916



Janeiro 1917



Fevereiro - Março 1917



Abril - Maio 1917



Junho - Julho 1917



Agosto - Setembro 1917



Outubro - Novembro 1917



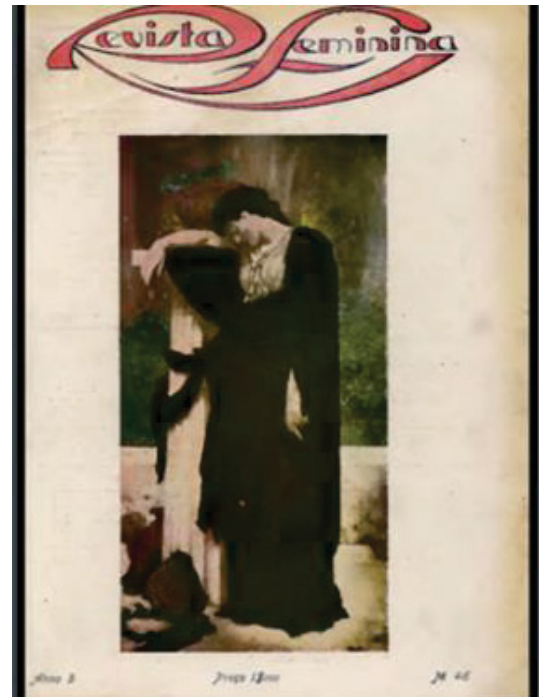
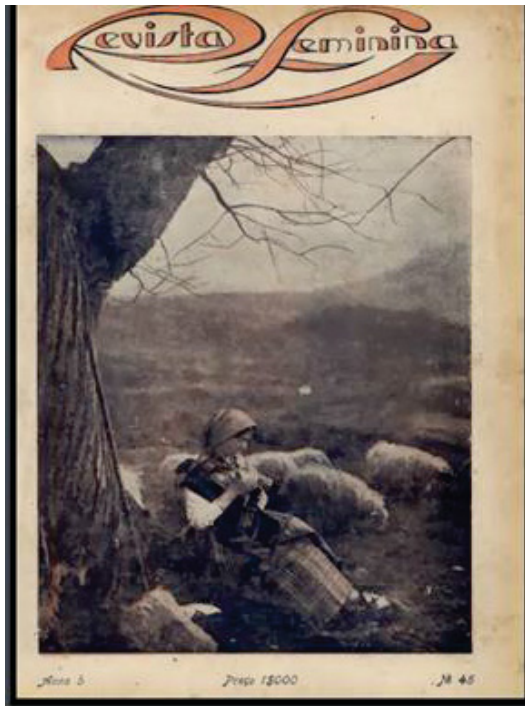
Dezembro 1917



Janeiro 1918



Fevereiro - Março 1918



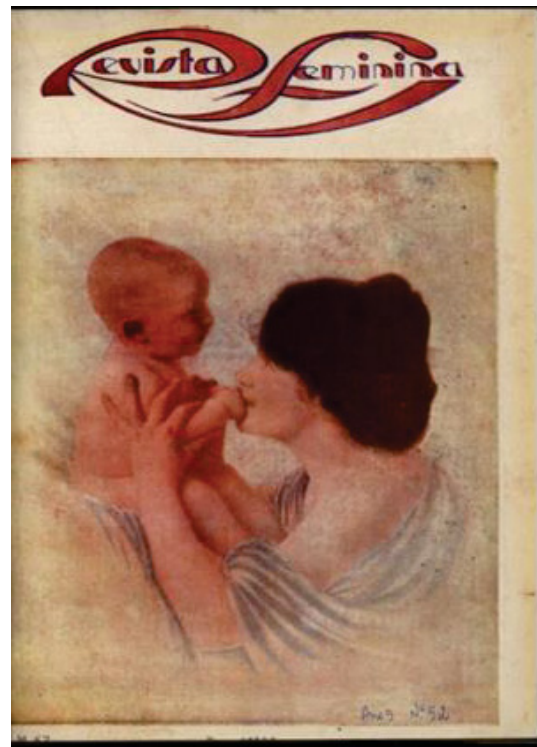
Abril - Maio 1918



Junho - Julho 1918



Agosto- Setembro – 1918



Outubro 1918



Novembro 1918



Dezembro 1918

